

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RELATÓRIO DE GESTÃO DO EXERCÍCIO DE 2014

Relatório de Gestão Individual do exercício de 2014 apresentados aos órgãos de controle interno e externo e à sociedade como prestação de contas anual, a que esta Unidade Jurisdicionada está obrigada nos termos do parágrafo único do artigo 70 da Constituição Federal, elaborado de acordo com as disposições Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa do TCU nº 134/2013, Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014, Decisão Normativa do TCU nº 143, de 18/3/2015, Portaria TCU nº 90/2014, de 16/4/2014 e Portaria CGU nº 522/2015, de 4/4/2015

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

PRESIDENTE DA REPÚBLICA

Dilma Rousseff

MINISTRO DA EDUCAÇÃO

Renato Janine Ribeiro

SECRETÁRIO NACIONAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

Marcelo Machado Feres

REITOR DO INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ

Paulo Henrique Gomes de Lima

COLÉGIO DE DIRIGENTES

Paulo Borges da Cunha

PRÓ-REITOR DE ADMINISTRAÇÃO

Antônio de Pádua Alves Pinto

PRÓ-REITOR DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Laura Maria Andrade de Sousa

PRÓ-REITORA DE ENSINO

Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes

PRÓ-REITORA DE EXTENSÃO

Ayrton de Sá Brandim

PRÓ-REITOR DE PESQUISA E INOVAÇÃO

Luciana Soares da Rocha

DIRETORA DE GESTÃO DE PESSOAS

Eduílson Lívio Neves da Costa Carneiro

DIRETOR DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

Ezequias Matos Esteves

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS TERESINA-CENTRAL

Francisca Assunção Almeida Félix

DIRETORA-GERAL DO CAMPUS TERESINA-ZONA SUL

Odimógenes Soares Lopes

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS FLORIANO

Alexandre Borges Cristóvão

DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PARNAÍBA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Haroldo Reis Alves de Macedo
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PICOS

Polyana Dias Miranda
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS ANGICAL

Laécio Barros Dias
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CORRENTE

Francisco Washington Soares Gonçalves
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PAULISTANA

Clayton da Costa Ribeiro
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PIRIPIRI

Francisco Nogueira Lima
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

Miguel Antonio Rodrigues
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS URUÇUI

Sebastião Pereira do Nascimento
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS OEIRAS

Raimundo Nonato Alves da Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS PEDRO II

José Walter Silva e Silva
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Washington Moura Barbosa
DIRETOR-GERAL DO CAMPUS CAMPO MAIOR

Maria dos Remédios de Brito Silva
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS COCAL

Conceição de Maria Veras Lima Verde
DIRETORA-GERAL DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

Vitor Marques Costa
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE JOSÉ DE FREITAS

Paulo Renato de Sousa
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DE PIO IX

Aurélio Agostinho Adão
DIRETOR DO CAMPUS AVANÇADO DO DIRCEU

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CONSELHO SUPERIOR

REPRESENTANTES DOCENTES

TITULAR

Marcony Santana Máximo
Franciéric Alves de Araújo
Antônio Alves de carvalho júnior
Domingos Alves de carvalho júnior
Aislan Rafael Rodrigues de Sousa

SUPLENTE

Willamys Rangel Nunes de Sousa
Francisco Marcelino Almeida de Araújo
Giseldados Santos Costa
Josilene bárbara ribeiro campos
Alline Alexandre de Sousa Leônidas

REPRESENTANTES DISCENTES

TITULAR

Paloma Maria Bezerra Nepomuceno
Álvaro Absael Araújo costa de Sena
Moisés da Costa Moraes Neto
Lindon Sérgio Carvalho Ribeiro Júnior
Felipe Júnior Sabino Sousa

SUPLENTE

Caren Beatriz Brandão Nunes da Rocha
Wildrimak de Sousa Pereira
Joyce Carvalho Lira dos Santos
Manoel de oliveira Alves veras
Jeiel Sousa Brito

REPRESENTANTES TÉCNICO-ADMINISTRATIVOS

TITULAR

Uesllel Sousa Reis
Gustavo de Castro Nery
Clefra Vieira Guedelho
Jorge Henrique Teixeira Cury
Fernando Malheiros Nunes

SUPLENTE

Mariano Francisco de Sousa Filho
Allan Kout Lima de França
Karolina Nogueira Mendonça
Thiago Henrique Costa Marques
Stayce Mesquita Santiago

REPRESENTANTES EGRESSOS

TITULAR

Ronaldo Lopes da Rocha Mendes
Vago

SUPLENTE

Vago
Vago

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

TITULAR

Raimundo José Fontenele de Araújo Souza
Luciana Carvalho Freitas Cortez
Márcio Luiz Santana de Oliveira
José Francisco da Costa Nunes
Simon Bolivar Maia Mendes
Luiz Gonzaga Vieira

SUPLENTE

Sandra Ataíde Silva
Lauriane Costa Coelho Martins
Francisco das Chagas Marques de Macêdo
Edinaldo Pereira da Silva
Esdras Pinheiro Correio Filho
Vago

REPRESENTANTES SETEC

TITULAR

Francisco Nairton do Nascimento

SUPLENTE

Luiz Carlos do Rêgo

REPRESENTANTES DIRETORES-GERAIS

TITULAR

Ezequias Matos Esteves
Francisca Assunção de Almeida Félix
Raimundo Nonato Alves da Silva
Sebastião Pereira do Nascimento
Odímógenes Soares Lopes

SUPLENTE

Francismar Holanda
Laécio Barros Dias
Alexandre Borges Cristóvão
Vago
Vago

REPRESENTANTES EX-REITOR

TITULAR

Francisco das Chagas Santana

SUPLENTE

-

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

EQUIPE RESPONSÁVEL PELA CONSOLIDAÇÃO DO RELATÓRIO DE GESTÃO

PRÓ-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)

Pró-Reitor: Prof. Paulo Borges da Cunha

e-mail: pauloborges@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Anaites Maria de Moraes Silva

Administradora

anaites@ifpi.edu.br

Ciro Lima Silva

Contador

cirolimasilva@ifpi.edu.br

Herson Lee Carvalho

Economista

hersonlee@ifpi.edu.br

Ricardo de Souza Oliveira

Técnico em Contabilidade

souzo@ifpi.edu.br

PRÓ-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRODIN)

Pró-Reitor: Antônio de Pádua Alves Pinto

e-mail: padua.pinto@ifpi.edu.br

Equipe Técnica:

Diego Mendes Pinheiro Costa

Procurador Institucional

diegomendes@ifpi.edu.br

Jailton Rodrigues de Sousa

Secretário Executivo

jailtonsousa@ifpi.edu.br

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS	8
LISTA DE FIGURAS	12
LISTA DE QUADROS	13
LISTA DE TABELAS	16
INTRODUÇÃO	17
1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO	21
1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA.....	21
1.1.1 Relatório de Gestão Individual.....	21
1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE.....	22
1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL.....	25
1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS.....	31
2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA	33
2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA.....	33
2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA	36
2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO	47
2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS	47
3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE	50
3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO	50
3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO	50
3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS	51
3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA	51
3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA	51
3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE.....	51
4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO	52
4.1 INFORMAÇÕES DO AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA	52
5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	60
5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE	66
5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS.....	66
5.2.1 Ações.....	66
5.3 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL.....	90
5.3.1 Análise Crítica.....	91
6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA	94
6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS	94
6.1.1 Programação das despesas	94
6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa.....	94
6.1.3 Realização da Despesa	98
6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA	104
6.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	104
6.3.1 Análise Crítica.....	105
6.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS.....	106

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.4.1	Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício	106
6.4.2	Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios	108
6.4.3	Análise Crítica.....	108
6.5	SUPRIMENTO DE FUNDOS	109
6.5.1	Utilização de Suprimento de Fundos	109
6.5.2	Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos.....	110
6.5.3	Análise Crítica.....	111
7	GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS.....	112
7.1	ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE.....	112
7.1.1	Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada.....	112
7.1.2	Qualificação da Força de Trabalho	114
7.1.3	Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada.....	114
7.1.4	Irregularidades na área de pessoal.....	117
7.1.5	Riscos identificados na gestão de pessoas	117
7.1.6	Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos.....	117
7.2	CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS	118
7.2.1	Contratação de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância.....	118
7.2.2	Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão ..	118
7.2.3	Análise Crítica.....	119
8	GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO	154
8.1	GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS	154
8.2	GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO.....	161
8.2.1	Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial	161
8.2.2	Análise Crítica.....	168
9	GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO ..	169
9.1	Análise Crítica.....	170
10	GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL	175
10.1	GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS	175
11	ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE.....	179
11.1	TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)	179
11.1.1	Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício	179
11.1.2	Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de andamento ao final do exercício	181
11.2	DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDAS NA LEI Nº 8.730/93	190
11.2.1	Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93	190
11.2.2	Situação do Cumprimento das Obrigações	190
11.3	MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO	190
11.4	ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV.....	190
12	INFORMAÇÕES CONTÁBEIS.....	192

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

12.1	MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO.	192
12.2	CONFORMIDADE CONTÁBIL	192
12.3	DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	192
	ANEXO I – DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE CONCESSÃO OU RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO	193
	ANEXO II – DECLARAÇÃO ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV REITORIA	194
	ANEXO III – DECLARAÇÃO ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV CAMPUS TERESINA ZONA SUL	195
	ANEXO IV - DECLARAÇÃO ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV CAMPUS TERESINA CENTRAL	196
	ANEXO V – DECLARAÇÃO DO CONTADOR	197
	ANEXO VI – RESOLUÇÃO CONSUP 2015	198

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE SIGLAS

A3P	Agenda Ambiental da Administração Pública
ABNT	Associação Brasileira de Normas Técnicas
ASCOM	Assessoria de Comunicação
ASRIN	Assessoria de Relações Internacionais
AUDIN	Auditoria Interna Geral
CAPES	Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CE	Conselho Editorial
CEDI	Centro de Equipamento para el Desarrollo Internacional
CEP	Comissão de Ética Pública
CEPES	Conselho de Ética em Pesquisa
CEPEX	Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão
CERTIFIC	Programa de Certificação Profissional e Formação Inicial e Continuada
CESVALE	Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba
CET	Centro de Educação Tecnológica
CEUT	Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina
CEV	Cerimonial e Eventos
CGTIC	Comitê Gestor de Tecnologia da Informação
CGU	Controladoria Geral da União
CHRISFAPI	Christus Faculdade do Piauí
CIS/PCCTAE	Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação
CNAE	Cadastro Nacional de Atividades Econômicas
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica
COLDIR	Colégio de Dirigentes
CONSUP	Conselho Superior
CPA	Comissão Própria de Avaliação
CPGF	Cartão Corporativo do Governo Federal
CPMF	Contribuição Provisória sobre a Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos e Direitos de Natureza Financeira
CPPD	Comissão Permanente de Pessoal Docente
DARF	Documento de Arrecadação de Receitas Federais
DBR	Declaração de Bens e Rendas
DIGEP	Diretoria de Gestão de Pessoas
DINTER	Doutorado Interinstitucional
DIRCOM	Diretoria de Comunicação
DN	Decisão Normativa
DTI	Diretoria de Tecnologia da Informação
EAD	Educação a Distância
ECLOA	Eficácia em relação à meta da LOA
ECREP	Eficácia em relação à meta após a reprogramação

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

EFLOA	Eficiência em relação à meta na LOA
EFREP	Eficiência em relação à meta após a reprogramação
EJA	Educação de Jovens e Adultos
ENADE	Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENEM	Exame Nacional de Ensino Médio
EPP	Empresa de Pequeno Porte
FACET	Faculdade de Tecnologia de Teresina
FACETE	Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina
FACID	Faculdade Integral Diferencial
FAEPI	Faculdade Evangélica do Piauí
FAERPI	Faculdade Entre Rios do Piauí
FAESF	Faculdade de Ensino Superior de Floriano
FAESPI	Faculdade de Ensino Superior do Piauí
FAETE	Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina
FAIBRA	Faculdade Integrada do Brasil
FAPEPI	Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí
FAPI	Faculdade do Piauí
FAR	Faculdade Ademar Rosado
FAT	Faculdade de Administração de Teresina
FATECI	Faculdade de Tecnologia Intensiva de Parnaíba
FATEPI	Faculdade de Tecnologia do Piauí
FATESP	Faculdade de Tecnologia, Educação Superior e Profissional
FCP	Faculdade dos Cerrados Piauienses
FEER	Faculdade Evangélica Cristo Rei
FIC	Formação Inicial e Continuada
FIEPI	Federação das Indústrias do Estado do Piauí
FSA	Faculdade Santo Agostinho
FSG	Faculdade São Gabriel
GNU	Software livre
GRU	Guia de Recolhimento da União
ICESPI	Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí
ICF	Instituto Camilo Filho
IEL	Instituto Euvaldo Lodi
IESRSA	Instituto de Educação Superior Raimundo Sá
IENT	Instituto de Ensino Superior de Teresina
IF	Institutos Federais
IFPI	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
IN	Instrução Normativa
INMETRO	Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia
INTA	Faculdade Internacional do Delta

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ISEPRO	Instituto Superior de Educação Programus
ISESJT	Instituto Superior São Judas Tadeu
ISESPI	Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí
ISO	International Organization for Standardization
LIFE	Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores
LOA	Lei Orçamentária Anual
ME	Micro e Pequenas Empresas
MEC	Ministério da Educação
NIT	Núcleo de Informação Tecnológica
OCI	Órgão de Controle Interno
PAD	Processo Administrativo Disciplinar
PAINT	Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna
PDI	Plano de Desenvolvimento Institucional
PDTI	Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação
PES	Projeto Esplanada Sustentável
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PIBICJR	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica Júnior
PLS	Plano de Logística Sustentável
POLAE	Política de Assistência Estudantil
PPA	Plano Plurianual
PPI	Projeto Pedagógico Institucional
PRAEI	Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante
PROAD	Pró-Reitoria de Administração
PROAEX	Programa Institucional de Apoio à Extensão
PROAGRUPAR	Programa de Apoio à Pesquisa Científica e Tecnológica
PRODIN	Pró-Reitoria de desenvolvimento Institucional
PROEJA	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos
PROEJA-FIC	Programa Nacional de Integração Profissional com a Educação Básica na modalidade de Educação de Jovens e Adultos na Formação Inicial e Continuada
PROEN	Pró-Reitoria de Ensino
PROEX	Pró-Reitoria de Extensão
PROEXT	Programa de Extensão Universitária
PROFE	Procuradoria Federal
PRONATEC	Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego
PROPI	Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação
RAINT	Relatório Anual de Atividades da Auditoria Interna
RAIS	Relação Anual de Informações Sociais
RFB	Receita Federal do Brasil

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RP	Restos a Pagar
RT	Retribuição por Titulação
SECOM	Secretaria de Comunicação Social
SEDUC	Secretaria Estadual de Educação
SETEC	Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica
SIAFI	Sistema Integrado de Administração Financeira do Governo Federal
SIAP	Sistema de Administração de Pessoal
SIASG	Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais
SIC	Serviço de Informação ao Cidadão
SICONV	Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria
SIMEC	Sistema Integrado de Monitoramento Execução e Controle do Ministério da Educação
SINAES	Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior
SIORG	Sistema de Informações Organizacionais do Governo Federal
SIPEC	Sistema de Pessoal Civil da Administração Federal
SISAC	Sistema de Apreciação e Registros de Atos de Admissão e Concessões
SISPES	Sistema do Projeto Esplanada Sustentável
SISTEC	Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica
SISU	Sistema de Seleção Unificada do MEC
SPIUnet	Sistema de Gerenciamento dos Imóveis de Uso Especial da União
SUAPE	Sistema Unificado de Administração Pública
TCU	Tribunal de Contas da União
TI	Tecnologia da Informação
UAB	Universidade Aberta do Brasil
UESPI	Universidade Estadual do Piauí
UFC	Universidade Federal do Ceará
UFF	Universidade Federal Fluminense
UFPE	Universidade Federal de Pernambuco
UFPI	Universidade Federal do Piauí
UFRPE	Universidade Federal Rural de Pernambuco
UG	Unidade Gestora
UJ	Unidade Jurídica
UNINOVAFAP	Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí
UO	Unidade Orçamentária
VoIP	Voz sobre IP

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – CANAIS DE REDES SOCIAIS DA UJ	50
Figura 2 – MOVIMENTAÇÃO ÁGUA E ESGOTO 2014	177
Figura 3 – MOVIMENTAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA 2014	178

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2014	19
Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL	21
Quadro 3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS.....	28
Quadro 4 – PRINCIPAIS TRABALHOS E CONSTATAÇÕES DE AUDITORIA EM 2014.....	39
Quadro 5 – PRINCIPAIS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS 2014	41
Quadro 6– AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ	48
Quadro 7– AÇÕES PREVISTAS NO PDI PARA 2014	60
Quadro 8 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 0181.....	67
Quadro 9 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 09HB	68
Quadro 10 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2004.....	69
Quadro 11 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2010.....	70
Quadro 12 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2011.....	71
Quadro 13 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2012.....	72
Quadro 14 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20TP.....	73
Quadro 15 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 4572.....	74
Quadro 16 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 00M1	75
Quadro 17 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20RJ	76
Quadro 18 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20RG	78
Quadro 19 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20RL.....	79
Quadro 20 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2994.....	81
Quadro 21 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 6358.....	82
Quadro 22 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 6380.....	83
Quadro 23– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 00G5	85
Quadro 24– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 1H10	86
Quadro 25– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 2992	87
Quadro 26– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 6301	88
Quadro 27– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 8650	89
Quadro 28– QUADRO INDICADORES.....	90
Quadro 29– PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS	95
Quadro 30 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA	96
Quadro 31– MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA	97
Quadro 32– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS TOTAL.....	98
Quadro 33 - DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS – TOTAL.....	99
Quadro 34- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO.....	101
Quadro 35– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO	102
Quadro 36– DESPESAS COM PUBLICIDADE.....	104
Quadro 37– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES.....	105
Quadro 38 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	107
Quadro 39 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS	108
Quadro 40– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS	109
Quadro 41 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS.....	110
Quadro 42– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA.....	110
Quadro 43– FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12	112
Quadro 44- DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA.....	113
Quadro 45- DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ.....	113
Quadro 46– CUSTOS DE PESSOAL.....	115
Quadro 47– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CAMPUS ANGICAL.....	120

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 48– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CAMPUS CAMPO MAIOR.....	121
Quadro 49– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CAMPUS COCAL.....	122
Quadro 50– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CORRENTE.....	123
Quadro 51 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS FLORIANO.....	124
Quadro 52 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS OEIRAS.....	125
Quadro 53 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PEDRO II.....	126
Quadro 54– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PARNAÍBA.....	127
Quadro 55– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PICOS.....	128
Quadro 56– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PIRIPIRI.....	129
Quadro 57– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DA REITORIA.....	130
Quadro 58– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ.....	131
Quadro 59– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO.....	132
Quadro 60– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS TERESINA CENTRAL.....	133
Quadro 61– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL.....	134
Quadro 62– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS URUCUI.....	135
Quadro 63– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ.....	136
Quadro 64– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS ANGICAL.....	137
Quadro 65– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS CAMPO MAIOR.....	138
Quadro 66– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS COCAL.....	139
Quadro 67– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS CORRENTE.....	140
Quadro 68– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS FLORIANO.....	141
Quadro 69– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS OEIRAS.....	142
Quadro 70– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PEDRO II.....	143
Quadro 71– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PARNAÍBA.....	144
Quadro 72– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PICOS.....	145
Quadro 73– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PIRIPIRI.....	146
Quadro 74– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DA REITORIA.....	147

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 75– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ	148
Quadro 76– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO	149
Quadro 77– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS TERESINA CENTRAL	150
Quadro 78– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL	151
Quadro 79– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS URUÇUI	152
Quadro 80– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ	153
Quadro 81 – CATEGORIA E QUANTIDADE DE VEÍCULOS	155
Quadro 82 – CATEGORIA E QUANTIDADE DE VEÍCULOS	155
Quadro 83 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR VEÍCULOS	157
Quadro 84 – IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM 2014.....	157
Quadro 85 – QUADRO RESUMO DE CONSUMO POR MERCADORIA – 2014.....	158
Quadro 86 – QUADRO RESUMO CONTRATO DE FROTA TERCEIRIZADO – 2014.....	160
Quadro 87– DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO	161
Quadro 88– IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL	163
Quadro 89– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS CENTRAL PRÉDIO B E C.....	165
Quadro 90– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS CENTRAL PRÉDIO A	166
Quadro 91– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS CORRENTE	167
Quadro 92– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS PICOS.....	167
Quadro 93– CONTRATOS NA ÁREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014.....	169
Quadro 94– RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO DA UJ E SUAS FUNCIONALIDADES	171
Quadro 95 – NECESSIDADES DA UJ PARA NOVOS SISTEMAS	173
Quadro 96– ASPECTO DA GESTÃO AMBIENTAL.....	175
Quadro 97-RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO	179
Quadro 98 – Situação das recomendações do OCI que permanecem pendentes de atendimento	181
Quadro 99- DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR	190
Quadro 100- DEMONSTRATIVO DOS RESPONSÁVEIS PELO SIASG E SICONV.....	191

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UJ.....	94
---	----

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Gestão constitui em um instrumento de prestação de contas relativa ao exercício de 2014 da Unidade Jurisdicionada, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), contendo a descrição das atividades realizadas durante este exercício, a ser apresentado à comunidade interna, aos órgãos de controle interno e externo da administração pública e ao público em geral.

O formato e conteúdo deste documento seguem as orientações e atos normativos emanados do Tribunal de Contas da União (TCU), tendo por referência os seguintes instrumentos legais: Resolução TCU nº 234, de 1/9/2010, Resolução TCU nº 244, de 20/7/2011, Instrução Normativa TCU nº 63, de 1/9/2010, Instrução Normativa TCU nº 72, 15/9/2013, Decisão Normativa do TCU nº 134/2013, Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014, Decisão Normativa do TCU nº 143, de 18/3/2015, Portaria TCU nº 90/2014, de 16/4/2014, que definem as unidades jurisdicionadas cujos responsáveis devem apresentar processos de contas relativas ao exercício de 2014, especificando a forma, os prazos e conteúdo de sua apresentação e Portaria CGU nº 522/2015, de 4/4/2015, destinada a orientar tecnicamente os órgãos e entidades sujeitos ao Controle Interno do Poder Executivo Federal, sobre a organização e formalização do processo anual de contas relativo ao exercício.

Em complemento às normativas citadas, mediante consulta do Ministério da Educação, o Tribunal de Contas da União expediu o Ofício nº 0126/2015-TCU/Secex Educação, de 6/3/2015, incluindo a obrigatoriedade da declaração do contador da UJ.

O relatório gestão é do tipo individual, conforme art. 5º da Decisão Normativa 134/2013 e Instrução Normativa TCU nº 63/2010, apresentando itens relevantes da gestão do IFPI durante o exercício de 2014, conforme descrição a seguir das doze seções, visando possibilitar a descrição dos elementos administrativos, contábeis e financeiros dos cenários da unidade jurisdicionada e pelas unidades gestoras relacionadas: Reitoria, Campus Teresina-Central, Campus Teresina Zona Sul, Campus Floriano, Campus Picos, Campus Parnaíba, Campus Angical, Campus Paulistana, Campus Piripiri, Campus São Raimundo Nonato, Campus Corrente, Campus Uruçuí, Campus Oeiras, Campus São João do Piauí, Campus Pedro II, Campus Valença do Piauí, Campus Campo Maior, Campus Cocal. Ressaltamos que os Campi de Valença do Piauí, Campo Maior e Cocal tiveram suas autorizações de funcionamento efetivadas em 2014, contudo o quadro de gestão foi liberado apenas no final do exercício, sendo que as movimentações no período de 2014, ficaram sob responsabilidade da reitoria. A UJ também possui em sua estrutura três Campi Avançados, José de Freitas, Pio IX e Dirceu, que são subordinados à UG da reitoria, sendo suas movimentações de responsabilidade da mesma, pois não possuem código SIAFI/UG.

A primeira seção equivale à identificação e atributos das unidades cujas gestões compõem o relatório, que contemplam a identificação, finalidade e competências institucionais, organograma funcional e macroprocessos finalísticos.

A segunda seção equivale às informações sobre a governança, que contemplam a estrutura de governança, atuação da auditoria interna, sistema de correição e avaliação do funcionamento dos Controles Internos.

A terceira seção equivale ao relacionamento com a sociedade, que contemplam os canais de acesso do cidadão, a existência ou ausência de documentos e mecanismos de acesso à informação, bem como a avaliação de desempenho da UJ e as medidas de acessibilidade, conforme disposições legais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A quarta seção equivale ao ambiente de atuação, com informações sobre o ambiente de atuação da UJ.

A quinta seção equivale ao planejamento e resultados alcançados da UJ, que contemplam a programação orçamentária e financeira das ações, bem como a execução física e descrição da meta prevista e realizada e informações sobre indicadores de desempenho. As informações sobre indicadores equivalem a conteúdo específico, conforme parte B da Portaria nº 90/2014, que contemplam indicadores de desempenho nos termos do Acórdão TCU nº 2.267/2005 – plenário e alterações posteriores e a análise dos resultados alcançados no período.

A sexta seção equivale aos tópicos especiais de execução orçamentária e financeira, que contemplam a execução das despesas, despesas com ações de publicidade e propaganda, movimentação e saldos de restos a pagar de exercícios anteriores, transferência de recursos mediante Termo de Cooperação e movimentação de suprimento de fundo.

A sétima seção equivale à gestão de pessoas, terceirização de mão de obra e custos relacionados, que contemplam estrutura de pessoal da unidade, demonstração da força de trabalho, detalhamento das funções gratificadas, custos associados a sua manutenção, dados sobre acumulação de cargos e providências adotadas nos casos identificados, terceirização de mão de obra.

A oitava seção equivale à gestão do patrimônio mobiliário e imobiliário, que contemplam a descrição da gestão da frota de veículos próprios, contratos de terceiros e gestão do patrimônio imobiliário.

A nona seção equivale à gestão da tecnologia da informação.

A décima seção equivale à gestão do uso dos recursos renováveis e sustentabilidade ambiental, que contemplam a adoção de critérios de sustentabilidade ambiental na aquisição de bens e na contratação de serviços e obras, política de resíduos e medidas de redução de consumo.

A décima primeira seção equivale ao atendimento de demandas de órgão de controle, que contemplam o tratamento de deliberações exaradas em acórdãos do Tribunal de Contas da União (TCU), tratamento de recomendações do Órgão de Controle Interno (OCI), demonstração do cumprimento das obrigações de entrega das declarações de bens e rendas (DBR), demonstração de adoção de medidas administrativas para apurar responsabilidades por ocorrência de dano ao Erário e demonstração, com a identificação do gestor responsável pelo Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais (SIASG) e no Sistema de Gestão de Convênios, Contratos de Repasse e Termos de Parceria (SICONV).

A décima segunda seção equivale às informações contábeis, que contemplam demonstração das medidas para adoção de critérios e procedimentos estabelecidos pelas Normas Brasileiras de Contabilidade Aplicada ao Setor Público, conforme disposições legais, apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas, conformidade contábil e declaração do contador responsável.

O relatório de gestão desta UJ não contemplarão os dados e informações relacionados aos seguintes itens e subitens, motivados por: “não existirem conteúdos a serem declarados no exercício de referência”, conforme descrição no Quadro 1. Esclarecemos que a numeração do item e subitem discriminados no Quadro 1 estão em conformidade a numeração adotada na Portaria nº 90/2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 1 – DADOS E INFORMAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NO RELATÓRIO DE GESTÃO 2014

PARTE A – CONTEÚDO GERAL			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
5	5.2.1	Programa Temático.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, pois esta UJ tem foco nas informações referentes às ações de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
	5.2.2	Objetivos.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, pois esta UJ tem foco nas informações referentes às ações de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
	5.3	Informações sobre outros resultados da gestão.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, pois esta UJ tem foco nas informações referentes às ações de Orçamento Fiscal e da Seguridade Social (OFSS).
	5.4	Informações sobre custos de produtos e serviços.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UJ não implantou um estudo sobre o Sistema de Custos.
6	6.3	Reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
	6.5.3	Informações sobre a Prestação de Contas relativas aos Convênios e de Contratos de Repasse.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, pois só temos Termo de Cooperação.
	6.5.4	Informações sobre a Análise das Prestações de Contas de Convênios e de Contratos de Repasse.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, pois só temos Termo de Cooperação.
	6.6	Suprimento de Fundos Conta Tipo “B”.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
	6.7	Renúncias sob Gestão da UJ.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência (Anexo I).
7	7.2.1	Contratação de estagiários.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
	7.3	a) Demonstração das medidas adotadas para revisão dos contratos vigentes firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012, atentando	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, pois nenhum dos contratos vigentes e nem encerrados foram contemplados com revisões e portanto nenhuma restituição foi feita à Administração.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		para os efeitos retroativos às datas de início da desoneração, mencionadas na legislação. b) Obtenção administrativa do ressarcimento dos valores pagos a maior (elisão do dano) em relação aos contratos já encerrados que foram firmados com empresas beneficiadas pela desoneração da folha de pagamento propiciada pelo art. 7º da lei 12.546/2011 e pelo art. 2º do decreto 7.828/2012. c) Detalhamento sobre os contratos (vigentes e encerrados) revisados, incluindo número, unidade contratante, nome/CNPJ da empresa contratada, objeto e vigência, com destaque para a economia (redução de valor contratual) obtida em cada contrato.	
8	8.2.3	Discriminação de imóveis funcionais da União de responsabilidade da UJ.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
	8.3	Distribuição espacial dos bens imóveis locados de terceiros.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
11	11.1.1	Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU atendidas no exercício de referência do relatório de gestão.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
	11.1.2	Tratamento de determinações exaradas em acórdãos do TCU pendentes de atendimento ao final do exercício.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
12	12.2	Apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência, visto que a UJ não implantou a sistemática de apuração dos custos dos programas e das unidades administrativas.
	12.8	Relatório de auditoria independente.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
13	13.1	Outras informações sobre a gestão	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.
PARTE B – CONTEÚDO ESPECÍFICO			
ITEM	SUBITEM	DESCRIÇÃO	JUSTIFICATIVA
66	c)	Relação de projetos desenvolvidos pelas fundações sob a égide da Lei nº 8.958/1994.	Apesar de destacado como conteúdo para compor o relatório de gestão, não existem conteúdos a serem declarados no exercício de referência.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1 IDENTIFICAÇÃO E ATRIBUTOS DAS UNIDADES CUJAS GESTÕES COMPÕEM O RELATÓRIO

A presente seção destaca os elementos identificadores das Unidades Jurisdicionadas (UJ), a finalidade e as competências institucionais, o organograma funcional, os macroprocessos finalísticos, os macroprocessos de apoio ao exercício e os principais parceiros (externos à unidade jurisdicionada, da administração pública ou da iniciativa privadas), que tenham relação com a atividade fim da unidade.

1.1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Os elementos identificadores da Unidade Jurisdicionada (UJ) está representado no Quadro 2 tomando-se por base a classificação especificada no Anexo I da DN TCU nº 134/2013, alterado pela Decisão Normativa nº 139, de 24/9/2014, por meio do Relatório de Gestão Individual.

1.1.1 Relatório de Gestão Individual.

Quadro 2 – IDENTIFICAÇÃO DA UJ – RELATÓRIO DE GESTÃO INDIVIDUAL

Poder e Órgão de Vinculação			
Poder: Executivo			
Órgão de Vinculação: Ministério da Educação			Código SIORG: 103847
Identificação da Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			
Denominação Abreviada: IFPI			
Código SIORG: 103847	Código LOA: 26431	Código SIAFI: 158146	
Natureza Jurídica: Autarquia		CNPJ: 10.806.496/0001-49	
Principal Atividade: Educação Profissional e Tecnológica			Código CNAE: 85.42.2.00
Telefones/Fax de contato:	(086) 3131-1443	(86) 3131-1433	(86) 3131-1451
Endereço Eletrônico: reitoria@ifpi.edu.br			
Página na Internet: http://www5.ifpi.edu.br/			
Endereço Postal: Logradouro, Praça da Liberdade, 1597, Centro, 64000-040, Teresina (PI)			
Normas Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Normas de criação e alteração da Unidade Jurisdicionada			
Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências.			
Outras normas infralegais relacionadas à gestão e estrutura da Unidade Jurisdicionada			
Resolução nº 1, de 31/08/2009, do Conselho Superior (CONSUP), aprova o Estatuto do IFPI, publicada no DOU nº 168, 02/09/2009.			
Resolução nº 20, de 06/12/11, do Conselho Superior (CONSUP), que aprova o Regimento Interno Geral do Instituto federal do Piauí, publicada no Boletim de Serviço Edição Extra nº 05, 06/12/11.			
Resolução nº 58, de 23/10/2014, do Conselho Superior (CONSUP), que estabelece a estrutura Organizacional do Instituto Federal do Piauí, publicada no Boletim de Serviço em 27/11/2014.			
Manuais e publicações relacionadas às atividades da Unidade Jurisdicionada			
Dados disponibilizados no site da instituição: Estatuto, Regimento Interno Geral, Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e Organização Didática.			
Unidades Gestoras e Gestões relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Unidades Gestoras Relacionadas à Unidade Jurisdicionada			
Código SIAFI	Nome		
158146	Reitoria		

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

158353	Campus Teresina-Central
158354	Campus Teresina Zona Sul
158355	Campus Floriano
158356	Campus Picos
158357	Campus Parnaíba
158358	Campus Angical
158359	Campus Paulistana
158360	Campus Piripiri
158361	Campus São Raimundo Nonato
158362	Campus Corrente
158363	Campus Uruçuí
154701	Campus Oeiras
154704	Campus São João do Piauí
154705	Campus Pedro II
155199	Campus Valença do Piauí
155207	Campus Campo Maior
155214	Campus Cocal
Gestões Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26431	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí
Relacionamento entre Unidades Gestoras e Gestões	
Código SIAFI da Unidade Gestora	Código SIAFI da Gestão
158146	26431
Unidades Orçamentárias Relacionadas à Unidade Jurisdicionada	
Código SIAFI	Nome
26431	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí

Fonte: Pró-Reitoria de Administração (PROAD).

1.2 FINALIDADE E COMPETÊNCIAS INSTITUCIONAIS DA UNIDADE

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) desenvolve suas ações em conformidade com a política educacional do Ministério da Educação (MEC), ficando suas ações sob monitoramento e avaliação da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica (SETEC), que obedece ao Plano de Metas do Governo Federal e o estabelecido na Constituição Federal – Título VIII, Cap. III, Seção I, ao qual a instituição atende integralmente.

Em termos legais, a ação institucional está prevista na Lei nº 9.394/96, conhecida como Lei de Diretrizes e Bases da Educação, Cap. III, Artigos 39, 40, 41 e 42, que trata da Educação Profissional. Nessa perspectiva, a finalidade da instituição, nos termos da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, é formar e qualificar profissionais nos vários níveis e modalidades de ensino, com atuação prioritária na área tecnológica para os diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional; realizar pesquisas aplicadas e desenvolvimento de novos processos, produtos e serviços em estreita articulação com os setores produtivos e a sociedade, oferecendo mecanismos para educação continuada e desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos.

Com base nisso, os objetivos institucionais foram definidos na Lei nº 11.892/2008, da seguinte forma:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

I - ministrar educação profissional técnica de nível médio, prioritariamente na forma de cursos integrados, para os concluintes do ensino fundamental e para o público da educação de jovens e adultos;

II - ministrar cursos de formação inicial e continuada de trabalhadores, objetivando a capacitação, o aperfeiçoamento, a especialização e a atualização de profissionais, em todos os níveis de escolaridade, nas áreas da educação profissional e tecnológica;

III - realizar pesquisas aplicadas, estimulando o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade;

IV - desenvolver atividades de extensão de acordo com os princípios e finalidades da educação profissional e tecnológica, em articulação com o mundo do trabalho e os segmentos sociais, e com ênfase na produção, desenvolvimento e difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos;

V - estimular e apoiar processos educativos que levem à geração de trabalho e renda e à emancipação do cidadão na perspectiva do desenvolvimento socioeconômico local e regional;

VI - ministrar em nível de educação superior:

a) cursos superiores de tecnologia visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia;

b) cursos de licenciatura, bem como programas especiais de formação pedagógica, com vistas na formação de professores para a educação básica, sobretudo nas áreas de ciências e matemática, e para a educação profissional;

c) cursos de bacharelado e engenharia, visando à formação de profissionais para os diferentes setores da economia e áreas do conhecimento;

d) cursos de pós-graduação lato sensu de aperfeiçoamento e especialização, visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento; e

e) cursos de pós-graduação stricto sensu de mestrado e doutorado, que contribuam para promover o estabelecimento de bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas no processo de geração e inovação tecnológica.

Assim sendo, o IFPI é uma instituição de educação profissional pública, que faz parte da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica na qual ocupa posição de referência educacional local, regional e nacional.

Em 2014, o IFPI possui uma Reitoria e 17 campi, distribuídos em 16 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria e dois campi em Teresina, e os demais assim distribuídos: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença do Piauí.

Como parte do plano de expansão do Governo Federal está em fase de implantação três Campus Avançados (José de Freitas, Pio IX e Teresina Dirceu), um Centro de Referência em Programas e Projetos Especiais de Guadalupe e um Centro de Referência no Dirceu (Teresina-PI).

Na prática, a implantação de novos campi do IFPI vai elevar o número de matrículas da educação profissional no Estado e democratizar o acesso a um ensino de qualidade. Qualidade de ensino destacada pelos bons resultados obtidos em exames de avaliação, como o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem), o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (Enade) e os vestibulares das mais diversas Universidades, nos quais os alunos do IFPI costumam a obter aprovações.

Atualmente, a Instituição oferece, nos rincões mais longínquos do Estado, em diversas áreas do conhecimento, cursos técnicos integrados ao ensino médio e na modalidade de educação de jovens e adultos, cursos técnicos concomitantes, para aqueles que estão cursando o ensino médio e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

desejam cursar o ensino profissionalizante, e cursos técnicos subsequentes, para aquelas pessoas que já concluíram ensino médio. Na educação superior, oferece cursos de graduação tecnológica, bacharelado e cursos formação de professores (licenciatura), além de cursos de pós-graduação *lato sensu*, na modalidade presencial, e *stricto sensu* (Mestrado).

É interessante destacar que no ano de 2014 o IFPI, através da Centro de referência em Formação em Ensino a distância, possui 69 (sessenta e nove) polos distribuídos nas 4 (quatro) mesorregiões do Estado do Piauí. Hoje, no Sistema Nacional de Informações da Educação Profissional e Tecnológica (SISTEC), tem-se cadastrados cerca de 12.596 alunos, matriculados em 15 (quinze) cursos técnicos de nível médio diferentes.

O IFPI oferece também a Especialização em Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA). O curso atende 200 (duzentos) alunos, distribuídos em 4 (quatro) polos. Ainda em 2014 foram ofertadas 200 (duzentas) vagas para o Aperfeiçoamento em Educação Profissional integrada à Educação Básica na Modalidade da Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

O IFPI vem se destacando ainda pela atuação na pesquisa, ressaltando a implantação de diversos núcleos de pesquisa na Instituição, cujos índices de apresentações e publicações científicas cresceram significativamente e tendem a crescer ainda mais nos próximos anos. E instituiu programas de incentivo à pesquisa e inovação tecnológica com a criação do Programa Proagrupar e o Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT), bem como oferta programa de bolsas de iniciação científica (PIBIC e PIBIC Jr) para os estudantes.

Um dos projetos que envolvem a oferta de cursos e programas para os contingentes populacionais desfavorecidos e que tem provocado fortes impactos na vida institucional, tendo sido o atendimento de jovens e adultos em cursos técnicos integrados ao médio por meio do PROEJA e PROEJA-FIC. Além disso, tem aumentado, gradativamente, e de forma significativa a quantidade de programas de assistência estudantil, de modo a garantir não só o acesso, mas também a permanência e a conclusão dos estudos aos alunos carentes, o que requer crescentes investimentos para manutenção de tais programas.

Destaca-se, ainda, a adesão do IFPI em 2010 a Rede CERTIFIC que se constitui como uma Política Pública de Educação Profissional, Científica e Tecnológica voltada para o atendimento de trabalhadores, jovens e adultos que buscam o reconhecimento e certificação de saberes adquiridos em processos formais e não formais de ensino-aprendizagem e formação inicial e continuada a ser obtido através de Programas Interinstitucionais de Certificação Profissional e Formação Inicial Continuada (CERTIFIC).

Também, destaca-se a adesão do IFPI ao Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego (Pronatec), criado pelo Governo Federal, em 2011, com o objetivo de ampliar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica. O Pronatec objetiva: expandir, interiorizar e democratizar a oferta de cursos de educação profissional técnica de nível médio e de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional presencial e a distância; construir, reformar e ampliar as escolas que ofertam educação profissional e tecnológica nas redes estaduais; aumentar as oportunidades educacionais aos trabalhadores por meio de cursos de formação inicial e continuada ou qualificação profissional; aumentar a quantidade de recursos pedagógicos para apoiar a oferta de educação profissional e tecnológica; e melhorar a qualidade do ensino médio.

Ainda, sobre a implantação de programas de atendimento aos carentes destaca-se o Programa Mulheres Mil direcionado ao atendimento exclusivo de mulheres em situação de vulnerabilidade social. O programa foi implantado em mais 3 campi: Corrente, Parnaíba, Paulistana, juntando-se

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

aos demais: Picos, Piripiri, São Raimundo Nonato e Teresina Central, além do campus Teresina Zona Sul, onde funciona desde 2008.

Recursos foram obtidos para manter, ampliar e melhorar a infraestrutura física, laboratórios, equipamentos e salas de aula.

A Instituição está primando por ter um corpo técnico e docente altamente qualificado, e para isso, está buscando elevar ainda mais a titulação do quadro de pessoal, tendo sido oferecidos programas de pós-graduação em parcerias, através de convênios, com outras instituições. No tocante a recursos humanos, convém ressaltar, também, que foram liberadas pelo MEC vagas tanto para o corpo técnico quanto para o corpo docente. Como exemplo dessa expansão, em 2014 o IFPI realizou concurso público para o provimento efetivo de 508 servidores, sendo 240 para docentes de diversas áreas do conhecimento e 268 vagas para cargos Técnico-Administrativos de níveis fundamental, médio e superior.

1.3 ORGANOGRAMA FUNCIONAL

A administração do IFPI é composta pela Reitoria e pela Direção-Geral dos Campi, com a colaboração dos órgãos superiores, colegiados, consultivos e demais unidades organizacionais executivas componentes da estrutura organizacional.

A Reitoria é a unidade organizacional executiva central, responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do IFPI.

A Diretoria-Geral é a unidade organizacional executiva responsável pela administração e supervisão de todas as atividades do Campus.

O IFPI tem 05 (cinco) Pró-Reitorias: Pró-Reitoria de Administração (PROAD), Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN), Pró-Reitoria de Ensino (PROEN), Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) e a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) e 02 (duas) diretorias sistêmicas subordinadas à Reitoria, responsáveis por atuar de forma sistêmica e integrada no âmbito do IFPI, em assuntos relacionados à Gestão de Pessoas, Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) e à Tecnologia da Informação, Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI).

A estrutura organizacional possui as unidades organizacionais em sua composição, conforme resolução do Conselho Superior (CONSUP) nº 058 de 23 de outubro de 2014, publicadas no Boletim de Serviço, do mês de novembro de 2014:

1. Órgãos Superiores Colegiados:

1.1. O Conselho Superior (CONSUP) é o órgão superior colegiado máximo do IFPI, de caráter consultivo e deliberativo, instituído nos termos do artigo 10, § 3º da Lei nº. 11.892, de 29/12/2008 e artigos 8º e 9º do Estatuto, da Resolução Nº 001, de 31/8/2009.

1.2. O Colégio de Dirigentes (COLDIR) é o órgão superior consultivo e de apoio ao processo decisório da Reitoria, em matérias e assuntos com abrangência para o IFPI.

2. Órgãos Consultivos:

2.1. O Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) é o órgão colegiado normativo, consultivo e deliberativo em matérias relacionadas às atividades de ensino, pesquisa e inovação, pós-graduação e extensão do IFPI.

2.2. O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é o órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI.

2.3. O Conselho Editoria (CE) é o órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e pela implementação do programa editorial do Instituto Federal do Piauí (IFPI).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2.4 Conselho Técnico Empresarial: em fase de estruturação e implementação.

2.5 Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.

2.6 Comitê de Segurança da Informação e Comunicação define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI.

2.7 Comitê Gestor Institucional: Em fase de estruturação e implementação.

2.8 Conselho Discente: Em fase de estruturação e implementação.

3. Órgãos executivos:

3.1. A Reitoria é a unidade organizacional executiva da administração central, que planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.

3.1.1. O Gabinete da Reitoria é a unidade organizacional responsável por assessorar, organizar, assistir, coordenar e articular a ação administrativa da Reitoria.

3.1.2. A Procuradoria Federal (PROFE) é responsável por prestar assessoramento jurídico ao Reitor e aos órgãos da administração superior do IFPI, bem como auxiliar os órgãos de representação judicial na defesa dos interesses do IFPI perante o Judiciário.

3.1.3. A Controladoria Interna é a unidade organizacional de controle interno, responsável por assistir aos gestores do IFPI quanto às matérias que, no âmbito de sua atuação, sejam concernentes à defesa do patrimônio público e fortalecimento da gestão, por meio de atividades de auditoria, correição, controladoria e ouvidoria.

3.1.4. Diretoria de Comunicação Social é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável pelas políticas de comunicação no que se refere à divulgação interna e externa das atividades institucionais do IFPI.

3.1.5. Diretoria de Relações Internacionais é a unidade organizacional de assessoramento subordinada à Reitoria, responsável por desenvolver e estimular relações internacionais do IFPI, através de projetos, convênios, parcerias e intercâmbios internacionais.

3.1.6. O Cerimonial e Eventos (CEV) é a unidade organizacional responsável por planejar, organizar, executar e coordenar eventos da Reitoria, zelando pelas normas do Cerimonial Público nas solenidades do IFPI.

3.1.7. A Comissão de Ética Pública (CEP) possui o papel consultivo e educativo pelo cumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, Decreto nº 1.171, de 22/6/1994 e dos princípios constitucionais, através da transparência das condutas na Administração Pública no IFPI.

3.1.8. A Comissão Interna de Supervisão do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação (CIS/PCCTAE) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal técnico-administrativo do IFPI.

3.1.9. A Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação e acompanhamento da execução da política de pessoal docente do IFPI.

3.1.10. A Comissão Própria de Avaliação (CPA) é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do ensino superior do IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.1.11. Comissão de Avaliação de Estágio Probatório é a unidade organizacional de assessoramento da Reitoria para a formulação, execução e acompanhamento da política de avaliação do estágio probatório de servidores do IFPI, conforme disposição legal vigente.

3.1.12. Centro de Referência em Formação e EaD do Dirceu.

3.1.13. Bolsa Formação.

3.1.14. Centro de Referência em Programas e Projetos Especiais em Guadalupe.

3.1.15. Campus Avançado do Dirceu.

3.1.16. Campus Avançado de José de Freitas.

3.1.17. Campus Avançado de Pio IX.

3.2 Pro-Reitorias.

3.2.1 A Pró-Reitoria de Administração (PROAD) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário para o IFPI.

3.2.2 A Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN) promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão, contando, para isso, com a assessoria da Diretoria de Desenvolvimento Institucional, e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.

3.2.3 A Pró-Reitoria de Ensino (PROEN) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.

3.2.4 A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.

3.2.5 A Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI) é a unidade organizacional subordinada à reitoria, responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.

3.3 Diretorias Sistêmicas.

3.3.1 A Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.

3.3.2 A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) é a unidade organizacional sistêmica responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.

4. A Diretoria-Geral dos Campi é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.

As informações referentes às competências das áreas ou subunidades estratégicas que integram a estrutura da unidade jurisdicionada estão descritas conforme Quadro 3.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 3 – INFORMAÇÕES SOBRE ÁREAS OU SUBUNIDADES ESTRATÉGICAS

Áreas / Subunidades Estratégicas	Competências	Titular	Cargo	Período de Atuação
Reitoria	planeja, administra, representa, superintende, monitora e avalia as estratégias, as políticas e as atividades do IFPI.	Paulo Henrique Gomes de Lima	Reitor	2014
Pro-Reitoria de Administração	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de administração e planejamento orçamentário para o IFPI.	Paulo Borges da Cunha	Pro-Reitor de Administração	2014
Pro-Reitoria de Desenvolvimento Institucional	promove as políticas e diretrizes de desenvolvimento institucional e suas aplicações nos campi, monitora a implementação dos planos de gestão e atua na articulação do Planejamento Estratégico no IFPI e sua aplicação nos campi, definindo prioridades de atuação e desenvolvimento.	Antonio de Pádua Alves Pinto	Pro-Reitor de Desenvolvimento Institucional	2014
Pro-Reitoria de Ensino	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de ensino para o IFPI.	Laura Maria Andrade de Sousa	Pro-Reitora de Ensino	2014
Pro-Reitoria de Extensão	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de extensão para o IFPI.	Divamélia de Oliveira Bezerra Gomes	Pro-Reitora de Extensão	2014
Pro-Reitoria Pesquisa e Inovação	responsável por planejar, organizar, estabelecer, monitorar e avaliar as políticas e diretrizes de Pós-Graduação, Pesquisa e Inovação para o IFPI.	Ayrton de Sá Brandim	Pro-Reitor de Pesquisa e Inovação	2014
Diretoria de Gestão de Pessoas	responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com as políticas de gestão de pessoas do IFPI.	Luciana Soares da Rocha	Diretora de Gestão de Pessoas	2014
Diretoria de Tecnologia da Informação	responsável por planejar, organizar, dirigir, monitorar, avaliar e orientar as atividades relacionadas com a macrogestão de Tecnologia da Informação (TI) e comunicação para o IFPI.	Eduilson Lívio Neves da Costa Carneiro	Diretor de Tecnologia da Informação	2014
Diretoria Geral do Campus Angical	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e	Charleno Queiroz Pires	Diretor Geral Pro-Tempore	2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	orientar as atividades de gestão do Campus.	Polyana Dias Miranda	Diretora Geral	
Diretoria Geral do Campus Campo Maior	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Washington Moura Barbosa	Diretor Geral Pro-Tempore	2014
Diretoria Geral do Campus Cocal	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Maria dos Remédios de Brito Silva	Diretora Geral Pro-Tempore	2014
Diretoria Geral do Campus Corrente	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Laécio Barros Dias	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Floriano	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Odimógenes Soares Lopes	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Oeiras	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Irineu de Sousa Júnior	Diretor Geral Pro-Tempore	2014
Diretoria Geral do Campus Parnaíba	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Alexandre Borges Cristóvão	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Paulistana	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Gonçalves Washington Soares	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Pedro II	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Raimundo Nonato Alves da Silva	Diretor Geral Pro-Tempore	2014
Diretoria Geral do Campus Picos	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Haroldo Reis de Macedo	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Piripiri	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Clayton Costa Ribeiro	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do	é a unidade organizacional executiva responsável por	José Walter Silva e Filho	Diretor Geral Pro-Tempore	2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Campus São João do Piauí	planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.			
Diretoria Geral do Campus São Raimundo Nonato	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisco Nogueira Lima	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Teresina Central	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Ezequias Matos Esteves	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Teresina Zona Sul	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Francisca Assunção de Almeida Félix	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Uruaú	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Miguel Antonio Rodrigues	Diretor Geral	2014
Diretoria Geral do Campus Valença	é a unidade organizacional executiva responsável por planejar, administrar, organizar, monitorar, avaliar e orientar as atividades de gestão do Campus.	Saul Mark Lima Coelho	Diretor Geral Pro-Tempore	2014
Diretoria Geral do Campus Avançado Dirceu	destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;	Aurélio Agostinho Adão	Diretor Geral Pro-Tempore	2014
Diretoria Geral do Campus Avançado José de Freitas	destinado ao desenvolvimento da educação profissional por meio de atividades de ensino e extensão circunscritas a áreas temáticas ou especializadas, prioritariamente por meio da oferta de cursos técnicos e de cursos de formação inicial e continuada;	Vítor Marques Costa	Diretor Geral Pro-Tempore	2014

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional, ano exercício 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1.4 MACROPROCESSOS FINALÍSTICOS

Toda a estratégia de atuação do Instituto Federal do Piauí (IFPI) fundamentou-se, no exercício de 2014, em torno do programa governamental de desenvolvimento da Educação Profissional, como fator de catalisação de toda a política institucional. O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) e os Planejamentos das Ações elaborados para execução anual convergiram para o Projeto Político-Pedagógico, cujo norte persegue os princípios da política da igualdade, da ética, da identidade, da interdisciplinaridade, da contextualização, da flexibilidade e da educação como processo de formação na vida e para a vida, a partir da visão de uma sociedade em constante evolução, do trabalho, da cultura, da tecnologia e de um ser humano crítico e participativo.

No cumprimento da sua função social educativa, o IFPI garante, em todos os níveis de ensino, a oportunidade de todos concorrerem às vagas ofertadas, pois é aberto um processo seletivo no caso dos cursos técnicos e para os programas PROEJA, PROEJA-FIC, Certific e Mulheres Mil.

Em relação à oferta educacional, o IFPI, como os demais Institutos Federais, apresenta uma característica ímpar dentre as instituições educacionais. Trata-se da flexibilidade curricular de organização de itinerários formativos com vistas à formação do educando a partir da educação de nível médio integrada à educação profissional de nível técnico. E caso queira continuar seus estudos, participa do Enem para se candidatar a uma graduação tecnológica, podendo dar seguimento nas especializações.

O caminho percorrido pelo formando da educação básica até a educação superior dentro da Instituição, numa mesma área de conhecimento científico e tecnológico, constitui um modelo de qualidade educacional já aprovado no país, pelos resultados de destaque obtidos pelos egressos dos IF's.

Outro ponto a ser destacado deste Instituto Federal é a otimização da infraestrutura, quanto às instalações físicas de salas de aulas, laboratórios, equipamentos, salas multimídias e outros ambientes de apoio didático-pedagógico, bem como no que se refere aos recursos de pessoal técnico-administrativo e de docentes, uma vez que atendem simultaneamente de forma articulada os discentes dos cursos técnicos e superiores da educação profissional e tecnológica, bem como das especializações e mestrado. Essa condição tem oportunizado aos professores, mostrar uma visão ampla do que seja educação e de suas relações com o mundo do trabalho e com a sociedade em que vivemos, aliando teoria e prática.

Diante de todo esse contexto, o IFPI não poderia deixar de tratar o ensino profissional como atividade indissociável da extensão e da pesquisa, objetivando contribuir para as mudanças planetárias na busca do desenvolvimento sustentável, local, regional e nacional, por meio da construção e reconstrução de conhecimentos científicos e tecnológicos.

No trabalho com os eixos temáticos dos conteúdos curriculares há o incentivo para trabalhos de pesquisa e a investigação científica, promovendo a divulgação de conhecimentos culturais, científicos e tecnológicos que constituem um acervo de grande importância para a comunidade.

Articuladas com essas atividades surgem naturalmente às ações de extensão garantindo a participação de membros da sociedade, na oferta de atividades como: Estágio e Emprego, Visitas Técnicas, Eventos, Cursos de Formação Inicial e Continuada, Projetos Tecnológicos, Serviços Tecnológicos, Projetos Sociais, Projetos Culturais, Artísticos e Esportivos, Acompanhamento de Egressos e Empreendedorismo, favorecendo a constituição de parcerias e acordos de intercâmbios com instituições, empresas e outros centros no compartilhamento de tecnologias.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Em 2014 foram concluídas as obras civis de mais três campi nas cidades de Campo Maior, Valença do Piauí e Cocal, integrante do plano de expansão da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica no Estado do Piauí.

A consecução dos resultados do Programa de Desenvolvimento da Educação Profissional decorreu de ações integradas, oportunizando a vinculação de objetivos e resultados alcançados. Cabe salientar que os projetos obedeceram às prioridades e planificação aprovadas previamente pelo Conselho Superior da Instituição.

Para viabilizar o plano de ação institucional de 2014 frente à programação orçamentária definida pelo Governo Federal, foi desenvolvido um orçamento programado em função das metas previstas, com acompanhamento de custos permanente. Para os projetos, principalmente da área de investimentos, cujos gastos o orçamento próprio não conseguia atender, o IFPI buscou financiamento junto ao Ministério da Educação, tendo conseguido o apoio necessário.

A estratégia anteriormente referida funcionou como uma maneira para suprir as dificuldades impostas à prática da gestão, na essência, condicionada na sua autonomia por um leque de legislação, estrutura administrativa e de pessoal incompatíveis com a dimensão de responsabilidades requeridas e programação orçamentária normalmente contingenciada nos primeiros meses do ano, em completa falta de sintonia com o plano pedagógico de uma Instituição de Ensino.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

2 INFORMAÇÕES SOBRE A GOVERNANÇA

Esta seção apresenta a estrutura de governança e de autocontrole da gestão da UJ, explicitando a estrutura de governança, atuação da auditoria interna, sistema de correição e avaliação do funcionamento dos Controles Internos.

2.1 ESTRUTURA DE GOVERNANÇA

A Estrutura de Governança do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí tem como base a Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008, que criou os Institutos Federais; o Estatuto do IFPI aprovado pela Resolução nº 01/2009-CONSUP, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU) de 2 de setembro de 2009; e o Regimento Geral, aprovado pela Resolução nº 020/2011-CONSUP, de 06 de dezembro de 2011.

De acordo com a Lei nº 11.892, os Institutos Federais se organizam em estrutura multicampus, tendo como órgãos superiores responsáveis pela sua administração o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, e como órgão executivo de administração central a Reitoria, que inclui um reitor e cinco pró-reitores. Cada Campus é administrado por um diretor-geral. Além do Conselho Superior (CONSUP) e do Colégio de Dirigentes (CODIR), o IFPI possui ainda o Conselho de Ensino, Pesquisa e Extensão (CEPEX) e o Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES). As competências desses órgãos colegiados estão previstas nos arts. 9º, 11, 13 e 15 do Regimento Interno do IFPI.

O Conselho Superior, órgão máximo de caráter consultivo e deliberativo, é formado por representantes dos docentes, técnico-administrativos, discentes e egressos da Instituição, bem como a sociedade civil, do Ministério da Educação e do próprio Colégio de Dirigentes. Dentre as suas competências, estão as seguintes:

- a) aprovar a política geral para a atuação institucional e zelar pelo seu cumprimento;
- b) aprovar as normas e coordenar o processo de consulta à comunidade acadêmica para escolha do Reitor e dos Diretores-Gerais dos Campi;
- c) aprovar o plano de desenvolvimento institucional, o plano geral de cada gestão e os planos anuais de ação, assim como a proposta orçamentária anual;
- d) aprovar normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais;
- e) aprovar o projeto político-pedagógico;
- f) autorizar o Reitor a conferir títulos de mérito acadêmico;
- g) apreciar as contas do exercício financeiro e o relatório de gestão anual, emitindo parecer conclusivo sobre a propriedade e a regularidade dos registros;
- h) deliberar sobre taxas, emolumentos e contribuições por prestação de serviços em geral a serem cobrados pela Instituição;
- i) autorizar a criação e extinção de cursos no âmbito do Instituto, bem como o registro de diplomas;
- j) aprovar a estrutura administrativa e o Regimento Geral do IFPI;
- k) deliberar sobre questões submetidas a sua apreciação.

Já o CODIR, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria administrativa, é composto pelos pró-reitores e diretores-gerais, além dos diretores sistêmicos. É de sua competência, entre outras:

- a) definir a distribuição interna de recursos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- b) estabelecer normas para celebração de acordos, convênios e contratos, bem como para elaboração de cartas de intenção ou de documentos equivalentes;
- c) deliberar, mediante solicitação da Reitoria, sobre alteração de funções e órgãos administrativos da estrutura organizacional do IFPI;
- d) propor normas e ações para o aperfeiçoamento da gestão;
- e) aprovar o calendário de referência anual;
- f) elaborar e aprovar o seu próprio regimento.

O CEPEX, com funções normativas, consultivas e deliberativas sobre matéria acadêmica, didático-pedagógica, científica, artístico-cultural e desportiva, reúne os pró-reitores de Ensino, Pesquisa e Inovação e Extensão e representantes dos coordenadores de cursos, docentes, discentes, técnico-administrativos, equipe técnico-pedagógica e sociedade civil, tendo, entre outras, as seguintes competências:

- a) delinear diretrizes e definir prioridades institucionais nos campos do ensino, da pesquisa e da extensão;
- b) elaborar e aprovar o seu próprio regimento;
- c) emitir parecer conclusivo prévio ao Conselho Superior sobre o projeto político-pedagógico e apreciar e aprovar seus respectivos documentos complementares, assim como suas alterações;
- d) deliberar sobre desmembramento, fusão, ampliação, redução, suspensão temporária ou adequação de cursos e programas e emitir parecer conclusivo prévio ao CONSUP no caso de criação ou extinção;
- e) estabelecer formas de acompanhamento e avaliação dos cursos;
- f) criar câmaras e/ou comissões, permanentes ou temporárias, para estudo de assuntos específicos;
- g) emitir parecer sobre normas relativas à acreditação e à certificação de competências profissionais, nos termos da legislação vigente.

O Conselho de Ética em Pesquisa (CEPES) é órgão colegiado consultivo, normativo e educativo, responsável por fomentar a reflexão em torno da ética na ciência, envolvendo seres humanos e animais de laboratório do IFPI. Compete ao CEPES:

- a) analisar os projetos e protocolos de pesquisa envolvendo animais de laboratório e seres humanos pertencentes ao IFPI ou fora dele;
- b) expedir instruções e orientar os pesquisadores, conforme disposição legal sobre o assunto;
- c) emitir parecer consubstanciado sobre o ensaio, documentos estudados e data de revisão;
- d) garantir a manutenção dos aspectos éticos em pesquisa envolvendo seres humanos;
- e) acompanhar o desenvolvimento de projetos através da análise de relatórios semestrais dos pesquisadores, nas situações exigidas pela legislação;
- f) manter comunicação regular e permanente com o Comitê Nacional de Ética em pesquisa (CONEP/MS);
- g) desempenhar papel consultivo e educativo e promover a reflexão em torno da ética na pesquisa;
- h) controlar e resguardar a confidencialidade dos dados na área;
- i) receber e analisar as denúncias de abusos ou notificações sobre fatos adversos que possam alterar o curso normal do estudo;
- j) analisar e emitir parecer sobre a continuidade, modificação ou suspensão da pesquisa;
- k) desenvolver outras atribuições afins.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Esses órgãos colegiados obedecem a normas gerais de funcionamentos previstas no Regimento Geral. Assim, através de reuniões periódicas, com pauta determinada, decidem sobre as questões que lhe são apresentadas. Existem ainda, órgãos consultivos, os quais encontram-se descritos a seguir.

O Conselho Editorial do Instituto Federal do Piauí é um órgão consultivo, normativo e executivo, responsável pela formulação e implementação da política de editoração e publicação da Revista SOMMA, em suas versões eletrônica e impressa, bem como de livros editados pelo IFPI. Foi instituído pela Resolução CONSUP 049/2012 e, além do estabelecimento de normas editoriais, apresenta como atribuições: a emissão de pareceres sobre matérias submetidas a sua apreciação e o controle de qualidade de material a ser editado pelo IFPI. Compete ainda ao Conselho Editoria fomentar a pesquisa e a produção científica, literária e cultural, contribuindo para o desenvolvimento do pensamento crítico e fortalecimento da difusão científico-cultural do Piauí.

O Comitê Gestor de Tecnologia da Informação e Comunicação (CGTIC) foi constituído pela Resolução Nº 032/2010-CONSUP em 15 de setembro de 2010. O CGTI é um fórum de natureza consultiva e deliberativa, que estabelece políticas e diretrizes sobre os princípios de Tecnologia da Informação e Comunicação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. Os objetivos compreendem em homologar o Plano Diretor de Tecnologia da Informação e Comunicação (PDTIC) e deliberar no âmbito do IFPI sobre os princípios de Tecnologia da Informação, a arquitetura de TI, inclusive os requisitos de segurança, integração e padronização de dados, informações e sistemas, a Infraestrutura de TI, em especial a rede corporativa e seus serviços, os níveis de acesso, o compartilhamento das informações e os sistemas de suporte, as necessidades de aplicações corporativas, especificando e priorizando as soluções que serão adquiridas, contratadas ou desenvolvidas e os investimentos em TI na distribuição do orçamento, dos limites e prioridades dos projetos e ações.

O Comitê de Segurança da Informação e Comunicação foi constituído pela Portaria Interna Nº 242 de 13 de fevereiro de 2014. Ele define as diretrizes para a Segurança da Informação, visando preservar a integridade, confidencialidade e disponibilidade das informações no âmbito do IFPI. Dentre as competências desse comitê têm-se assessorar na implementação das ações de segurança da informação e comunicações, constituir grupos de trabalho para tratar de temas e propor soluções específicas sobre segurança da informação e comunicações, propor alteração na Política de Segurança da Informação e Comunicações e propor normas relativas à segurança da informação e comunicações.

Quanto aos órgãos executivos, no âmbito da administração central, o IFPI é dirigido pelo Reitor, que além do Gabinete e Assessorias, dispõe na Reitoria de uma estrutura de cinco Pró-Reitorias (Ensino, Pesquisa e Inovação, Extensão, Administração e Desenvolvimento Institucional) e duas Diretorias Sistêmicas (Gestão de pessoas e Gestão de Tecnologia da Informação), às quais estão subordinadas diretorias e/ou coordenações e que se encarregam da supervisão, coordenação e articulação nas áreas sob a sua responsabilidade.

A Reitoria conta ainda com um órgão de consultoria jurídica (Procuradoria Federal) e vários órgãos de assessoramento, a saber: Comissão Própria de Avaliação (CPA), Comissão Permanente de Pessoal Docente (CPPD), Comissão Interna de Supervisão do Plano de Cargos e Carreira dos Técnico-Administrativos em Educação (CIS-PCCTAE) e Comissão de Ética, cujas composições e competências estão previstas no Regimento Geral do IFPI e nos respectivos Regimentos Internos. É importante salientar que esses órgãos atuam de maneira independente em relação à gestão, contribuindo para obter o diagnóstico da realidade institucional e, por conseguinte, para a solução dos problemas identificados, exercendo, pois, uma forma de controle e fiscalização.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A mesma estrutura executiva existente na administração central é encontrada na organização de cada Campus, observados os níveis de descentralização, os graus de hierarquização e a articulação funcional dos órgãos em relação à administração central. Em termos de execução, cada Campus é dirigido por um Diretor-Geral, que além do Gabinete, dispõe de uma estrutura de Diretorias e Coordenações, às quais estão subordinadas diretamente ao Diretor-Geral, mas que se relacionam funcionalmente com as respectivas Pró-Reitorias e Diretorias Sistêmicas.

A par dessa estrutura de governança na Reitoria e nos Campus, existe a Auditoria Interna Geral, que atua como órgão de controle da gestão do IFPI. Conforme prevê o Art. 23 do Regimento Geral, a Auditoria Geral é o órgão de controle responsável por fortalecer e assessorar a gestão, bem como racionalizar as ações e prestar apoio, dentro de suas especificidades, no âmbito da Instituição, aos órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e ao Tribunal de Contas da União, respeitada a legislação vigente.

A Unidade de Auditoria Interna da Reitoria está vinculada administrativamente ao Conselho Superior, tendo como objetivo exercer orientação, acompanhamento, controle e fiscalização dos atos e fatos administrativos do IFPI, devendo atuar de forma a contribuir para o alcance dos resultados quanto à economicidade, eficiência e eficácia da gestão. Além disso, deve propor as ações corretivas necessárias, buscando sempre agregar valor à gestão e racionalizar as ações de controle. Deve, também, prestar assessoramento à alta administração da entidade, tendo, as seguintes competências:

- a) realizar auditorias internas periódicas no IFPI;
- b) analisar os procedimentos, rotinas e controles internos;
- c) avaliar a eficiência, eficácia e economia na aplicação e utilização dos recursos públicos;
- d) dar o devido andamento às representações ou denúncias fundamentadas que receber, relativas à lesão ou ameaça de lesão ao patrimônio público;
- e) assessorar a gestão nas ações de controle;
- f) apoiar, dentro de suas especificidades, no âmbito do IFPI, os órgãos do Sistema de Controle Interno do Poder Executivo Federal e do Tribunal de Contas da União (TCU);
- g) verificar a aplicação de normas, legislação vigente e diretrizes traçadas pela administração;
- h) elaborar o Plano Anual de Atividades da Auditoria Interna (PAINT) e o Relatório Anual das Atividades da Auditoria Interna (RAINT);
- i) manter registro atualizado da tramitação e dos resultados dos processos auditados;
- j) desenvolver outras atribuições afins.

Os trabalhos da Auditoria Interna do IFPI são efetivados de acordo com as ações do Plano Anual de Auditoria Interna, elaborado pela Auditoria Interna e com as necessidades e solicitações que surgem no decorrer do ano.

2.2 ATUAÇÃO DA UNIDADE DE AUDITORIA INTERNA

O setor de Auditoria Interna do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, cuja função é contribuir para o fortalecimento da Gestão, está diretamente ligado ao seu Conselho Superior, consoante estrutura organizacional da Instituição aprovada pelo Colégio Superior, por intermédio da Resolução nº 058/2014, de 23/10/2014.

O IFPI possui uma chefe de auditoria e três auditores, todos lotados na Reitoria da Instituição. A atuação da Auditoria Interna se dá de forma centralizada, na sede da Reitoria em Teresina, não existindo em sua estrutura unidades ou subunidades descentralizadas.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Durante o exercício de 2014, a Unidade de Auditoria Interna realizou 08 (oito) ações de auditoria nas áreas de Gestão Patrimonial, Controles da Gestão, Gestão Operacional, Gestão de Recursos Humanos, Gestão do Suprimento de Bens e Serviços e Gestão Financeira.

Os assuntos abordados nos Relatórios de Auditoria Interna emitidos no exercício em referência, com relato sobre as áreas, unidades e setores auditados, além de escopos examinados, cronogramas executados e recursos empregados, encontram-se descritos abaixo:

a) NÚMERO DO RELATÓRIO - 001/2014:

- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Áreas referentes aos relatórios emitidos pelos auditores à época dos trabalhos no ano de 2013 (Reitoria, Teresina Central, Zona Sul, São Raimundo Nonato, Parnaíba, Floriano, Picos, Piripiri, Angical, Corrente, Paulistana e Uruçuí)- Setores relativos ao local de realização das ações de auditoria no ano de 2013.
- ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados analisando-se as manifestações dos Campi supramencionados no que se refere ao cumprimento das recomendações efetuadas no decorrer das ações de auditoria realizadas no ano de 2013;
- CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 29/01/2014 a 14/03/2014;
- RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopidora, telefone, internet, serviço postal, entre outros.

b) NÚMERO DO RELATÓRIO - 002/2014:

- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão Operacional/IFPI/Coordenação-Geral do PRONATEC;
- ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados para avaliar os procedimentos e controles dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PRONATEC, relativos aos exercícios 2013 e 2014;
- CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 21/03/2014 a 23/05/2014;
- RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopidora, telefone, internet, entre outros.

c) NÚMERO DO RELATÓRIO - 003/2014:

- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão de Recursos Humanos/IFPI/ Diretoria de Gestão de Pessoas;
- ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados para verificar os contratos de professores substitutos admitidos pelo Campus Teresina Central com base na Lei nº 8.745/93, vigentes no período de janeiro de 2013 a abril de 2014;
- CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 12/05/2014 a 23/06/2014;
- RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopidora, telefone, internet, serviço postal, entre outros.

d) NÚMERO DO RELATÓRIO - 004/2014:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão Operacional/ IFPI/Pró-Reitoria de Administração e Setor de Contabilidade;
 - ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados por meio de análises e consolidação de informações coletadas a partir da apresentação de documentos extraídos de sistemas utilizados, para verificação da execução das metas do Plano Plurianual no âmbito do IFPI relativas ao Programa Educação Profissional e Tecnológica e ao Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação;
 - CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 26/06/2014 a 25/07/2014;
 - RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditor Interno. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopadora, telefone, internet, entre outros.
- e) NÚMERO DO RELATÓRIO - 005/2014:
- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão Financeira/IFPI/Pró-Reitoria de Administração e Setor de Contabilidade;
 - ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados para analisar a legalidade dos processos de concessão de diárias e passagens efetivados pela Reitoria no período de janeiro a julho de 2014;
 - CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 28/07/2014 a 22/08/2014;
 - RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopadora, telefone, internet, entre outros.
- f) NÚMERO DO RELATÓRIO - 006/2014:
- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão Financeira/IFPI/Departamento de Administração e Setor de Contabilidade;
 - ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados para avaliar a eficácia da gestão do Instituto Federal do Piauí quanto à regularidade nas concessões de suprimento de fundos via Cartão de Pagamento do Governo Federal, originados em todas as Unidades componentes da estrutura do Instituto Federal do Piauí;
 - CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 01/09/2014 a 30/09/2014;
 - RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopadora, telefone, internet, entre outros.
- g) NÚMERO DO RELATÓRIO - 007/2014
- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão do Suprimento de Bens e Serviços/Reitoria/Pró-Reitoria de Administração e Setor de Contabilidade;
 - ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados nos processos correspondentes, para avaliar a situação das transferências mediante convênio ou instrumentos congêneres, assinados ou vigentes no exercício 2014, pela Reitoria/IFPI;
 - CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 01/10/2014 a 17/11/2014;
 - RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopadora, telefone, internet, entre outros.

h) NÚMERO DO RELATÓRIO - 008/2014

- ÁREAS/UNIDADES/SETORES AUDITADOS: Gestão do Suprimento de Bens e Serviços/Reitoria/Departamento de Administração e Setor de Contabilidade;
- ESCOPOS EXAMINADOS: Os trabalhos foram realizados para avaliar a legalidade e formalidade dos certames licitatórios, identificando a existência de inconsistências nos processos ocorridos no IFPI, realizados no exercício 2014, pela Reitoria/IFPI;
- CRONOGRAMA EXECUTADO: Período de 10/11/2014 a 10/12/2014;
- RECURSOS HUMANOS E MATERIAIS EMPREGADOS: 03 (três) servidores Auditores Internos. Foram utilizados equipamentos de informática, computador e impressora, material de expediente comum, papel, pastas, envelopes, fotocopadora, telefone, internet, entre outros.

i) RELATÓRIO DE APURAÇÃO DE DENÚNCIA:

Uma ação de auditoria não prevista foi necessária à apuração de denúncia referente à demanda enviada pela Controladoria Geral da União. A referida denúncia foi encaminhada sob a denominação “Formulário Denúncia -43878-18-27/03/2014, protocolada neste Instituto Federal do Piauí pela Controladoria Geral da União (CGU), Ofício nº 21.444/DSEDU II/DS/SFC/CGU-PR. O denunciante sugeriu a existência de irregularidades na aplicação de recursos públicos pelo IFPI, Campus Paulistana, por ocasião da confecção de uniformes do Projeto Encante Cantando o Natal, através do Processo 23178.000268/2013-48, de 14/12/2013.

Ao longo do exercício de 2014, a Auditoria Interna, atenta à observância e ao cumprimento pelos gestores do IFPI dos princípios que regem a administração pública, executou plenamente as 13 (treze) ações previstas no PAINT/2014. Além disso, uma ação de auditoria não prevista foi necessária à apuração de denúncia referente à demanda encaminhada pela Controladoria Geral da União.

Os trabalhos de auditoria mais relevantes realizados pelos auditores do IFPI no exercício 2014, e respectivas constatações encontram-se descritos no Quadro 4.

Quadro 4 – PRINCIPAIS TRABALHOS E CONSTATAÇÕES DE AUDITORIA EM 2014

Nº do Relatório	Ação do PAINT	Constatações
002/2014	Ação nº 03 – Acompanhamento da execução do Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego - PRONATEC	Impossibilidade de mensurar o universo da amostra.
		Falta de organização das informações e ausência documental.
		Ausência de uniformidade dos processos de Prestação de Contas dos Campi.
		Ausência de sistema informatizado de gestão do PRONATEC no IFPI.
		Atrasos no pagamento das bolsas do PRONATEC.
		Servidora beneficiária de duas bolsas do PRONATEC.
		Servidores beneficiários de bolsas ocupando Funções Gratificadas na Instituição.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

004/2014	Ação nº 05 – Acompanhamento da programação e execução dos objetivos e metas dos programas ou ações de responsabilidade da Entidade	Discrepância entre o valor consignado na LOA 2013 e o valor consignado no Relatório de Gestão 2013.
		Divergência entre os valores liquidados indicados no Relatório de Gestão 2013, o valor efetivamente liquidado no SIAFI e os dados do SIMEC.
		Divergência de valor informado no Relatório de Gestão com os valores informados no SIAFI e SIMEC, referente à ação 2004.
005/2014	Ação nº 06 – Análise da concessão de diárias e passagens	Prestação de contas pendente.
		Ausência de justificativa.
		Atraso no pagamento das diárias.
		Descumprimento do prazo determinado na Portaria MP 98/2003.
006/2014	Ação nº 07 - Avaliação da gestão do uso dos Cartões de Pagamento do Governo Federal	Ausência de documento do SIAFI que comprove a reclassificação das despesas.
007/2014	Ação nº 09 - Avaliação da situação das transferências mediante convênio ou instrumentos congêneres	Ausência no processo de sistemática do processo seletivo.
		Plano de trabalho sem indicação de datas.
		Proposta de cronograma de desembolso incompatível com a evolução de metas e fases previstas.
		Ausência de planilha descritiva das despesas.
		Ausência de limitação do público alvo.
008/2014	Ação nº 10 - Avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios	Contratação de serviços contínuos- serviços de vigilância armada para os Campi de Campo Maior, Cocal e Valença-PI.
		Solicitações difusas referentes a um mesmo evento.
		Ausência de pareceres técnicos ou jurídicos sobre a dispensa ou inexigibilidade.
		Ausência do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição do trabalho infantil).

Fonte: AUDIN, 2014.

As providências adotadas estão descritas no Quadro 5.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 5 – PRINCIPAIS PROVIDÊNCIAS ADOTADAS 2014

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí-IFPI			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório 002/2014	Constatações 1-3	MEMO 008/15 e SA 002/15
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Coordenação Geral do PRONATEC/IFPI			434
Descrição da Recomendação			
(1)- Uniformizar os processos e procedimentos, estabelecendo em todas as Unidades, a sistemática padronizada de ações; (2) Apresentar proposta de projeto de implantação de plataforma digital para gestão do Programa; (3) Afastar do Pronatec os servidores irregulares, conforme Resolução CD/FNDE nº 4 de 16 de março de 2012, se ainda, assim, constar servidores nesta situação.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Coordenação Geral do PRONATEC/IFPI			434
Síntese da Providência Adotada			
Existem, no âmbito do IFPI, regramentos que disciplinam e padronizam as ações do referido programa (IN 01 e 02), sendo apresentado, em Agosto de 2014, o SAAP- Sistema de Apoio Administrativo do PRONATEC, reunindo o banco de dados das informações dos colaboradores internos e externos do programa. Quanto ao Item 3, a Coordenação encaminhou no dia 10/06/2014 aos Coordenadores Adjuntos dos Campi memorando circular nº 015/2014 que estipulava o prazo de 72 hs para retirada e/ou adequação dos colaboradores, controle este verificado pela Audin em Ação específica de acompanhamento das recomendações.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Aumento e melhoria da qualidade e fidelidade das informações originadas das Unidades Remotas e Campi, através dos relatórios de finalização de atividades, com um ganho de operacionalização e controle, significativo. Regularizando a situação dos servidores, Item 3, daria transparência e publicidade das ações da coordenação geral do programa.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Com a ausência de um sistema informatizado de gestão do PRONATEC, a Coordenação lançou o SAAP que facilitaria o gerenciamento das informações. Foi informado, que há a necessidade de aperfeiçoamento da ferramenta.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Relatório 003/2014	Item III	SA 21/14
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas-DIGEP			434
Descrição da Recomendação			
-Padronizar os processos de contratação de professores substitutos, especialmente no que concerne aos prazos, definindo um prazo limite quando da saída de um professor, por motivos diversos, para contratação de um professor			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

substituto. -Ao receber a cópia dos documentos, que se aponha o carimbo de conferência com o original, dispensada quando já autenticado em cartório.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Gestão de Pessoas-DIGEP			434
Síntese da Providência Adotada			
Incluindo nesse prazo todos os procedimentos legais cabíveis, como o processo seletivo simplificado, evita-se, eventualmente, prejuízos a turmas em andamento. Como, ainda, segurança jurídica, aos documentos comprobatórios apresentados no Setor de Recursos Humanos, quando não autenticadas em cartório.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Com as providências adotadas, verifica-se a uniformização dos processos de contratação dos professores substitutos, o que daria continuidade ao período letivo, dentro da normalidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Foram elencadas algumas pendências administrativas do Campus interessado na contratação, como por exemplo: demora na finalização do Processo Seletivo Simplificado, falta de memorando solicitando a contratação do candidato e explicando o motivo dela, documentação do candidato incompleta, dentre outros. Argumentou-se, ainda, que alguns afastamentos de Professores Efetivos proporcionam contratos longos e podem ser prorrogados, outros são curtos e não podem ser prorrogados, ou seja, depende do tipo de afastamento.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Relatório 004/2014	Constatações 1	SA'S 24 e 25/14
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças-DOCF/PROAD			434
Descrição da Recomendação			
- Recomenda-se a realização do procedimento de ajuste, que será verificado em auditorias futuras, reforçando que na elaboração dos futuros Relatórios de Gestão evitem-se divergências de valores com o SIAFI para que tal constatação não mais ocorra.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Diretoria de Orçamento, Contabilidade e Finanças-DOCF/PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
- Foi realizado o procedimento de ajuste, referente às constatações registradas no Relatório em epígrafe, estando, assim, relatado na Nota Técnica nº 014/2014-DOCF, junto ao TCU.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
A Minuta de errata que corrigiu as informações contábeis atualizou os dados do Relatório de Gestão.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O TCU agilizou a correção das informações de controle interno, informando da providência à CGU.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	005/2014	Constatação 01-04	MEMO 06/2015 e SA 04/15
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Reitoria			434
Descrição da Recomendação			
01- Envidar esforços no sentido de alertar os servidores quanto à importância de realizarem a prestação de contas em tempo hábil, devendo ser anexados os documentos exigidos na prestação de contas (relatórios de viagens, cartões de embarque, certificados, atestados, convites, programações, folders, etc.), conforme disposto no artigo 13 da Portaria MEC nº. 403 de 23 de abril de 2009. 02- Normatizar, internamente, o assunto, prevendo todas as situações ou, pelo menos, o maior número de situações possíveis, levando sempre em consideração as peculiaridades institucionais, e, sobretudo, a estrita observância dos dispositivos legais pertinentes, a fim de que não recaia qualquer dúvida nas próximas viagens. 03- É necessário que a Unidade não meça esforços e proceda com a necessária agilidade para pagar as diárias de todos os servidores em dia, a fim de evitar retardamentos injustificados. 04- Que a Unidade cumpra a Portaria MP 98/2003, não negando os requerimentos de capacitação dos servidores que cumprirem o prazo mínimo de antecedência de 10 dias à viagem e que tiverem suas viagens autorizadas pela Reitoria, já que também aceitam a exceção, viabilizando a viagem para cursos e eventos em prazo menor. Que as negativas de autorização de participação dos servidores em eventos de capacitação e afins sejam fundamentadas com embasamento legal, ainda que discricionárias.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
Não houve manifestação da Unidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não houve manifestação da Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve manifestação da Unidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	006/2014	Constatação 001	MEMO 07/2015 e SA 03/15
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Campus Teresina Zona Sul			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que a despesa seja reclassificada até 30 dias após a prestação de contas, conforme dispõe a Macrofunção SIAFI, nos subitens 9.3 e 9.4. <i>“9.3 - O saldo do subitem 96, registrado na liquidação do suprimento de fundos, poderá permanecer até 30 (trinta) dias após a prestação de contas, devendo a despesa ser reclassificada para o subitem da despesa realizada, momento em que é dada a baixa da responsabilidade do Suprido.</i> <i>9.4 – A permanência de saldo no subitem 96 por mais de 30 (trinta) dias após a prestação de contas é fato para restrição contábil.”</i> Caso já se tenha feito a reclassificação, recomenda-se que se anexe cópia desse documento extraído do SIAFI ao processo, conforme dispõe a Macrofunção SIAFI, nos subitens seguintes: <i>“11.4 - Compõe a prestação de contas do suprimento de fundos:</i> ... <i>11.4.9 - a cópia da NS - Nota de Sistema de reclassificação e baixa dos valores não utilizados;”</i>			
Providências Adotadas			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Campus Teresina Zona Sul			434
Síntese da Providência Adotada			
Reclassificação da Despesa.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida dentro do prazo estabelecido.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Item não informado pelo Gestor.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	007/2014	Constatação 01-02	MEMO 06/2015 e SA 04/15
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			434
Descrição da Recomendação			
01- a) Que se analisem os termos de cooperação celebrados pelo Instituto, devendo observar a Clausula- Da seleção de Alunos, que estabelecerá que os servidores participantes do certame deverão se submeter à seleção de acordo com as normas estipuladas pelo Conveniente , obedecendo às normas do Edital correspondente, a ser publicado posteriormente. Passará, pois, este Concedente, a verificar se os termos propostos estarão incluindo este tópico; b) Que a liberação de recursos obedeça ao cronograma de desembolso previsto no Plano de Trabalho, guardando consonância com as metas /fases /etapas executadas ,como resultados esperados do objeto do instrumento, de acordo com o Art. 54, caput da Portaria Interministerial 507/2011; c) As despesas a que se refere o cronograma de desembolso deverão estar descritas e quantificadas física e financeiramente no Termo de Cooperação, que será disponibilizado e preenchido a partir do planejamento realizado pelo Conveniente ao curso oferecido, em planilha detalhada com memórias de cálculo do plano de aplicação; d) Que se determinem os supervisores dos Termos de Cooperação celebrados pelo IFPI, que serão designados em comum concordância entre os partícipes, cabendo-lhes supervisionar e gerenciar a execução dos trabalhos de conformidade com o previsto no instrumento, fazendo-se constar no processo tal indicação. Nada impede, todavia, que seja editada Portaria, designando o servidor para esta finalidade, no controle das informações gerenciais sobre o andamento do acordo, quando não indicado e/ou já formalizado o Administrador do Termo; e) Quando se pretende limitar e/ou ampliar o público alvo do objeto a ser proposto, que se justifique a condição exigida no desenvolvimento do processo, com os devidos esclarecimentos, registrados em documentos comprobatórios. 02- Como o processo já está numerado, recomenda-se que se inclua ao processo um documento fazendo menção que o referido termo aditivo não foi seguido, prevalecendo as cláusulas originalmente avençadas.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
Não houve manifestação da Unidade.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não houve manifestação da Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Não houve manifestação da Unidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Relatório 008/2014	Constatação 001	Memo 75/2014/AUDIN
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			434
Descrição da Recomendação			
Que a liberação dos recursos obedeça ao valor estabelecido no Contrato, regularmente, guardando consonância com o objeto do instrumento e a traduzindo no controle de informações gerenciais, acompanhada pelo fiscal do contrato designado para tal finalidade.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
Até a presente data, não foi respondida a solicitação enviada questionando o cumprimento das recomendações em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não houve manifestação da Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve manifestação da Unidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Relatório 008/2014	Constatação 002	Memo 75/2014/AUDIN
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			434
Descrição da Recomendação			
Que se consolidem as solicitações dos interessados para abertura do Processo de Inexigibilidade, trazendo a devida justificada e autorização pelo dirigente máximo da instituição, em conformidade com a Portaria nº 403/09-MEC; contudo tal situação deveria se constituir em uma excepcionalidade, sem que se verifiquem casos sucessivos ultrapassando esse limite.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
Até a presente data, não foi respondida a solicitação enviada questionando o cumprimento das recomendações em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não houve manifestação da Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Não houve manifestação da Unidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Relatório 008/2014	Constatação 003	Memo 75/2014/AUDIN
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			434
Descrição da Recomendação			
Como tal constatação já foi realizada no relatório 007/2013 (constatação 004), repete-se a mesma recomendação: “A ausência, no processo, de pareceres técnicos e jurídicos fere o inciso VI do art. 38 da lei 8666/93, conforme descrito abaixo: “Art. 38. O procedimento da licitação será iniciado com a abertura de processo administrativo, devidamente autuado, protocolado e numerado, contendo a autorização respectiva, a indicação sucinta de seu objeto e do recurso próprio para a despesa, e ao qual serão juntados oportunamente: ... VI - pareceres técnicos ou jurídicos emitidos sobre a licitação, dispensa ou inexigibilidade;” Recomenda-se que em processos futuros de dispensa e inexigibilidade de licitação sejam apostos os correspondentes pareceres técnicos ou jurídicos, cumprindo o que dispõe a legislação acima mencionada.”			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
Até a presente data, não foi respondida a solicitação enviada questionando o cumprimento das recomendações em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Não houve manifestação da Unidade.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Não houve manifestação da Unidade.			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Relatório 008/2014	Constatação 004	Memo 75/2014/AUDIN
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Reitoria			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que dentro dos processos em epígrafe seja sanada a ausência dos comprovantes do cumprimento do disposto no art. 7º, XXXIII da Constituição Federal (proibição do trabalho infantil).			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
PROAD			434
Síntese da Providência Adotada			
Até a presente data, não foi respondida a solicitação enviada questionando o cumprimento das recomendações em questão.			
Síntese dos Resultados Obtidos			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Não houve manifestação da Unidade.
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor
Não houve manifestação da Unidade.
FONTE: AUDIN, 2014.

No ano de 2014, houve uma alteração na estrutura organizacional da Auditoria Interna, que promoveu o desmembramento dos órgãos que desempenhavam funções estranhas às atividades típicas de auditoria, a exemplo de ouvidoria e correição. A alteração contemplou ainda a mudança de vinculação e posicionamento da Auditoria Interna dentro da Instituição, que passou a ser vinculada ao seu Conselho Superior. As mudanças promovidas trouxeram melhorias no sentido de tornar a estrutura da Auditoria Interna condizente com os trabalhos unicamente de sua competência. Já a alteração de vinculação remete a ganhos relacionados à independência e autonomia dos trabalhos.

Quanto à opinião do auditor interno sobre a qualidade dos controles internos relacionados a apuração dos resultados dos indicadores utilizados para monitorar e avaliar a governança e o desempenho operacional da UJ, informamos que há uma modesta avaliação dos indicadores, e esta Auditoria Interna reconhece a necessidade de ampliação do monitoramento e avaliação do modelo de governança, para com isso atender à efetividade dos controles internos no âmbito do IFPI.

2.3 SISTEMA DE CORREIÇÃO

Esta UJ possui em sua estrutura organizacional a unidade de Correição, por meio da Corregedoria Geral.

A Corregedoria Geral é subordinada à Controladoria Interna e responsável por promover, coordenar e acompanhar a execução de ações disciplinares que vise à apuração de possíveis irregularidades cometidas por servidores do IFPI e emitir parecer sobre a aplicação das penalidades.

Os processos instaurados na Instituição, nas modalidades de sindicância e processos disciplinares, são executados por comissões designadas para cada finalidade específica. Após o término dos trabalhos pelas comissões, os processos são encaminhados para lançamento no sistema CGU/PAD.

2.4 AVALIAÇÃO DO FUNCIONAMENTO DOS CONTROLES INTERNOS

A UJ realizou um levantamento da percepção dos membros do Colégio de Dirigentes, representantes do nível estratégico, sobre a qualidade do funcionamento dos controles internos administrativos da UJ, contemplando a avaliação do ambiente de controle, avaliação de risco, atividades de controle, informação e comunicação e monitoramento. Os dados foram sintetizados conforme Quadro 6 a seguir.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 6– AVALIAÇÃO DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS DA UJ

ELEMENTOS DO SISTEMA DE CONTROLES INTERNOS A SEREM AVALIADOS	VALORES			
Ambiente de Controle				
1. A alta administração percebe os controles internos como essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento.				X
2. Os mecanismos gerais de controle instituídos pela UJ são percebidos por todos os servidores e funcionários nos diversos níveis da estrutura da unidade.			X	
3. A comunicação dentro da UJ é adequada e eficiente.			X	
4. Existe código formalizado de ética ou de conduta.				X
5. Os procedimentos e as instruções operacionais são padronizados e estão postos em documentos formais.				X
6. Há mecanismos que garantem ou incentivam a participação dos funcionários e servidores dos diversos níveis da estrutura da UJ na elaboração dos procedimentos, das instruções operacionais ou código de ética ou conduta.			X	
7. As delegações de autoridade e competência são acompanhadas de definições claras das responsabilidades.			X	
8. Existe adequada segregação de funções nos processos e atividades da competência da UJ.			X	
9. Os controles internos adotados contribuem para a consecução dos resultados planejados pela UJ.			X	
Avaliação de Risco				
10. Os objetivos e metas da unidade jurisdicionada estão formalizados.				X
11. Há clara identificação dos processos críticos para a consecução dos objetivos e metas da unidade.			X	
12. É prática da unidade o diagnóstico dos riscos (de origem interna ou externa) envolvidos nos seus processos estratégicos, bem como a identificação da probabilidade de ocorrência desses riscos e a consequente adoção de medidas para mitigá-los.	X			
13. É prática da unidade a definição de níveis de riscos operacionais, de informações e de conformidade que podem ser assumidos pelos diversos níveis da gestão.	X			
14. A avaliação de riscos é feita de forma contínua, de modo a identificar mudanças no perfil de risco da UJ ocasionadas por transformações nos ambientes interno e externo.	X			
15. Os riscos identificados são mensurados e classificados de modo a serem tratados em uma escala de prioridades e a gerar informações úteis à tomada de decisão.	X			
16. Não há ocorrência de fraudes e perdas que sejam decorrentes de fragilidades nos processos internos da unidade.			X	
17. Na ocorrência de fraudes e desvios, é prática da unidade instaurar sindicância para apurar responsabilidades e exigir eventuais ressarcimentos.				X
18. Há norma ou regulamento para as atividades de guarda, estoque e inventário de bens e valores de responsabilidade da unidade.				X
Procedimentos de Controle				
19. Existem políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos da UJ, claramente estabelecidas.			X	
20. As atividades de controle adotadas pela UJ são apropriadas e funcionam consistentemente de acordo com um plano de longo prazo.			X	
21. As atividades de controle adotadas pela UJ possuem custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.			X	
22. As atividades de controle adotadas pela UJ são abrangentes e razoáveis e estão diretamente relacionadas com os objetivos de controle.			X	
Informação e Comunicação				
23. A informação relevante para UJ é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.				X
24. As informações consideradas relevantes pela UJ são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas.				X
25. A informação disponível para as unidades internas e pessoas da UJ é apropriada, tempestiva,			X	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

atual, precisa e acessível.					
26. A Informação divulgada internamente atende às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.				X	
27. A comunicação das informações perpassa todos os níveis hierárquicos da UJ, em todas as direções, por todos os seus componentes e por toda a sua estrutura.					X
Monitoramento					
28. O sistema de controle interno da UJ é constantemente monitorado para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo.				X	
29. O sistema de controle interno da UJ tem sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.				X	
30. O sistema de controle interno da UJ tem contribuído para a melhoria de seu desempenho.					X
Análise Crítica: A Controladoria começou a ser estruturada em abril de 2014, abrangendo as áreas de corregedoria e ouvidoria. O Sistema de controle interno contribui para que a administração possa alcançar suas metas com mais efetividade nas suas ações e atividades. É por meio deste sistema que a administração pode identificar e corrigir falha no processo de gestão, que aparecem após o planejamento e durante a execução das atividades no intuito de assegurar o alcance dos objetivos estabelecidos. A alta administração demonstra grande zelo para com os elementos e os procedimentos de controle interno. Porém, alguns elementos ainda carecem de aperfeiçoamento para garantir maior eficácia, pois aspectos do Ambiente de Controle, itens 2, 3, 6, 7, 8 e 9 ainda precisam ser perfeitos. Quanto a Avaliação de Risco ainda não há uma cultura institucional neste sentido, o que hoje é feito de forma insipiente. Mesmo com a criação e o funcionamento da Controladoria Interna, bem como, da Comissão Própria de Avaliação, estas necessitam de uma atuação mais efetiva. Neste sentido a administração elaborou um plano de ação para a Ouvidoria, onde pretende-se implantar um canal de linha direta para comunidade interna e externa, com a linha telefônica 0800, como também via e-mail, para receber críticas, sugestões, reclamações e elogios. Para a Corregedoria elaborou-se um plano de capacitação do servidor que tenham interesse de atuar em processos correccionais, como também realizar visitas in loco, com o objetivo de orientar e revisar os atos praticados pelos servidores. Quanto ao Controle Interno pretende-se aperfeiçoar o sistema nas áreas administrativas com prestações de contas e rotinas administrativas. e educacional. Quanto a área de ensino partido do calendário acadêmico até o conselho de classe anual. Com isso será possível implementar os procedimentos de avaliação de risco internos e externos que possam influenciar para o não atendimento das metas traçadas pela gestão, como também, implementar uma escala de prioridades das informações para a tomada de decisão. O fortalecimento do sistema de controle interno não depende apenas do apoio da alta administração, mas da formação de uma cultura organizacional, onde todos os agentes da instituição estejam cientes do papel deste sistema e reconheçam sua relevância para o combate a possíveis desvios administrativos. A Informação e a Comunicação como elementos de grande importância para o sistema de controle, embora bem posicionados na estrutura administrativa, necessita buscar mecanismos para desenvolver estratégias de divulgação interna com vistas a torná-las mais acessíveis e eficiente.					
Escala de valores da Avaliação: (1) Totalmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente não observado no contexto da UJ. (2) Parcialmente inválida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua minoria. (3) Neutra: Significa que não há como avaliar se o conteúdo da afirmativa é ou não observado no contexto da UJ. (4) Parcialmente válida: Significa que o conteúdo da afirmativa é parcialmente observado no contexto da UJ, porém, em sua maioria. (5) Totalmente válido. Significa que o conteúdo da afirmativa é integralmente observado no contexto da UJ.					

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3 RELACIONAMENTO COM A SOCIEDADE

Nesta Seção a UJ apresenta dados relacionados à descrição dos canais de acesso do cidadão, informações sobre a elaboração e divulgação da Carta de Serviços ao Cidadão, demonstração de mecanismos de avaliação, detalhamento do portal da unidade e as medidas adotadas pela unidade com vistas ao cumprimento da acessibilidade, conforme Lei nº 10.098/2000, Decreto nº 5.296/2004 e normas aplicáveis da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT).

3.1 CANAIS DE ACESSO DO CIDADÃO

Esta UJ possui canal de comunicação do cidadão, criado em 2012, Resolução nº 17, 14/5/2012, o Serviço de Informação ao Cidadão (SIC), conforme disposição da Lei nº 12.527, de 18/11/2011. O acesso ao SIC está disponível na homepage da instituição, que possui todas as informações possíveis da instituição, e também é acessado pelo e-mail institucional: sic@ifpi.edu.br.

A Diretoria de Comunicação (DIRCOM) do Instituto Federal do Piauí é o setor responsável pelo desenvolvimento de ações e ferramentas de comunicação institucional construídas sobre três áreas de atuação: a instituição e os servidores, a instituição e a comunidade acadêmica, a instituição e a sociedade.

As redes sociais têm figurado dentre os canais de comunicação utilizados pelas organizações para se relacionarem com seus públicos de interesse, funcionando, assim, como uma "ouvidoria virtual". Diante desse cenário, o IFPI está presente nas redes sociais Facebook, Twitter, Youtube e Instagram (Figura 1).

Figura 1 – CANAIS DE REDES SOCIAIS DA UJ



Fonte: Diretoria de Comunicação (DIRCOM)

Principalmente no Facebook e no Twitter, recebemos críticas, elogios, sugestões e dúvidas e denúncias. Procuramos responder a todas as manifestações, seja de forma direta, após consulta aos setores da instituição, ou com indicações de como o interessado pode obter determinada informação.

Além das redes sociais, também temos outros canais de acesso ao cidadão como e-mail (comunicacao@ifpi.edu.br), telefone (86-3131-1406) e o link *Fale com o Reitor*, disponível no portal do IFPI na internet (www5.ifpi.edu.br).

3.2 CARTA DE SERVIÇOS AO CIDADÃO

Esta UJ ainda não desenvolveu e implantou a Carta de Serviços ao Cidadão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

3.3 MECANISMOS PARA MEDIR A SATISFAÇÃO DOS PRODUTOS E SERVIÇOS

Não há mecanismo oficial para mensuração da satisfação dos cidadãos-usuários. Nos últimos três anos, a DIRCOM não realizou pesquisas de opinião com cidadãos em geral, segmentos organizados da sociedade ou usuários dos produtos e serviços resultantes da atuação do Instituto Federal do Piauí.

3.4 ACESSO ÀS INFORMAÇÕES DA UNIDADE JURISDICIONADA

O site da UJ apresenta dados e informações instituídos pela Lei de Acesso à Informação, contribuindo para a transparência da gestão. Os dados estão relacionados a dados institucionais, ações e programas, auditorias, convênios, despesas, licitações e contratos servidores e outros. Também é disponibilizado o Boletim de Serviço Eletrônico e as resoluções expedidas pelo Conselho Superior.

Outro recurso disponibilizado é o Boletim de Notícias Eletrônico (*Newsletter*), que é enviado semanalmente, por e-mail, aos nossos servidores, aposentados, além de outros Institutos participantes da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

3.5 AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO DA UNIDADE JURISDICIONADA

Esta UJ ainda não desenvolveu e implantou a Pesquisa de Satisfação junto aos usuários de seus serviços, em relação ao cumprimento de compromissos dos padrões de qualidade fixados na Carta de Serviços ao Cidadão.

3.6 MEDIDAS RELATIVAS À ACESSIBILIDADE

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT NBR950), a Acessibilidade é definida como a condição para utilização com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação por uma pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida.

O IFPI procura desempenhar ações promovendo reflexões sobre a educação e profissionalização de pessoas com deficiência, visando à remoção de barreiras que impedem a acessibilidade em suas várias dimensões; arquitetônico, adequando e/ou construindo estrutura física do IFPI tornando acessíveis os espaços da instituição para pessoas que apresentam condições de deficiência motora e/ou visual; pedagógico, propondo ações que favoreçam à permanência de alunos com necessidades especiais no IFPI e a formação da comunidade acadêmica para a inclusão; tecnológico, estimulando a realização de pesquisas e ações em tecnologias assistivas para o desenvolvimento de equipamentos, serviços e estratégias que permitam a acessibilidade ao conhecimento com autonomia; e linguístico, garantindo às pessoas surdas acesso à comunicação, à informação e à educação. Em nossa UJ há a adequação gradual da infraestrutura do Campus relativa à acessibilidade com inclusão de espaços de acessibilidade em diversos pontos, sobretudo com a construção de rampas e adaptação de banheiros, além disso, a citar o Campus Teresina Central há a utilização de elevadores de acesso aos pavimentos.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4 AMBIENTE DE ATUAÇÃO

O Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI) é uma instituição de ensino, que integra a rede federal de educação, voltado para a formação de profissionais qualificados, para atender as demandas locais, de acordo com a especificidade de região onde ele atua. Com mais de cem anos de história e atuação no estado do Piauí, esta instituição tornou-se Instituto Federal, com status de universidade, através da Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008.

4.1 INFORMAÇÕES DO AMBIENTE DE ATUAÇÃO DA UNIDADE JURISDICIONADA

O IFPI, como instituição de educação básica, profissional e superior, com ação pluricurricular e multicampi, atua no desenvolvimento de programas e projetos de ensino, nos níveis básicos, por meio dos cursos de nível médio integrado e técnico subsequente, no nível superior, através dos cursos de tecnologia, licenciatura e bacharelado, e, no nível de pós-graduação, com cursos de especialização e mestrado.

Atua ainda na pesquisa e na extensão, sob a forma de atividades presenciais e a distância, em diversas áreas do conhecimento. Através da formação e qualificação de profissionais da pesquisa e da extensão, busca contribuir para o desenvolvimento tecnológico de novos processos, produtos e serviços em articulação com os setores produtivos da sociedade local e regional. Promove a produção e a difusão de conhecimentos científicos e tecnológicos, na perspectiva do desenvolvimento social e econômico do Piauí e da região Nordeste do Brasil.

No que se refere à Pós-Graduação, o IFPI oferece cursos em nível de especialização *lato sensu*, e cursos *stricto sensu*, em nível de mestrado. O IFPI fomenta através de bolsas pesquisa a iniciação científica em três modalidades, conhecido como PIBIC, para alunos de graduação, PIBICjr, para alunos de nível médio/técnico e o PIBIC voluntário, em que os alunos participantes não recebem bolsas de pesquisa.

Para o IFPI a Extensão, enquanto política institucional, é uma atividade capaz de direcionar um novo rumo à educação brasileira e, especificamente, à do Piauí ao contribuir na formação do profissional cidadão, em um espaço significativo de produção do conhecimento para a superação das desigualdades sociais existentes. Tem, como mecanismo articulador, a troca dialógica entre teoria e prática que proporciona a vivência e a formação de habilidades e competências necessárias à formação de um profissional de sucesso.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) do IFPI, unidade organizacional responsável por planejar, organizar, monitorar e avaliar as políticas de extensão, tem suas ações norteadas, em coerência com as leis supracitadas, pelas linhas traçadas no Plano Nacional de Extensão, e por sua Política de Extensão propostas neste documento, que tem como finalidade contribuir para o desenvolvimento do IFPI e seus campi. Neste sentido, a Extensão, no IFPI, é entendida como prática que integra as atividades de ensino e de pesquisa, em resposta às demandas da população da região de seu entorno. Para tanto, são desenvolvidos dois eixos de atuação: o primeiro, centrado no planejamento, organização e realização de todo o conjunto das atividades; e o segundo, voltado inteiramente à operacionalização destas atividades, de forma a ampliar tanto o universo de atendimento, quanto o conhecimento por parte da comunidade.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

No IFPI, as políticas para o ensino buscam oferecer aos alunos referenciais teórico-práticos que colaborem na aquisição de competências cognitivas, habilidades e atitudes e que promovam o seu pleno desenvolvimento como pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho.

Em 2014, o IFPI está distribuído em 16 municípios do Estado do Piauí. A Reitoria e dois campi em Teresina, e os demais assim distribuídos: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença do Piauí. Nesse cenário, o IFPI procura formar profissionais de acordo com as demandas de cada região, de acordo com suas especificidades produtivas, ornando-se uma instituição de grande relevância para o desenvolvimento do estado do Piauí.

O estado do Piauí demonstra um forte interesse pela educação, haja vista que existe um grande número de organizações nesse setor, ofertando cursos em todos os níveis e modalidades de ensino. Dessa maneira, o mercado de atuação do IFPI é composto por uma grande quantidade de instituições privadas que oferecem produtos e serviços similares aos do IFPI, além da Universidade Federal do Piauí (UFPI) e da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), no âmbito público. Estas instituições oferecem ao público do Piauí produtos e serviços nas áreas de ensino, pesquisa e extensão, a citar: Centro de Educação Tecnológica (CET); Centro de Ensino Superior do Vale do Parnaíba (CESVALE); Centro Universitário da Faculdade de Saúde, Ciências Humanas e Tecnológicas do Piauí (UNINOVAFAPI); Christus Faculdade do Piauí (CHRISFAPI); Escolas da Rede Estadual de Ensino; Faculdade Ademar Rosado (FAR); Faculdade Maurício de Nassau-Aliança; Faculdade das Atividades Empresariais de Teresina (FAETE); Faculdade de Administração de Teresina (FAT); Faculdade de Ciências e Tecnologia de Teresina (FACET); Faculdade de Ciências, Saúde, Exatas e Jurídicas de Teresina (FACULDADE CEUT); Faculdade de Ensino Superior de Floriano (FAESF); Faculdade de Ensino Superior do Piauí (FAESPI); Faculdade de Tecnologia de Teresina (FACULDADE CET); Faculdade de Tecnologia do Piauí (FATEPI); Faculdade de Tecnologia Intensiva de Parnaíba (FATECI); Faculdade de Tecnologia, Educação Superior e Profissional (FATESP); Faculdade do Médio Parnaíba; Faculdade do Piauí (FAPI); Faculdade dos Cerrados Piauienses (FCP); Faculdade Entre Rios do Piauí (FAERP); Faculdade Evangélica Cristo Rei (FECR); Faculdade Evangélica do Piauí (FAEPI); Faculdade Integrada do Brasil (FAIBRA); Faculdade Integral Diferencial (FACID); Faculdade Internacional do Delta (INTA); Faculdade Maurício de Nassau; Faculdade Piauiense de Processamento de Dados (FPPD); Faculdade Santo Agostinho (FSA); Faculdade São Gabriel (FSG); Fundação Municipal Wall Ferraz; Instituto Católico de Estudos Superiores do Piauí (ICESPI); Instituto de Ciências Jurídicas e Sociais Professor Camillo Filho (ICF); Instituto de Educação Superior Raimundo Sá (IESRSA); Instituto de Ensino Superior de Teresina (IEST); Instituto Euvaldo Lodi; Instituto Galileo de Ensino Superior; Instituto Superior de Educação do Sul do Piauí (ISESPI); Instituto Superior de Educação Programus (ISEPRO); Instituto Superior de Educação São Judas Tadeu (ISESJT); Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial; Serviço Nacional de Aprendizagem na Indústria; e outros.

No que se refere à oferta de curso de pós-graduação, ainda existe uma grande carência de cursos *stricto sensu*. Em nível de mestrado, apenas quatro instituições ofertam cursos desta natureza, conforme abaixo, IFPI, UESPI, UFPI, UNINOVAFAPI. Em nível de doutorado, somente a UFPI oferece cursos desta natureza no Estado do Piauí.

Com o intuito de qualificar seus servidores, o IFPI tem desenvolvido parcerias com instituições de outros Estados da Federação para oferta de cursos de mestrado e doutorado.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Nessa perspectiva, o IFPI, vem desenvolvendo ações nas áreas do Ensino, da Pesquisa e da Extensão, contribuindo para o desenvolvimento das regiões do estado, capacitando profissionais capazes de satisfazer as demandas existentes no mercado local e regional.

Na área do ensino, em sua atuação consolidada no campo da formação profissional, atualmente o IFPI oferece cursos nas modalidades presencial e a distância, enquadrados nos seguintes eixos tecnológicos: ambiente e saúde; segurança; controle e processos industriais; desenvolvimento educacional e social, infraestrutura; gestão e negócios; turismo, hospitalidade e lazer; informação e comunicação; produção alimentícia; produção cultural e design; produção industrial e recursos naturais.

Esta oferta considera o atendimento às demandas educacionais, socioeconômico-ambientais dos cidadãos e do mundo do trabalho local e da região, numa tentativa de comungar os interesses dos diversos setores representativos da sociedade. Assim, A PROEN busca conciliar a demanda identificada com a vocação e a capacidade do IFPI, em termos de reais condições de viabilizar a referida proposta em relação à infraestrutura física, corpo docente e técnico, acervo bibliográfico, instalações e equipamentos necessários.

Dessa forma, o papel do IFPI não é o de apenas receber demandas da sociedade, mas prioritariamente, prestar um atendimento educativo-escolar à comunidade discente nas diferentes etapas da Educação Básica e da Educação Profissional Técnica de Nível Médio, bem como na Graduação Tecnológica e Licenciaturas e na Pós-Graduação *Lato* e *Stricto Sensu*, nas formas presencial e a distância, como forma de viabilizar uma educação enquanto prática social que efetive a missão de formar o profissional-cidadão com condições de atuar no mundo do trabalho, na perspectiva de edificação de uma sociedade mais igualitária.

No campo da Pesquisa, a Pró-Reitoria de Pesquisa e Inovação (PROPI), vem desenvolvendo ações no sentido de fortalecer o desenvolvimento científico e tecnológico no Estado do Piauí no que se refere à pesquisa, pós-graduação e inovação.

O mercado de atuação do IFPI referente às ações desenvolvidas pela PROPI é ainda muito novo. No Piauí, as organizações responsáveis por ensino, pesquisa e extensão ainda tem um enfoque muito direcionado às ações de ensino. As ações de pesquisa e inovação são recentes. A maioria do empresariado local ainda não acredita que a pesquisa e inovação possam agregar valor e diferenciar do ponto de vista competitivo. Este cenário vem mudando com a competitividade crescente no mercado piauiense, forçando as empresas a mudarem a visão estratégica. A maioria das pesquisas desenvolvidas ainda tem um enfoque meramente acadêmico, o que ainda não chega a se caracterizar como inovação.

As ações de inovação vêm se ampliando a cada ano. As pesquisas desenvolvidas são mapeadas para verificar aquelas que têm potencial inovador. Reflexo disso foi o depósito da primeira patente.

Outra ação importante é o contato com instituições ligadas ao empresariado local, como o Instituto Euvaldo Lodi (IEL), ligado a Federação das Indústrias do Estado do Piauí (FIEPI). Assim, as ações de inovação atendem não somente os pesquisadores do IFPI como todos aqueles interessados na área.

Anualmente o IFPI realiza o VI Simpósio de Produtividade em Pesquisa e VI Encontro de Iniciação Científica do IFPI – VI ENCIPRO, que tem a finalidade de apresentar à sociedade as pesquisas desenvolvidas no IFPI, especialmente PIBIC e PROAGRUPAR. O evento também é aberto a outros pesquisadores interessados em apresentar os resultados de suas pesquisas. Tem-se percebido que o ENCIPRO recebe cada vez mais participante a cada ano, demonstrando a credibilidade do evento.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

No tocante à Extensão, a Pró-Reitoria de Extensão vem oportunizando a comunidade acadêmica externa e interna, uma melhor qualificação profissional. Entre os serviços ofertados a alunos e servidores dispomos de cursos de capacitação e aperfeiçoamento na modalidade FIC (Formação Inicial e Continuada), nas áreas de Informática, Línguas Estrangeiras, Inclusão (Libras e Braille), em Educação do Campo, Quilombola e nas Relações Étnico- Raciais, entre outros.

No que se refere a oferta de estágios, o IFPI através da contratação de serviços de um agente de integração, oportuniza vagas, para discentes dos cursos técnico e superior internos e provenientes de outras instituições de ensino no Estado, nas mais diversas áreas, para atendimento aos setores administrativos na reitoria e nos 17 *campi* em funcionamento. Para as Licenciaturas do IFPI, implantamos em 2014, o “Projeto Escola de Aplicação de Estágios”, em convênio com a Secretaria Estadual de Educação – SEDUC, para estágios no Ensino Médio.

Além destes serviços, a PROEX oferece aos servidores e discentes, através do Programa Institucional de Apoio à Extensão (ProAEx), a submissão de propostas de cursos e projetos em comunidades alvo, possibilitando a *práxis* acadêmica e a prestação de serviços para comunidades em situação de risco.

Em 2013 tornou-se política institucional o atendimento a alunos em situação de vulnerabilidade social, através da Política de Assistência Estudantil (POLAE), cujo maior benefício é a permanência do aluno na escola. Atualmente, o cenário político, econômico e social, em todos os níveis, tem exigido das organizações uma agilidade cada vez maior para identificar as ameaças existentes ao desenvolvimento de suas atividades, bem como traçar estratégias eficazes para saná-las. Nesse sentido, por se tratar de uma instituição que está voltada para a oferta do ensino, em diferentes níveis e modalidades, o IFPI tem como principal ameaça a evasão escolar, cujas consequências trazem fortes prejuízos para todos os envolvidos no processo, seja para o estudante, para a escolar e para a própria sociedade.

A esse respeito, o IFPI através de suas Pró-Reitorias tem desenvolvido uma série de ações com vistas a minimizar tais consequências negativas da evasão escolar. A política de combate a evasão e retenção contemplada no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) representam de forma concreta a continuidade e criação de programas e estratégias com esse fim.

O Instituto Federal do Piauí, para estimular a permanência, o êxito acadêmico e a consequente conclusão do curso em tempo hábil, desenvolve as seguintes atividades permanentes, articulando-as ao ensino, à pesquisa e à extensão por meios dos programas e projetos veiculados pela Política de Assistência Estudantil:

- a) Realização de ações de acompanhamento dos alunos pelas equipes pedagógicas e multiprofissionais do IFPI;
- b) Identificação e minimização das lacunas que os alunos trazem de sua formação anterior, promovendo mecanismos de nivelamento e oferecendo condições para aprendizagens significativas;
- c) Identificação e minimização dos problemas de ordem psicológica ou psicopedagógica que interfiram na aprendizagem;
- d) Investimento nas potencialidades e disponibilidades evidenciadas pelos alunos, por meio do estímulo à canalização desse diferencial em monitorias de ensino;
- e) Estímulo à participação em projetos de iniciação científica, promovendo a possibilidade do fornecimento de bolsas e incentivos para tal;
- f) Viabilização de oportunidades de estágio, monitoria, iniciação científica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Os estudantes do IFPI recebem atendimento psicológico, atendimento médico – odontológico e serviços de assistência social. O acompanhamento pedagógico é desenvolvido pelas equipes pedagógicas do IFPI.

No intuito de enfrentar a problemática do baixo desempenho de alunos ingressantes nos cursos integrados de nível médio, o IFPI criou o Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI), cujo objetivo principal é acolher o aluno ingressante nas suas especificidades e principalmente nas suas dificuldades de aprendizagem, precisamente nas disciplinas de Matemática, Língua Portuguesa, Física e Química, como forma de promover o êxito e sua permanência. Tal Programa, que se desenvolve por meio de monitorias, insere-se na Política de Assistência Estudantil- POLAE, que condensa as Políticas de Atendimento aos Discentes. Para efetivar o acompanhamento pedagógico dos alunos, o IFPI desenvolverá um Programa de Acompanhamento do Estudante por equipe multiprofissional.

O IFPI pretende criar uma rede de apoio ao estudante, em conformidade com as prioridades da assistência estudantil como direito e espaço prático de cidadania e de dignidade humana, em busca da efetividade institucional, uma vez que muitos jovens chegam à instituição em condições mínimas de permanência em seus cursos.

Em relação ao ensino superior, o processo de reformulação/criação dos projetos dos cursos, bem como a inclusão de estratégias que englobam o nivelamento também estão sendo direcionadas para atacar essa ameaça. Nesse sentido, O IFPI realiza uma série de ações para promoção da permanência com êxito, estabelecidas a partir da participação em programas, projetos e atividades desenvolvidas no âmbito dos cursos de graduação.

Uma das estratégias comuns a todos os cursos de graduação está relacionada à iniciação à pesquisa por meio da participação no PIBIC. Nesse programa, os alunos recebem uma bolsa para o desenvolvimento de projetos de iniciação científica com duração de um ano.

Outra ação que fomenta a permanência dos discentes comuns a todos os cursos de graduação são os eventos realizados em cada curso. Tais eventos discutem e promovem tanto a produção e divulgação científica da área quanto a discussão sobre a inserção profissional e outras questões de interesse dos alunos.

Ainda no campo das ações comuns aos cursos de graduação para a promoção da permanência está a realização de visitas técnicas. Essas visitas promovem a associação teoria-prática com o conhecimento de diferentes contextos locais, regionais e nacionais, despertando assim, a motivação e o interesse do aluno.

Há ainda outras estratégias que promovem de maneira significativa a permanência dos alunos. Trata-se da participação no PIBID, cujo objetivo é promover a iniciação à docência e o estímulo à formação de futuros professores, o que concorre com os objetivos de permanência dos discentes. Outra estratégia importante é a inclusão no currículo das licenciaturas de componentes curriculares com o objetivo de realizar o nivelamento de conhecimento para os alunos que ingressam na instituição. Essa estratégia assume importância, principalmente com a democratização do ensino superior e a elevação do número de alunos oriundos da rede pública básica de ensino, historicamente marcada pela baixa qualidade da educação.

Atender às emergências dos contextos locais na oferta de cursos é uma oportunidade de consolidar a nossa atuação, propiciando um interesse maior da comunidade em nossos serviços, contribuindo assim, para a permanência com êxito de nossos alunos, uma vez que estes reconhecem a importância e o retorno da sua área de formação no mercado de trabalho.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Aliado as ações supracitadas, o IFPI está buscando desenvolver procedimentos capazes de corrigir algumas distorções que refletem diretamente na oferta do ensino, funcionando como um fomentador da evasão. A seguir estão expostos alguns desses entraves:

- a) Burocracia enfrentada para aquisição de materiais consumo, de equipamentos e contratação de mão-de-obra qualificada para manutenção preventiva e corretiva principalmente os importados utilizados nos laboratórios. Este problema é agravado pela insuficiência de pessoal na Procuradoria Federal do IFPI, haja vista que os processos de compra devem ter o parecer do referido setor;
- b) Descontinuidade na demanda de determinados cursos, em regiões e áreas específicas de formação profissional. Este aspecto exige do IFPI uma mobilidade de infraestrutura e de pessoal difícil de ser atendida pelas políticas do governo;
- c) Nos cursos de Pós-Graduações *Stricto Sensu* faltam espaços específicos para os alunos das desenvolverem as suas atividades práticas, conforme previsto nos projetos aprovados. Atualmente o Programa de Mestrado contam com 10 cotas de bolsas da Fundação de Amparo a Pesquisa do Estado do Piauí (FAPEPI) e 03 cotas de bolsas – CAPES perfazendo um total de 13 (treze) bolsas, para um total de 45 (quarenta e cinco) alunos. A instituição reconhece ainda, algumas limitações que dificultam a integralização dos cursos de pós-graduação, decorrentes de uma realidade nacional, mas, dentro de um diagnóstico e planejamento, buscará implementar ações que minimizem a evasão escolar desta categoria.

Além da evasão escolar, motivada por fatores internos e externos, existe ainda a concorrência de instituições públicas e privadas que ofertam os mesmos serviços prestados pelo IFPI. Nessa perspectiva, torna-se necessário o desenvolvimento de diferenciais competitivos que tornem o IFPI mais atraente e que sejam capazes de manter os estudantes nesta instituição de ensino.

Em contrapartida as ameaças citadas anteriormente, o IFPI atua num mercado que oferece oportunidades latentes, e que merecem o desenvolvimento de ações direcionadas para atendê-las. Atualmente com 224 (duzentos e vinte e quatro) municípios, o estado do Piauí tem atraído novos investidores e criado novas frentes de atuação econômica, tais como Agrícola, Mineração, Química, Arranjos Produtivos Locais, etc. Assim, há possibilidades para oferta de diversos cursos, nos diferentes níveis de ensino.

Nesse sentido, as Pro-Reitorias de Ensino, Extensão e Pesquisa e Inovação têm realizado esforços para atualizar os cursos e ações já existentes, bem como oferecer novos cursos de acordo com as novas demandas das regiões do estado do Piauí. Como exemplo disso, o primeiro curso *Stricto Sensu*, em nível de Mestrado em Engenharia de Materiais no Piauí só iniciou em 2012, no IFPI. Portanto, a comunidade ainda aguarda por mais cursos de Tecnologia nas mais diversas áreas da Engenharia.

Especificamente na área a Extensão, a PROEX vem desenvolvendo cursos de Formação Inicial e Continuada ofertada para membros da comunidade interna e externa; Qualificação de nossos alunos através da oferta de estágio não obrigatório nos diversos setores da administração interna; Parcerias firmadas para qualificação profissional dos discentes em diversas empresas e órgãos públicos, através da oferta de monitorias voluntárias. Programas e projetos de extensão, obedecendo suas áreas temáticas e as cadeias produtivas dos *campi*.

Outro aspecto do IFPI que merece destaque diz respeito ao relacionamento que este mantém com seus clientes, sejam internos ou externos. Internamente, o Instituto vem desenvolvendo ações que proporcionem aos seus servidores o constante aperfeiçoamento profissional, por meio de cursos que vão de treinamentos e capacitações a pós-graduação *Stricto Sensu*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

No que se refere ao seu relacionamento com o público externo, o IFPI, configurado como um instituição de ensino, atua em três eixos básicos, o ensino, a pesquisa e a extensão. Nesse sentido, os clientes do Instituto são, de forma genérica, a sociedade piauiense, e de forma mais específica as empresas, indústrias e o próprio setor público.

Relacionado ao ensino, os principais clientes dos produtos e serviços ofertados pelo IFPI são as pessoas que ingressam nesta instituição nos cursos regulares oferecidos em todos os níveis de ensino. Neste processo, o instituto promove a formação de profissionais capazes de atender as demandas da sociedade na qual está inserido, tanto no setor público como privado.

De forma complementar ao ensino, são desenvolvidas ações no campo da extensão, oportunizando aos estudantes aliar a teoria, vista em sala de aula, à prática através do estágio. Nessa perspectiva, as empresas e órgãos públicos relacionam-se com o IFPI recebendo os estudantes e proporcionando uma formação profissional de maior qualidade, de modo a maximizar os investimentos públicos na formação profissional dos cidadãos.

Relativo à pesquisa, as ações do Instituto estão voltadas para a realização de pesquisas aplicadas, sobretudo no Programa Stricto Sensu, através do Mestrado em Engenharia de Materiais. O esforço aplicado busca aliar a necessidade de proporcionar a pesquisa científica, característica peculiar dos cursos Stricto Sensu, à melhoria dos processos existentes nas empresas e indústrias instaladas no ambiente de atuação do IFPI.

Esta busca pela prestação de serviços de qualidade, capazes de suprir as demandas da sociedade, tem se tornado cada vez mais complexa devido aos riscos impostos pelo ambiente, seja do nível local ao internacional. Este ambiente globalizado exige das organizações que o compõem a capacidade de adaptação às constantes mudanças impostas por fatores como tecnologia, mudança de legislação, crises financeiras, parcerias internacionais, fatores ambientais, etc. É neste ambiente que o IFPI desenvolve suas atividades. Nesse sentido, os riscos inerentes à atuação do Instituto não estão exclusivamente relacionados à conjuntura do Piauí, mas estes riscos podem ser originados e sofrerem influência de diversos outros ambientes.

Neste contexto, a evolução das tecnologias merece destaque e apresenta-se como um forte risco ao desenvolvimento das atividades do IFPI, bem como à manutenção da qualidade dos serviços prestados por esta instituição. Este risco não se apresenta de forma direta, mas indireta através da morosidade no processo de aquisição de equipamentos, que acaba ocasionando uma defasagem tecnológica dos laboratórios, refletindo, assim, na formação profissional dos estudantes.

Como forma de compensar a defasagem tecnológica dos equipamentos adquiridos decorrente da demora das etapas do processo de compra, o IFPI, por meio da PROEN, busca a participação em programas fruto da parceria entre o CNPq e a CAPES, como o Programa de Apoio a Laboratórios Interdisciplinares de Formação de Educadores (LIFE).

Além disso, buscam-se outras formas de parceria, tais como uso de tecnologias desenvolvidas por empresas que têm interesse em compartilhar conhecimento. Outra ação é a busca pela verticalização da utilização dos laboratórios, ou seja, o IFPI procura estruturar laboratórios que sejam úteis para mais de um curso, potencializando a aplicação do recurso público e saneando a demanda de aquisição de novos equipamentos.

Constituem-se também como riscos de mercado para o IFPI: O surgimento de cursos similares aos do IFPI oferecidos por instituições privadas, fato que pode ocasionar a evasão escolar; Cortes orçamentários, a exemplo do que ocorreu neste ano de 2015, dificultando a execução de ações antes planejadas ou mesmo a continuidade de algumas já iniciadas; Saturação do mercado de trabalho para determinadas áreas profissionais, a médio e longo prazo.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Como forma de enfrentamento destes riscos, o Instituto busca aplicar de maneira consciente o recursos disponíveis, realizando estudos ou mesmo se baseando em dados já existentes para planejar suas ações, com vistas a evitar a descontinuidade na prestação de determinados serviços essenciais.

Frente ao ambiente dinâmico no qual o IFPI atua, que exige deste agilidade para se adaptar e atingir a sua missão, que é oferecer uma educação de excelência voltada para as demandas sociais, destacam-se algumas mudanças ocorridas nos últimos exercícios e que refletiram nas ações do Instituto, conforme segue:

Na área de atuação da PROPI, houve um aumento da transparência na avaliação dos projetos de pesquisa submetidos à Pró-Reitoria, com a participação de avaliadores externos, fato este que amplia a credibilidade desta ação. Outro ponto importante é que ocorreu um acréscimo nas receitas destinadas à pesquisa, sobretudo nos anos de 2012 e 2013, oportunizando a execução de um maior número de projetos e ações voltadas para a pesquisa.

No que se refere à PROEN, as principais mudanças foram: a participação nas decisões estratégicas do IFPI, através dos órgãos colegiados, o aumento da transparência dos atos da gestão, sobretudo, após a criação e implementação da Plataforma Remov; A implementação do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante - PRAEI e aumento do número de monitorias para os alunos veteranos, no combate à evasão e à retenção escolar/acadêmica medidas tenham tomadas, como por exemplo; A implementação da Lei nº 12.711/2012, que garante a reserva de 50% das matrículas por curso aos candidatos oriundos das escolas públicas; A garantia de 5% das vagas para o ingresso de pessoas com deficiência, o que vale ressaltar é uma política de inclusão que atesta a preocupação, a defesa e a oferta de educação pública de qualidade a todos, indistintamente; A adoção de medidas relacionadas ao acolhimento dos novos docentes, com vistas à criação de uma identidade institucional; A verticalização da oferta de cursos nos campi, de acordo com os eixos tecnológicos já existentes.

A Pró-Reitoria de Extensão nos últimos 2 (dois) anos sofreu numerosas e relevantes mudanças em seu cenário. Em 2013, foi aprovado através do Conselho Superior, a Resolução nº 034/2013, que institui o Programa Institucional de Apoio a Extensão do IFPI (ProAEx). O Programa conta com 17 subprogramas que trabalham desde a Inovação Tecnológica, Estágios, Arte e Música, Eventos Institucionais, Esportes, Línguas Estrangeiras, Cursos de Curta Duração, Economia Solidária e Criativa, Inclusão e Diversidade, entre outras ações.

A cada Edital publicado, a comunidade acadêmica, incluindo docentes, discentes e TAE's têm a oportunidade de participar submetendo propostas de projetos para execução nos seus *campi* de origem.

Além do ProAEx, foi instituído a Política de Estágios e de Egressos, que favoreceu aos discentes do IFPI e profissionais formados a oportunidade de interagir com empresas do Estado, bem como retornar ao Instituto para contribuir com a formação de novos profissionais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5 PLANEJAMENTO DA UNIDADE E RESULTADOS ALCANÇADOS

A presente seção visa descrever o planejamento da UJ e as ações implementadas pela instituição, conforme as competências legais e o PPA para o exercício de 2014.

O Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) foi elaborado observando-se o estabelecido no artigo 14 da Lei 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Em sua composição, seguem as orientações previstas no artigo 16 do Decreto nº 5.773, de 09 de maio de 2006 e construído numa visão gerencial de qualidade voltada para a implantação, consolidação e expansão de uma Instituição de Ensino contemporânea. Este documento é composto por doze capítulos que tratam dos seguintes eixos: perfil institucional; planejamento estratégico; Projeto Pedagógico Institucional (PPI); plano de oferta de cursos e vagas; plano diretor de infraestrutura física; organização didático-pedagógica; organização e gestão de pessoal; políticas de atendimento aos discentes; organização administrativa; políticas de Educação a Distância (EaD); capacidade e sustentabilidade financeira e avaliação e acompanhamento do desenvolvimento institucional. Nele também são identificados os princípios da construção do saber, da flexibilidade curricular e da interdisciplinaridade como essenciais para a aquisição de aprendizagens significativas, contribuindo para a autonomia intelectual e profissional na qual são consolidadas as Políticas Institucionais e de Gestão em todos os níveis do Projeto Institucional por meio de um processo de planejamento contínuo.

As dimensões apresentadas no PDI contemplam a estrutura organizacional da instituição descrita no seu Regimento Interno. A opção por essa organização possibilitará a definição do planejamento estratégico, tendo como referência sua identidade institucional e as políticas de atuação da UJ, como uma instituição de educação superior, básica e profissional, pluricurricular e multicampi, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica nas diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos com outras e diversas práticas pedagógicas.

No ano de 2014 estavam previstas a realização das ações, conforme Quadro 7.

Quadro 7– AÇÕES PREVISTAS NO PDI PARA 2014

PRO-REITORIA DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PRODIN)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS
1	Otimizar o uso do sistema SUAPE no monitoramento da gestão institucional, com base no monitoramento das ações definidas no planejamento estratégico do IFPI até dezembro de 2011.	Em execução
2	Implantar, até 2012, um sistema otimizado de comunicação entre os Campi, utilizando a videoconferência, oportunizando através de reuniões virtuais a redução de custos com passagens e diárias destinadas aos servidores.	Em execução
3	Coordenar anualmente a construção de um Relatório de Gestão da instituição no período de janeiro a março.	Realizada
4	Promover e coordenar a atualização do Plano de Desenvolvimento Institucional - PDI 2015-2019.	Realizada
5	Promover a reestruturação do organograma dos campi	Realizada
6	Articular, coordenar o processo de cessão de uso de prédios públicos, junto ao governo do estado, nos municípios de Guadalupe, Canto do Buriti, e Esperantina.	Realizada
7	Articular e elaborar o termo de referência e coordenação geral junto a organização contratada para a realização de concurso público para provimento de vagas de docentes e técnicos administrativo.	Realizada
PRO-REITORIA DE ADMINISTRAÇÃO (PROAD)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

1	Consolidar e elaborar a Proposta Orçamentária Anual do IFPI.	Realizada
2	Supervisionar a Execução Orçamentária Contábil e Financeira dos Campi.	Realizada
3	Aperfeiçoar os processos de comunicação internos com o objetivo de melhorar os fluxos decisórios.	Em execução
4	Anualmente realizar a execução orçamentária, financeira e contábil dos recursos disponibilizados para Reitoria.	Realizada
5	Operacionalizar os Sistemas de Acompanhamento de Metas do SIMEC/MEC, Concessão de Diárias e Passagens do Governo Federal	Realizada
6	Realizar periodicamente as licitações visando à consolidação do Programa de Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica do Estado do Piauí e sua reestruturação física.	Realizada
7	Supervisionar anualmente a execução patrimonial dos Campi.	Realizada
8	Realizar o controle mensal de consumo de gastos com energia elétrica, água, telecomunicações, material de consumo e outros serviços.	Realizada
PRÓ-REITORIA DE ENSINO (PROEN)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS
1	Alcançar a meta mínima de 90% de eficiência da Instituição no ano de 2016, com meta intermediária de no mínimo 75% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficiência da Instituição será calculado pela média aritmética da eficiência de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos regularmente matriculados e o número total de vagas de cada turma, sendo que este total de vagas é resultado da multiplicação das vagas ofertadas no processo seletivo pelo número de períodos letivos para cada uma dessas turmas.	Realizada
2	Alcançar a meta mínima de 80% de eficácia da Instituição até o ano 2016, com meta intermediária de no mínimo 70% no ano de 2013, medida semestralmente, definindo-se aqui que, o índice de eficácia da Instituição será calculado pela média aritmética da eficácia de cada turma, medida pela relação entre o número de alunos concluintes e o número de vagas ofertadas no processo seletivo para cada uma dessas turmas.	Em execução
3	Assegurar até 2014 a oferta regular das vagas autorizadas para todos os cursos oferecidos nos níveis técnico e superior, na modalidade presencial e a distância.	Realizada
4	Implantar anualmente, pelo menos, um projeto por Campus que vise à elevação da qualidade do ensino em todos os cursos oferecidos, de forma articulada com a pesquisa, a extensão e a difusão de conhecimentos e tecnologias.	Realizada
5	Implantar novos cursos nos Campi nos diferentes níveis e modalidades de ensino, em resposta às necessidades locais e ao desenvolvimento regional e nacional.	Realizada
6	Ampliar anualmente o acervo bibliográfico da biblioteca dos Campi, de forma a favorecer o acesso à informação atualizada, a toda a comunidade acadêmica.	Realizada
7	Atualizar periodicamente os projetos pedagógicos dos cursos oferecidos pelo IFPI com base nos resultados das avaliações institucionais realizadas anualmente.	Realizada
8	Ampliar o número de bolsas de monitoria e a redistribuição das bolsas atuais, de acordo com o edital apresentado.	Realizada
9	Implantar cursos técnicos e de graduação na modalidade a distância.	Realizada parcialmente
10	Promover ações que fortaleçam a estrutura organizacional da educação a distância.	Realizada parcialmente
11	Implementar e acompanhar a flexibilização dos currículos dos cursos de nível médio e superior.	Realizada
12	Realização de três Ambientações para os docentes ingressantes.	Realizada
13	Coordenação do trabalho para o Recredenciamento Institucional.	Realizada
14	Vídeo institucional com tradução em Libras para divulgação do Exame Classificatório para deficientes auditivos.	Realizada
15	Transcrição de prova do Exame Classificatório em Braille para alunos com deficiência visual.	Realizada

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

16	Capacitação dos responsáveis pelos Controles Acadêmicos dos Campi para utilização do sistema de gestão acadêmica.	Realizada
17	Promoção do Fórum das Licenciaturas para o alinhamento curricular.	Realizada
18	Visita aos campi para capacitação dos coordenadores de curso, professores, Colegiado de curso e NDE tendo em vista o reconhecimento de cursos.	Realizada
19	Realização de encontro com as comissões de elaboração/reformulação do currículo dos cursos técnicos em 3 anos.	Realizada
20	Participação na realização do concurso público para professor efetivo: edital, metodologia de organização das bancas da prova didática, elaboração do formulário de avaliação da prova didática.	Realizada
21	Revisão da Organização Didática.	Realizada
22	Capacitação dos Diretores de Ensino para a escolha do Livro Didático 2015-2017.	Realizada
23	Promoção da ambientação dos bibliotecários ingressantes.	Realizada
24	Coordenação dos trabalhos da comissão de elaboração do PPC de Engenharia Agrônoma e Design de Moda.	Realizada
25	Levantamento e análise estatística dos indicadores do ensino: aluno x força de trabalho, retenção e evasão.	Realizada
26	Coordenação do trabalho do Educacenso e CENSUP.	Realizada
27	Certificação ENEM/2013.	Realizada
28	Realização do curso de formação continuada em avaliação da aprendizagem para 209 (duzentos e nove) docentes, na modalidade a distância, em parceria com o Centro de Referência em Formação e EaD.	Realizada
29	Orientação e elaboração de instrumentos normativos.	Realizada
30	Implantação e acompanhamento do Programa de Acolhimento ao Estudante Ingressante (PRAEI).	Realizada
31	Revisão/Unificação dos currículos dos cursos técnicos.	Realizada
32	Elaboração de projetos pedagógicos de cursos técnicos integrados em 3(três) anos para fins de implantação no ano de 2015 nos campi fora da capital: Angical, Campo Maior, Cocal, Corrente, Oeiras, Parnaíba, Paulistana, Pedro II, Picos, Piripiri, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Uruçuí e Valença.	Realizada
33	Revisão, atualização e confecção de PPC de cursos técnicos de Serviços de Restaurante e Bar, Guia de Turismo, Vestuário, Edificações, Agricultura, Agroindústria, Agropecuária, Eletrotécnica, Fruticultura, Meio Ambiente, Mineração, Panificação, Agronegócio e Agroecologia, Agroindústria, Eletrotécnica, Edificações, Agropecuária, Mineração, Agronegócio e Agroecologia.	Realizada
34	Instituição/fortalecimento do NDE e Colegiado dos cursos de graduação com o objetivo de elevar o percentual de concluintes.	Realizada
35	Processos de Reconhecimento de Cursos Superiores: Avaliação in Loco: Angical - Matemática; Corrente - Gestão Ambiental, Matemática; Parnaíba - Física; Piripiri - Matemática; São Raimundo Nonato - Matemática, Gastronomia; Teresina Central - Geoprocessamento; Teresina Zona Sul - Gastronomia; Uruçuí - Matemática	Realizada
PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO (PROEX)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS
1	Capacitar pessoas da comunidade por meio de cursos de atualização e aperfeiçoamento, na forma presencial e à distância, com base nas necessidades dos Campi e do meio social, preferencialmente do entorno dos diversos Campi, com oferta de pelo menos uma atividade por semestre.	Realizada
2	Ofertar em cada Campus cursos de extensão para o aprendizado de línguas estrangeiras com periodicidade semestral.	Realizada parcialmente
3	Capacitar em cada Campus, através de cursos de formação continuada, alunos e servidores nas habilidades de comunicação em informática e língua estrangeira - expressão oral e escrita.	Realizada parcialmente

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

4	Ampliar a interação como a comunidade interna e externa por meio da prestação de serviços científicos e tecnológicos especializados em cada Campus.	Realizada parcialmente
5	Oferecer em cada Campus, anualmente, cursos de formação continuada nas diferentes áreas do conhecimento.	Realizada
6	Participar com professores e alunos de cada Campus, de eventos de prestação de serviços a comunidades carentes, em parceria com outras instituições locais.	Realizada parcialmente
7	Implantar um Programa institucional de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas, visando ao desenvolvimento de atividades relacionadas ao acesso e permanência dos estudantes nos Campi.	Realizada
8	Implantar em 2012 um sistema em rede para cadastramento, acompanhamento e avaliação das atividades de Extensão cujos relatórios deverão ser divulgados semestralmente.	Em execução
9	Monitorar anualmente a implementação do Regulamento de Estágio aprovado em 2011 visando à aplicação da Lei Nº 11.788/2008 como garantia dos direitos e deveres das concedentes, estagiários e instituição de ensino dirimindo dúvidas e contribuindo na operacionalização do novo Regulamento.	Em execução
10	Ampliar a oferta dos cursos de formação inicial e continuada em 50% nos Campi até 2014.	Em execução
11	Incentivar a criação de cursos de formação inicial e continuada presencial e a distância em 30% (2012), em 60% (2013) e em 100% (2014) nos Campi.	Em execução
12	Ampliar a oferta de vagas nos Programas governamentais de Inclusão Educacional e Social em 50% nos Campi até 2014.	Em execução
13	Fortalecer a participação de docentes e discentes em editais, prêmios, eventos com premiação nacionais e internacionais atendendo a cerca de 10 % das chamadas públicas a partir de 2012.	Em execução
14	Instalar incubadoras tecnológicas e de empreendimentos solidários em 30% dos Campi (2012) como projetos pilotos visando à expansão em 100% até 2014.	Realizada parcialmente
15	Ampliar o atendimento da assistência estudantil em 5% do número de estudantes até 2014.	Realizada
16	Implantar um Programa anual para a execução de atividades de Extensão com de bolsas de extensão para docentes e discentes a partir de 2012.	Em execução
17	Aumentar o número de pessoas diretamente atendidas pelas atividades de extensão comunitária até 2014.	Em execução
18	Realização de Eventos Desportivos – Jogos Intercampi dos Alunos e Jogos dos Institutos Federais do Nordeste – JIF's Nordeste	Realizada
19	Regulamentação e Oferta de Estágios não- obrigatórios (setores administrativos)	Realizada
20	Implantação do Projeto “Escola de Aplicação de Estágios” – IFPI e SEDUC PI	Realizada
21	Ações Integradas SECADI/PROEX/EAD IFPI	Realizada
PRÓ-REITORIA DE PESQUISA E INOVAÇÃO (PROPI)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS
1	Firmar convênios com programas de Pós-Graduação <i>stricto sensu</i> de outras IES visando incrementar as atividades de formação continuada dos servidores de cada Campus.	Em andamento
2	Promover em cada Campus, pelo menos, um encontro anual de intercâmbio entre os pesquisadores e alunos das diversas áreas de conhecimento, visando ao desenvolvimento de redes de estudo.	Executado
3	Realizar anualmente seminários e reuniões com a participação das unidades acadêmicas e administrativas, visando a um efetivo trabalho interdisciplinar.	Executado
4	Apoiar a criação de núcleos de estudos inter e multidisciplinares.	Em andamento
5	Ampliar o Programa Institucional de Iniciação Científica, visando aumentar anualmente um percentual de 10% do número de alunos envolvidos com o método científico e as atividades de Pesquisa em cada Campus.	Executado
6	Ampliar anualmente em 10% o financiamento de bolsas de iniciação científica em	Executado

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	cada Campus.	
7	Realizar anualmente em cada Campus, pelo menos, um evento de iniciação científica para incentivar a integração acadêmica e o intercâmbio institucional.	Executado Parcialmente
8	Apoiar professores de todos os Campi na realização de pesquisas aplicadas voltadas para o desenvolvimento de soluções técnicas e tecnológicas, estendendo seus benefícios à comunidade.	Executado
9	Ofertar anualmente, pelo menos, um curso de Pós-Graduação <i>lato sensu</i> visando à formação de especialistas nas diferentes áreas do conhecimento.	Executado
10	Ofertar cursos de mestrado e doutorado na modalidade interinstitucional visando constituir no IFPI bases sólidas em educação, ciência e tecnologia, com vistas ao processo de geração e inovação tecnológica.	Executado
11	Fortalecer o Programa de Iniciação Científica em todos os Campi, ampliando a concessão de bolsas nos seguintes termos: a) aumentar o número de bolsas de 25 (vinte e cinco) para 90 (noventa) no período de 2010 - 2012, com a seguinte distribuição: 30 (trinta) para o <i>Campus</i> Teresina; 15 (quinze) para o Campus Floriano; 5 (cinco) para o <i>Campus</i> Teresina Zona Sul; 5 (cinco) para <i>Campus</i> Parnaíba; 5 (cinco) para <i>Campus</i> Picos; 5 (cinco) para o Campus de Angical; 5 (cinco) para o Campus de Corrente; 5 (cinco) para o Campus de Paulistana; 5 (cinco) para o Campus de Piripiri; 5 (cinco) para o Campus de São Raimundo Nonato; 5 (cinco) para o Campus de Uruçuí. b) aumentar o número de bolsas de 90 (noventa) para 185 (cento e oitenta e cinco) no período de 2013 - 2014, assim distribuídas: 50 (cinquenta) para o <i>Campus</i> Teresina; 30 (trinta) para o Campus Floriano; 15 (quinze) para o <i>Campus</i> Teresina Zona Sul; 15 (quinze) para <i>Campus</i> Parnaíba; 15 (quinze) para <i>Campus</i> Picos; 10 (dez) para o Campus de Angical; 10 (dez) para o Campus de Corrente; 10 (dez) para o Campus de Paulistana; 10 (dez) para o Campus de Piripiri; 10 (dez) para o Campus de São Raimundo Nonato; 10 (dez) para o Campus de Uruçuí.	Executado
12	Instalar a sede do Núcleo de Informação Tecnológica no IFPI.	Executado
13	Promover atividades de formação de recursos humanos aptos a desenvolverem programas de informação empresarial; gestão tecnológica; fontes e serviços de informações tecnológicas; informações técnicas aplicadas; gestão de serviços produtivos; tecnologia da informação e planejamento estratégico.	Executado
14	Assinar um serviço de informação on-line, que disponibilize notícias e informações empresariais, científicas, médicas e técnicas, em nível global.	Executado
15	Filiar o IFPI às duas Associações de Gestão da Inovação Tecnológica, tais como: ABIPTI (Associação Brasileira das Instituições de Pesquisa Tecnológica) e ALTEC (Asociación Latino-Iberoamericana de Gestión Tecnológica).	Executado
16	Divulgar os serviços do NIT no formato on-line.	Executado
17	Assinar DIALOG ou DERWENT – dois dos maiores provedores de informação mundial.	Em andamento
18	Realizar anualmente encontros e palestras sobre PI com especialistas na área de PI/Patentes.	Em andamento

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

19	Ampliar anualmente os convênios de cooperação técnica, parcerias e difusão de conhecimentos e tecnologias.	Em andamento
20	Implantar um sistema de avaliação da produção científica do corpo docente do IFPI baseado nos seguintes indicadores anuais: número de publicações; pesquisas desenvolvidas; pesquisas orientadas; projetos de iniciação científica.	Executado
21	Criar até 2012, pelo menos, dois grupos de pesquisa em cada Campus.	Em andamento
DIRETORIA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO (DTI)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS
1	Identificar solução livre ou desenvolver novo Sistema de Gestão Acadêmica a ser implantado em todos os campi do IFPI até 2014.	Em execução
2	Implantar, até 2013, o sistema de telefonia VoIP e de web conferência em todos os campi do IFPI.	Realizada parcialmente
3	Para apoiar a mobilidade da comunidade acadêmica do IFPI foi implantado o serviço de autenticação eduroam (education roaming). O eduroam é um serviço de acesso sem fio seguro, desenvolvido para a comunidade internacional de educação e pesquisa. A iniciativa permite que os servidores e alunos obtenham conectividade à Internet, através de conexão sem fio (wi-fi), dentro de seus campi e em qualquer localidade que ofereça essa facilidade como provedora de serviço em qualquer parte do mundo.	Realizada
4	Lousa Digital – todos os campi do IFPI foram equipados com lousa digitais na proporção de 1 (uma) lousa digital para cada duas salas de aula no ano de 2014.	Realizada
DIRETORIA DE GESTÃO DE PESSOAS (DIGEP)		
ORDEM	AÇÃO	STATUS
1	Fortalecer, anualmente, as comissões de apoio, aperfeiçoando os mecanismos de avaliação do desempenho dos servidores, com o objetivo de garantir a eficácia da atuação profissional.	Realizada
2	Realizar, anualmente, estudos e levantamentos do dimensionamento da força de trabalho no IFPI, objetivando o atendimento das demandas administrativas e das atividades de ensino, pesquisa e extensão, através de promoção da gestão organizacional considerando as competências e os conhecimentos dos servidores para o alcance dos objetivos da Instituição com base na motivação.	Em execução
3	Fomentar, anualmente, programas de capacitação de servidores e gestores através do estabelecimento de convênios com instituições de ensino nacionais e internacionais, visando elevar o nível de conhecimento dos servidores técnico-administrativos em educação e capacitar os gestores através de treinamentos, cursos, palestras, congressos e seminários.	Em execução
4	Desenvolver, até dezembro de 2014, programas relacionados à melhoria da qualidade de vida dos servidores, através de projeto de preparação para o Pós-Carreira, possibilitando o planejamento pessoal e profissional dos servidores que estão próximos de se aposentar, bem como os que já se aposentaram.	Realizada
5	Formalizar, sistematizar e desenvolver, até dezembro de 2014, o Programa de Lazer e Qualidade de Vida dos servidores, promovendo ações de integração entre os servidores ativos e aposentados.	Em execução
6	Promover, até dezembro de 2013, dois encontros anuais com os Coordenadores de Gestão de Pessoas dos Campi, visando à integração e à capacitação dos mesmos com vistas à descentralização das ações de gestão de pessoas.	Realizada
7	Desenvolver e aperfeiçoar, anualmente, os processos de gestão no âmbito da gestão de pessoas, promovendo a descentralização das ações de gestão de pessoas para os Campi através de reestruturação.	Em execução
8	Realizar, até dezembro de 2014, a descentralização das ações de gestão de pessoas para os Campi através de uma reestruturação.	Em execução
9	Realizar, anualmente, a contratação de Professores Substitutos e de Professores Temporários, selecionados através de Processo Seletivo Simplificado, para atendimento das demandas dos Campi.	Em execução

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

10	Realizar, anualmente, Concursos Públicos de Provas ou de Provas e Títulos e o provimento de servidores Técnico-Administrativos em Educação e Professores do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico, visando ao atendimento das demandas dos Campi.	Realizada
11	Controlar, anualmente, os processos de redistribuição de servidores entre o IFPI e as demais Instituições Federais de Ensino, bem os processos de remoção interna entre os diversos Campi do IFPI.	Realizada
12	Criar, até dezembro de 2012, um link na página principal do site do IFPI disponibilizando informações relacionadas à área de Gestão de Pessoas, bem como as atividades desenvolvidas pela Diretoria de Gestão de Pessoas.	Em execução

Fonte: Pró-Reitoria de Desenvolvimento Institucional (PRODIN).

5.1 PLANEJAMENTO DA UNIDADE

O planejamento da unidade é descrito por meio dos quadros de ações/subtítulos nas dimensões física e financeira da execução de cada ação, destacando valores executados a título de restos a pagar no decorrer do exercício e demais dados, conforme quadros a seguir.

5.2 PROGRAMAÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA E RESULTADOS ALCANÇADOS

5.2.1 Ações

As informações referentes a ações estão descritas observando a esfera orçamentária: Orçamento Fiscal e da Seguridade Social – OFSS.

5.2.1.1 Ações/Subtítulos – OFS

Os Quadros 8 a 22 descrevem as ações/subtítulos – OFSS.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 8 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 0181

Identificação da Ação										
Código	0181 Tipo: Operação Especial									
Descrição	Pagamento de aposentadorias e Pensões- servidores civis									
Iniciativa	----									
Objetivo	Código:									
Programa	PREVIDÊNCIA DE INATIVOS E PENSIONISTAS DA UNIÃO Cód: 0089 Tipo: Gestão e Manutenção									
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ									
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária Anual - 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
0022	22.339.954,00	24.669.167,00	24.589.238,35	24.589.238,35	24.589.238,35	-	-			
Execução Física da Ação - Metas										
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante				
				Previsto	Reprogramado (*)	Realizado				
0022	Pagamento de aposentadorias e Pensões- servidores civis			Projeto		1	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada				
		-	-	-	-	-				

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 9 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 09HB

Identificação da Ação									
Código	09HB Tipo: Operação Especial								
Descrição	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais								
Iniciativa	----								
Objetivo	Código:								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI								
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual - 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0001	17.170.730,00	21.382.720,00	19.679.405,34	16.679.405,34	19.679.405,34	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)			Realizado
0001	Pagamento da contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o custeio do regime de previdência dos servidores públicos federais na forma do artigo 8º da Lei nº 10.887, de 18 de junho de 2004.			Projeto	1	1	1		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
-	-	-	-	-	-	-			

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 10 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2004

Identificação da Ação										
Código	2004 - Assistência Pré-Escolar aos Dependentes dos Servidores Cíveis, Empregados e Militares Tipo: Atividade									
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.									
Iniciativa	----									
Objetivo	Código:									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção									
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI									
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária Anual - 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Paga		Restos a Pagar inscritos 2014			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada			Processados			
0022	2.709.840,00	2.820.132,00	2.812.290,05	2.812.290,05	2.812.290,05					
Execução Física da Ação - Metas										
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante				
						Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022	Servidor Capacitado				Unidade	360	360	462		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas						
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
-	-	-	-	-		-		-		

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 11 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2010

Identificação da Ação									
Código	2010								
	Tipo: Atividade								
Descrição	Concessão do benefício de assistência pré-escolar pago diretamente no contracheque, a partir de requerimento, aos servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), que tenham filhos em idade pré-escolar, com a finalidade de oferecer, durante a jornada de trabalho, condições adequadas de atendimento aos seus dependentes em idade pré-escolar.								
Iniciativa	----								
Objetivo	Código:								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI								
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual - 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0022	222.000,00	252.000,00	246.213,00	246.213,00	246.213,00				
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
					Previsto		Reprogramado (*)		Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
-	-	-	-	-		-		-	

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 12 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2011

Identificação da Ação										
Código	2011									
	Tipo: Atividade									
Descrição	Pagamento de auxílio-transporte em pecúnia, pela União, de natureza jurídica indenizatória, destinado ao custeio parcial das despesas realizadas com transporte coletivo municipal, intermunicipal ou interestadual pelos militares, servidores e empregados públicos federais, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993), nos deslocamentos de suas residências para os locais de trabalho e vice-versa									
Iniciativa	---									
Objetivo	Código:									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção									
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ									
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária Anual - 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
0022	18.000,00	33.000,00	25.290,36	25.290,36	25.290,36					
Execução Física da Ação - Metas										
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
					Previsto		Reprogramado (*)		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas						
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
-	-	-	-	-	-	-	-			

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 13 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2012

Identificação da Ação										
Código	2012									
	Tipo: Atividade									
Descrição	Concessão em caráter indenizatório e sob forma de pecúnia do auxílio-alimentação aos servidores e empregados públicos federais, ativos, inclusive pessoal contratado por tempo determinado (Lei nº 8.745, de 9 de dezembro de 1993) ou por meio de manutenção de refeitório. O benefício é pago na proporção dos dias trabalhados e custeado com recursos do órgão ou entidade de lotação.									
Iniciativa	----									
Objetivo	Código:									
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção									
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI									
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras									
Lei Orçamentária Anual - 2014										
Execução Orçamentária e Financeira										
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014					
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados			
0022	5.995.980,00	6.855.980,00	6.841.796,18	6.841.796,18	6.841.796,18					
Execução Física da Ação - Metas										
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante					
					Previsto		Reprogramado (*)		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores										
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas						
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada		
-	-	-	-	-		-		-		

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 14 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20TP

Identificação da Ação									
Código	20TP		Tipo: Atividade						
Descrição	Pagamento de espécies remuneratórias devidas aos servidores e empregados ativos civis da União								
Iniciativa	----								
Objetivo	Código:								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção								
Unidade Orcamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI								
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orcamentária Anual - 2014									
Execução Orcamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Pagamento		Restos a Pagar inscritos 2014		
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0022	87.410.704,00	115.434.014,00	114.648.154,29	114.620.155,28	114.556.328,70		27.999,01		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto		Reprogramado (*)		Realizado
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orcamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
0022	50.000,00	50.000,00	0						

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 15 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 4572

Identificação da Ação									
Código	4572		Tipo: Atividade						
Descrição	Realização de ações diversas voltadas ao treinamento de servidores, tais como custeio dos eventos, pagamento de passagens e diárias aos servidores, quando em viagem para capacitação, taxa de inscrição em cursos, seminários, congressos e outras despesas relacionadas à capacitação de pessoal. Promover a qualificação e a requalificação de pessoal com vistas à melhoria continuada dos processos de trabalho, dos índices de satisfação pelos serviços prestados à sociedade e do crescimento profissional.								
Iniciativa	----								
Objetivo	Código:								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ								
Ação Prioritária	() Sim () Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual - 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
	0022	3.398.250,00	3.398.250,00	1.529.827,36	1.336.873,62	1.307.023,33		192.953,74	
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
					Previsto		Reprogramado (*)		Realizado
	0022	Ações voltadas ao treinamento de servidores.		servidor capacitado		360	360	492	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira				Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2014		Valor Liquidado		Valor Cancelado		Unidade de medida		Realizada
	0022	385.318,59		288.112,05		97.206,54			

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 347,40%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 347,40%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 136,67% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 136,67 %. Justifica-se a superação da ação, motivada pela entrada de novos servidores e consequentemente, aumento da execução física, orçamentária e financeira da ação.

Quadro 16 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 00M1

Identificação da Ação									
Código	00M1								
Descrição	Tipo: Operação Especial								
Iniciativa	Benefícios assistenciais decorrentes do auxílio-funeral e natalidade								
Objetivo	-----								
Objetivo	Benefícios assistenciais a servidores Código: -								
Programa	Programa de Gestão e Manutenção do Ministério da Educação Cód: 2109 Tipo: Gestão e Manutenção								
Unidade Orçamentária	26431- Instituto Federal do Piauí								
Ação Prioritária	() Sim (X) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0022	66.855,00	66.855,00	49.734,64	49.734,64	49.734,64	-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)		Realizado	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Execução Física - Metas			
	0					Realizada			

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 17 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20RJ

Identificação da Ação									
Código	20RJ								
Descrição	Tipo: Atividade								
	Apoio à Capacitação e Formação Inicial e Continuada de Professores, Profissionais, Funcionários e Gestores para a Educação Básica								
	02BQ - Consolidação da política nacional de formação, promovendo a formação inicial e continuada de profissionais e a pesquisa, a produção e a disseminação de conhecimento na educação básica, com apoio técnico, financeiro e pedagógico, nas modalidades presencial e à distância, considerando programas específicos, como para professores indígenas, do campo e quilombolas, a formação para a docência intercultural, a educação bilíngue, o ensino da história e cultura indígena, afrobrasileira e africana, o atendimento educacional especializado, a alfabetização e letramento, a educação em tempo integral, a educação de jovens e adultos, a educação em direitos humanos, a sustentabilidade socioambiental, as relações étnicorraciais, de gênero diversidade sexual e direitos da criança e do adolescente								
Iniciativa	Promover, em articulação com os sistemas de ensino estaduais e municipais, a valorização dos profissionais da educação, apoiando e estimulando a formação inicial e continuada, a estruturação de planos de carreira e remuneração, a atenção à saúde e à integridade e as relações democráticas de trabalho.								
Objetivo	Código: 0597								
Programa	EDUCAÇÃO BÁSICA Código: 2030 Tipo: Temático								
Unidade Orcamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI								
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orcamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
	531.460,00	531.460,00	315.322,65	155.589,61	155.589,61	-	159.733,04		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)		Realizado	
	0022	Incentivo e promoção da formação inicial e continuada de professores, profissionais, funcionários e gestores, desenvolvimento de capacitações, estudos, projetos, avaliações, implementação de políticas e programas demandados pela Educação Básica, por meio de apoio técnico, pedagógico e financeiro, inclusive ao sistema Universidade Aberta do Brasil – UAB, considerando o currículo de educação básica e programas específicos para população indígena, do campo e quilombola, a formação para a docência intercultural, o			Pessoa beneficiada	40	40	10	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Nº do subtítulo/ Localizador 0	Execução Orçamentária e Financeira		Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
					Realizada
Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.					

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 83,59%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 83,59%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 25% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 25%. Justifica-se o baixo percentual de 25% da ação, motivado por problemas de execução.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 18 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20RG

Identificação da Ação									
Código	20RG		Tipo: Atividade						
Descrição	Expansão e Reestruturação de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								
Iniciativa	02A0								
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582								
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Temático								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ								
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa			Restos a Pagar inscritos 2014			
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
	38.071.550,00	38.220.505,00	5.631.342,21	1.474.295,36	1.474.295,36		4.157.046,85		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta		Unidade de medida		Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
	0022	Construção, modernização, ampliação e reforma de imóveis; aquisição e locação de imóveis, veículos, máquinas, equipamentos, mobiliários, laboratórios para as Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, com vistas a expandir a oferta de vagas.		Vaga disponibilizada		108	108	88	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida		Realizada	
	0022	23.089.668,76	23.089.668,76						

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 2.112,37%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 2.112,37%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 81,48% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 81,48%. Justifica-se o não cumprimento da ação, pela limitação da cota para empenho no período, pois embora a UJ possua previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União.

Quadro 19 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 20RL

Identificação da Ação									
Código	20RL								
Descrição	Tipo: Atividade								
Iniciativa	Funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica								
	02A0								
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582								
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código:2031 Tipo: Temático								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ								
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: ()PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
0022	54.338.980,00	69.304.178,00	53.244.044,23	38.205.341,74	35.793.191,68		15.038.702,49		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante			
						Previsto	Reprogramado (*)	Realizado	
0022	Gestão administrativa, financeira e técnica, desenvolvimento de ações visando o funcionamento dos cursos das Instituições Federais de Educação Profissional e Tecnológica, manutenção dos serviços terceirizados, pagamento de serviços públicos e de pessoal ativo, propiciar o pagamento de contribuições e anuidades a organismos nacionais, manutenção de infraestrutura física por meio de obras de			Aluno matriculado		23000	23000	12679	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Nº do subtítulo/ Localizador	pequeno vulto que envolvam ampliação/reforma/adaptação e aquisição e/ou reposição de materiais, inclusive aquelas inerentes às pequenas obras, observados os limites da legislação vigente, aquisição e/ou reposição de acervo bibliográfico, veículos e transporte escolar, capacitação de recursos humanos, prestação de serviços à comunidade, promoção de subsídios para estudos, análises, diagnósticos, pesquisas e publicações científicas, bem como demais contratações necessárias ao desenvolvimento de suas atividades. Garantir a gestão e o funcionamento de Instituições Federais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, proporcionando melhor aproveitamento do aluno e melhoria contínua de qualidade do ensino.							
	Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores							
	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas				
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada		
0022	20.479.454,53	19.563.090,58	916.363,58					

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 100%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 100%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 55,13% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 55,13%. Justifica-se o baixo percentual de 55,13% da ação, motivado pela limitação da cota para empenho no período, pois embora a UJ possua previsão orçamentária, a capacidade de empenho foi reduzida por problemas de arrecadação da União.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 20 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 2994

Identificação da Ação									
Código	2994								
Descrição	Tipo: Atividade Assistência ao Educando da Educação Profissional e Tecnológica								
Iniciativa	02A2								
Objetivo	- Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: -0582								
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código:2031 Tipo: Temático								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI								
Ação Prioritária	() Sim (x)Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Processados	Realizado	
0022	11.545.252,00	11.545.252,00	9.198.959,56	7.331.182,38	7.311.482,38				1.867.777,18
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)	Realizado		
0022	Fornecimento de alimentação, atendimento médico-odontológico, alojamento e transporte, dentre outras iniciativas típicas de assistência social ao educando, cuja concessão seja pertinente sob o aspecto legal e contribua para o bom desempenho do aluno na escola. Suprir as necessidades básicas do educando, proporcionando condições para sua permanência e melhor desempenho escolar.			Aluno assistido	43550	43550	30174		
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									
Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Metas					
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizada			
0022	2.348.182,42	1.850.563,79	497.618,63						

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 109,11%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 109,11%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 69,29% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 69,29%. Justifica-se o baixo percentual de 66,29 % da ação, motivado por previsão a maior da meta.

Quadro 21 -AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 6358

Identificação da Ação									
Código	6358								
Descrição	Tipo: Atividade Capacitação de Recursos Humanos da Educação Profissional e Tecnológica								
Iniciativa	02B3								
Objetivo	Promover a capacitação de recursos humanos da Educação Profissional e Tecnológica. Código: 0588								
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Temático								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ								
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
	0022	14.780,00	14.780,00			-	-		
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida	Montante				
					Previsto	Reprogramado (*)		Realizado	
0022	Capacitação mediante programação de cursos, seminários, oficinas, estágios-visita, teleconferências, etc., elaboração de materiais de capacitação, que proporcionem a constante atualização de conhecimentos dos profissionais que atuam na Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Proporcionar aos docentes e profissionais de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (Gestores, Técnico-Administrativo, etc.), oportunidade de capacitação, visando a melhoria da qualidade dos cursos e modalidades deste segmento educacional.			Pessoa capacitada	15	15		0	
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores									

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Execução Física - Metas		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
0					

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

Análise crítica: O Acompanhamento da Ação Orçamentária 21316358 consta no SIMEC/SIOP com a execução da meta física com inversão dos valores programados e executados. Foi programado na elaboração da Proposta Orçamentária um produto de 15 pessoas capacitadas e realização zerada.

Quadro 22 - AÇÃO/SUBTÍTULOS – OFSS CÓDIGO 6380

Identificação da Ação									
Código	6380 Tipo: Atividade								
Descrição	Fomento ao Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica								
Iniciativa	02A0								
Objetivo	Expandir, interiorizar, democratizar e qualificar a oferta de cursos de educação profissional e tecnológica, considerando os arranjos produtivos, sociais, culturais, locais e regionais, a necessidade de ampliação das oportunidades educacionais dos trabalhadores e os interesses e necessidades das populações do campo, indígenas, quilombolas, afrodescendentes, das mulheres de baixa renda e das pessoas com deficiência. Código: 0582								
Programa	EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA Código: 2031 Tipo: Temático								
Unidade Orçamentária	26431- INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI								
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras								
Lei Orçamentária Anual 2014									
Execução Orçamentária e Financeira									
Nº do subtítulo/ Localizador	Dotação		Despesa		Restos a Pagar inscritos 2014				
	Inicial	Final	Empenhada	Liquidada	Paga	Processados	Não Processados		
	1.700.000,00	1.700.000,00	594.826,49	566.197,40	520.997,40				
Execução Física da Ação - Metas									
Nº do subtítulo/ Localizador	Descrição da meta			Unidade de medida		Montante			
				Instituição apoiada		Previsto	Reprogramado (*)		Realizado
	0	Suporte para implementação da expansão e desenvolvimento referente à formação de alunos, expansão de vagas, modernização científica e			4		4	2	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI

Nº do subtítulo/ Localizador	Execução Orçamentária e Financeira		Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores		
	Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
	0022	99.990,02	99.538,52	451,50	Realizada
Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.					
tecnológica de laboratórios, modernização do processo didático pedagógico, aquisição de máquinas, equipamentos e mobiliários. Além de apoio pedagógico a projetos de Educação Profissional do campo, e elevação de escolaridade de Jovens e adultos, incluindo capacitação de docentes, bolsas de trabalho para monitores, melhoria de infraestrutura, equipamentos e outros. Promover a modernização e atualização das instituições de ensino da Educação Profissional, Científica e Tecnológica, incluindo as instituições que ofertam educação profissional do campo de modo a possibilitar a elevação de escolaridade de jovens e adultos, garantindo o ingresso dos que se encontram fora da escola formal e assegurando condições físicas/técnicas e administrativas para o desenvolvimento da nova política da Educação Profissional. 0001 – Mulheres Mil – Brasil Sem Miséria (Ação Prioritária Brasil sem Miséria) 007 – PROEXT (Ação não Prioritária).					

Análise Crítica: a Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA) foi de 150,12%; Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP) foi de 150,12%; Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA) foi de 50% e a Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP) foi de 50%. Justifica-se o baixo percentual de 50% da ação, motivado por falhas operacionais.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

5.2.1.2 Ações não previstas na LOA 2014 – Restos a Pagar não Processados – IFSS

Os Quadros 23 a 27 demonstram as ações não previstas na LOA 2014- restos a pagar- OFSS.

Quadro 23– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 00G5

Identificação da Ação				
Código	00G5	Tipo: Operação Especial		
Título	Contribuição da União, de suas Autarquias e Fundações para o Custeio do Regime de Previdência dos Servidores Públicos Federais decorrente do Pagamento de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor			
Iniciativa	---			
Objetivo	Garantir o pagamento para o custeio do regime de previdência dos servidores, em decorrência de pagamento de precatórios e requisições de pequeno valor Código:			
Programa	Operações Especiais: Cumprimento de Sentenças Judiciais Código: 0901 - Tipo: Operações Especiais			
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ			
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras			
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores				
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta	
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida
1.033,00	1.033,00		Pagamento de contribuição patronal para o regime de previdência dos servidores públicos federais, correspondente aos pagamentos de Precatórios e Requisições de Pequeno Valor.	1
				0

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 24– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 1H10

Identificação da Ação					
Código	1H10	Tipo: Projeto			
Título	Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	----				
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria na qualidade				Código:
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica				Código: 1062 Tipo: Finalístico
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária	() Sim (x) Não Caso positivo: () PAC () Brasil sem Miséria () Outras				
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida
50.673,17	0	50.673,17			Realizado

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 25– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 2992

Identificação da Ação						
Código	2992		Tipo: Projeto			
Título	Funcionamento da Educação Profissional e Tecnológica					
Iniciativa	----					
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria na qualidade				Código:	
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo: Finalístico		
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ					
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria () Outras		
			Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores			
Execução Orçamentária e Financeira			Execução Física - Meta			
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida	Realizado
779.822,20	70.953,92	708.868,28				

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 26– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 6301

Identificação da Ação					
Código	6301		Tipo: Atividade		
Título	Acervo Bibliográfico para as instituições da rede de educação profissional				
Iniciativa	---				
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria na qualidade				Código:
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo: Finalístico	
Unidade Orçamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria () Outras	
Execução Orçamentária e Financeira			Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta	Unidade de medida	Realizado
92.033,10	0	92.033,10			

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 27– AÇÕES NÃO PREVISTAS LOA 2014 - RESTOS A PAGAR – OFSS CÓDIGO 8650

Identificação da Ação					
Código	8650		Tipo: Atividade		
Título	Reestruturação da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica				
Iniciativa	----				
Objetivo	Ampliar a oferta da educação profissional nos cursos de níveis técnico e tecnológico, com melhoria na qualidade				
Programa	Desenvolvimento da Educação Profissional e Tecnológica		Código: 1062	Tipo: Finalístico	
Unidade Orcamentária	26431 - INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ				
Ação Prioritária	() Sim	(x) Não	Caso positivo: () PAC	() Brasil sem Miséria	() Outras
Restos a Pagar Não processados - Exercícios Anteriores					
Execução Orcamentária e Financeira			Execução Física - Meta		
Valor em 01/01/2014	Valor Liquidado	Valor Cancelado	Descrição da Meta		Unidade de medida
71.920,85	0	71.920,85			Realizado

Fonte: SIMEC e SIAFI GERENCIAL 2014.

5.3 INFORMAÇÕES SOBRE INDICADORES DE DESEMPENHO OPERACIONAL

Quadro 28– QUADRO INDICADORES

	Indicadores	Fórmula de Cálculo	Exercícios				
			2014	2013	2012	2011	2010
Acadêmicos	Relação Candidato/Vaga	Número de Candidatos / Número de Vagas	8.4	6.47	6.46	6.01	3.61
	Relação Ingressos/Aluno	Número de Ingressantes / Número Total Matriculados	25.9	30.01	36.1	41.92	42.64
	Relação Concluintes/Aluno	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Número Total Matriculados	7.24	11.9	9.5	4.05	6.8
	Índice de Eficiência Acadêmica – Concluintes	Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externos	55.21	51.28	54.3	-	15.94
	Índice de Retenção do Fluxo Escolar	Número Total de Retidos / Número Total Matriculados	46.22	42.16	44.8	-	3.69
	Relação de Alunos/Docente em Tempo Integral	Total de Matriculados / ((Docentes 20h *0,5) + Docentes 40 h + Docentes DE)	19.42	35.5	31.43	26.97	27.38
Administrativos	Gastos Correntes por Aluno	Gastos Correntes / Total de Matriculados	10.032,31	6.456,58	4911.58	6443.13	7164.8
	Percentual de Gastos com Pessoal	(Gastos com Pessoal * 100)/ Gastos Totais	61.47	74.2	61.4	56.27	63.46
	Percentual de Gastos com outros Custeios	(Gastos com Outros Custeios * 100) / Gastos Totais	17.44	20.8	22.92	25.33	11.28
	Percentual de Gastos com Investimentos	((Gastos com Investimentos + Gastos com Inversões Financeiras) * 100) / Gastos Totais	17.2	14.6	17.88	14.05	2.03
Sócioeconômico	Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar	Σ Renda per capita familiar dos Alunos/ Total de Matriculados	1 706.40				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Gestão de Pessoas	Índice de Titulação do Corpo Docente	$\frac{((\text{Qtde de docentes Graduados} * 1) + (\text{Qtde de docentes Aperfeiçoados} * 2) + (\text{Qtde de docentes Especialistas} * 3) + (\text{Qtde de docentes Mestres} * 4) + (\text{Qtde de docentes Doutores} * 5)) / (\text{Qtde de docentes Graduados} + \text{Qtde de docentes Aperfeiçoados} + \text{Qtde de docentes Especialistas} + \text{Qtde de docentes Mestres} + \text{Qtde de docentes Doutores}))}{3.28}$				
			3.25	2.89	3.1	3

Fonte: SISTEC, SIAFI e SIAPE

5.3.1 Análise Crítica

a) Indicadores Acadêmicos:

Os indicadores acadêmicos dividem-se em seis tipos:

A relação candidato/vaga leva em conta todos os processos de ingresso do IFPI dividindo o número de inscritos pelo total de vagas oferecidas. O valor ficou em 8,4 candidatos por vaga, 30% maior que o ano anterior (6,47).

A relação ingresso/aluno mostra o percentual de estudantes ingressantes na instituição em relação ao total de alunos. No ano de 2014, o índice ficou em 25,9%, contra 30,01% apresentando uma leve redução em relação ao ano anterior.

A relação concluintes/aluno, relaciona o total de concluintes com o total de alunos. Foi de 7.24% em 2014, uma diminuição em relação ao ano anterior (11,9%).

O índice de eficiência acadêmica foi de 55,21%, correspondendo ao Número de Concluídos e Integralizados Fase Escolar / Concluídos + Integralizados + Evadidos + Desligados + Transferidos Externo, cujo o encerramento era previsto nesse período. Em 2013, esse índice foi de 51.28%, representando um aumento de 8%.

O índice de retenção do fluxo escolar é obtido com a relação entre Número Total de Retidos / Número Total Matriculados. O valor foi de 46,22% em 2014, apresentando uma elevação 10% em relação ao valor de 2013 que foi 42.16%.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

O cálculo do indicador de **RELAÇÃO DE ALUNOS/DOCENTE EM TEMPO INTEGRAL** considerando o professor pela carga horária em sala de aula (regimes de 20 ou 40 horas e de dedicação exclusiva), sem considerar os professores substitutos. Em 2014, essa relação no IFPI foi de 19.42 alunos por docente em tempo integral. No ano anterior, havia sido de 35, 5 alunos por docente em tempo integral, representando uma redução de 45% do ano 2014 em relação a 2013, essa redução aconteceu devido à contratação de aproximadamente 227 novos docentes e o início do funcionamento de seis novos campi do IFPI nas cidades de Campo Maior, Cocal, Oeiras, Pedro II, São João do Piauí e Valença ainda em sua capacidade operacional reduzida, com a formação das primeiras turmas de alunos.

b) Indicadores administrativos

Os indicadores administrativos descrevem quatro categorias de gastos do IFPI.

Os gastos correntes por aluno mostram o investimento feito pela instituição a cada estudante matriculado. São considerados os gastos correntes, descontadas as despesas com investimentos, inversões financeiras, servidores inativos, pensionistas e bolsa-formação. O valor referente a 2014 ficou em R\$ 10.032,31 por aluno, valor acima do ano anterior, que foi de R\$ 6.456,58.

O percentual de gastos com pessoal identifica o quanto da despesa geral do IFPI é destinado à folha de pagamento dos Servidores. Em 2014, aproximadamente dois terços da despesa da instituição foi com a folha de pagamento: 61,47%. Nesse caso, houve uma redução de 17% em relação a 2013, quando o percentual foi de 74,2%.

O Percentual de Gastos com outros Custeios é referente aos Gastos Totais (sem Bolsa Formação e e-Tec), descontados o Gastos com Pessoal, Gastos com Investimentos, Gastos com Inversões Financeiras, Gastos com Benefícios e Gastos com PIS/PASEP. Este índice em 2014 foi de 17.44% teve um pequeno decréscimo em relação a 2013 cujo o percentual foi de 20.8%

O indicador gastos de investimento é composto pela soma dos gastos com investimentos e inversões financeiras em relação ao gastos totais. Em 2014, o percentual foi de 17.2 % representando um leve crescimento em relação a 2013, cujo este indicador havia sido de 14,6%.

c) Indicadores de Gestão de Pessoas

O índice de titulação do corpo docente, quantifica o nível de qualificação dos professores da instituição, excluindo os substitutos. São considerados todos os níveis de titulação (graduação, aperfeiçoamento, especialização, mestrado e doutorado). O indicador do IFPI em 2014 foi 3,28, superior ao índice de 2013, que havia ficado em 3,25, numa escala cujo o valor máximo é 5, situação em que todos os professores tivessem doutorado.

d) Indicadores Socioeconômicos

O indicador Número de Alunos Matriculados por Renda per Capita Familiar, é um indicador socioeconômico, e neste índice relacionou-se o somatório (Σ) da renda per capita dos alunos que preencheram o relatório socioeconômico no sistema acadêmico e o total de alunos que preencheram o relatório socioeconômico. Resultando em um valor em reais. Neste índice apenas 2362 responderam este quesito e a renda familiar média dos alunos do IFPI ficou em R\$ 1.706,40 (hum mil, setecentos e seis reais e quarenta centavos). No entanto, 21% dos estudantes pesquisados

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

pertencem a famílias cuja renda média era inferior a um salário mínimo e 38% pertencem a famílias cuja a renda média está entre um e dois salários mínimos.

A UJ também realiza a análise de indicadores relacionados a:

a) Eficiência em relação à meta na LOA (EFLOA):

$$\left(\frac{\text{Valor da Dotação Atual (em R\$ 1,00) / Meta Física na LOA}}{\text{Valor Liquidado (em R\$ 1,00) / Meta Física Realizada}} \right) \times 100$$

b) Eficiência em relação à meta após a reprogramação (EFREP):

$$\left(\frac{\text{Valor da Reprogramação Financeira (em R\$ 1,00) / Meta Física reprogramada na LOA}}{\text{Valor Liquidado (em R\$ 1,00) / Meta Física Realizada}} \right) \times 100$$

c) Eficácia em relação à meta da LOA (ECLOA):

$$\left(\frac{\text{Meta Física Realizada}}{\text{Meta Física na LOA}} \right) \times 100$$

d) Eficácia em relação à meta após a reprogramação (ECREP):

$$\left(\frac{\text{Meta Física Realizada}}{\text{Meta Física Reprogramada}} \right) \times 100$$

Destacamos que as análises correspondentes estão inseridas nos itens 5.2.1.1 e 5.2.1.2 do presente relatório.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

GESTÃO DE FUNDOS DO CONTEXTO DE ATUAÇÃO DA UNIDADE

Não se aplica.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6 TÓPICOS ESPECIAIS DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA E FINANCEIRA

A presente seção destaca as informações de como a UJ realiza a gestão sobre os seguintes tópicos da execução orçamentária e financeira: execução das despesas, reconhecimento de passivos por insuficiência de créditos ou recursos, movimentação e os saldos de Restos a Pagar de Exercícios Anteriores, transferências de recursos mediante termo de cooperação e movimentação de suprimento de fundos.

6.1 PROGRAMAÇÃO E EXECUÇÃO DAS DESPESAS

Os dados apresentados estão relacionados à programação de despesas (Quadro 29), movimentação interna (Quadro 30), movimentação externa (Quadro 31) e realização da execução das despesas (Quadro 32 e Quadro 33).

6.1.1 Programação das despesas

O Quadro 29 descreve os créditos orçamentários da UJ por grupos de despesa.

6.1.2 Movimentação de Créditos Interna e Externa

Esta UJ possui a movimentação interna, conforme Quadro 30 e movimentação externa, conforme Quadro 31.

Identificação das Unidades Gestoras relacionadas à UJ, conforme Tabela 1.

Tabela 1 – UNIDADES GESTORAS RELACIONADAS À UJ

Código SIAFI	Nome
158146	Reitoria
158353	Campus Teresina-Central
158354	Campus Teresina Zona Sul
158355	Campus Floriano
158356	Campus Picos
158357	Campus Parnaíba
158358	Campus Angical
158359	Campus Paulistana
158360	Campus Piripiri
158361	Campus São Raimundo Nonato
158362	Campus Corrente
158363	Campus Uruçuí
154701	Campus Oeiras
154704	Campus São João do Piauí
154705	Campus Pedro II
155199	Campus Valença do Piauí
155207	Campus Campo Maior
155214	Campus Cocal

Fonte: SIAFI 2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 29– PROGRAMAÇÃO DE DESPESAS

Unidade Orçamentária: 26431			Código UO: 26431		UGO: 26431	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Correntes			
			1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3- Outras Despesas Correntes	
DOTAÇÃO INICIAL			126.921.388,00		68.527.118,00	
CRÉDITOS	Suplementares		34.564.513,00		13.171.773,00	
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		0,00		(294.708,00)	
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			161.485.901,00		81.404.183,00	
Dotação final 2013(B)			131.288.700,00		60.168.716,00	
Variação (A/B-1)*100			23,00		35,29	
Origem dos Créditos Orçamentários			Grupos de Despesa Capital			9 - Reserva de Contingência
			4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6- Amortização da Dívida	
DOTAÇÃO INICIAL			50.085.829,00			
CRÉDITOS	Suplementares		3.252.380,00			
	Especiais	Abertos				
		Reabertos				
	Extraordinários	Abertos				
		Reabertos				
	Créditos Cancelados		0,00			
Outras Operações						
Dotação final 2014 (A)			53.338.209,00			
Dotação final 2013(B)			39.452.218,00			
Variação (A/B-1)*100			35,20			

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014 e Relatório de Gestão 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 30 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA INTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Movimentação dentro de mesma Unidade Orçamentária entre Unidades Jurisdicionadas Distintas						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos						
Recebidos						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						
Movimentação entre Unidades Orçamentárias do mesmo Órgão						
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Concedidos	158146	153056	1212.82.109.4572.0022			24.887,60
Concedidos	158146	153165	123.68.2030.20RJ.0022			152.987,87
Recebido	154003	158146	123.68.2030.20RJ.0001			513.006,16
Recebidos	153173	158146	123.06.2030.8744.0001			33.630,00
Recebidos	157173	158146	123.63.2031.20RW.0001			9.564.385,74
Recebidos	157173	158146	123.63.2031.8252.0001			354.722,68
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Recebidos	154003	158146	123.64.2032.20GK.0001	164.950,00		
Recebidos	153173	158146	123.63.2031.8252.0001	488.826,00		

1.1.1.1.1 Movimentação de Créditos Externa

Esta UJ possui a movimentação externa, conforme Quadro 31.

Quadro 31 – MOVIMENTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA EXTERNA POR GRUPO DE DESPESA

Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas Correntes		
	Concedente	Recebedora		1 – Pessoal e Encargos Sociais	2 – Juros e Encargos da Dívida	3 – Outras Despesas Correntes
Recebidos	180077	158146	278.12.2035.20JP.0001			5.400,00
Origem da Movimentação	UG		Classificação da ação	Despesas de Capital		
	Concedente	Recebedora		4 – Investimentos	5 – Inversões Financeiras	6 – Amortização da Dívida
Concedidos						
Recebidos						

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.1.3 Realização da Despesa

6.1.3.1 Despesas Totais Por Modalidade de Contratação – Créditos Originários – Total

Compreende a totalidade dos recursos da UO, conforme descrição no Quadro 32.

Quadro 32– DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS ORIGINÁRIOS TOTAL

Unidade Orçamentária: 26431	Código UO: 26431		UGO: 26431	
Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	27.451.296,42	15.633.622,51	26.201.692,57	12.482.368,94
a) Convite		-		-
b) Tomada de Preços	183.130,46	-	183.130,46	-
c) Concorrência	1.308.465,50	-	1.308.465,50	-
d) Pregão	25.959.700,46	15.633.622,51	24.710.096,61	12.482.368,94
e) Concurso		-		-
f) Consulta		-		-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas		-		-
2. Contratações Diretas (h+i)	9.090.403,46	9.203.215,51	8.660.191,55	7.874.211,30
h) Dispensa	7.374.125,87	7.534.797,59	7.016.667,73	6.490.385,64
i) Inexigibilidade	1.716.277,59	1.668.417,92	1.643.523,82	1.383.825,66
3. Regime de Execução Especial	38.553,43	35.143,51	38.553,43	35.143,51
j) Suprimento de Fundos	38.553,43	35.143,51	38.553,43	35.143,51
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	160.478.120,14	128.069.742,36	160.414.293,56	124.459.360,82
k) Pagamento em Folha	158.888.798,97	126.777.405,93	158.824.972,39	123.183.711,30
l) Diárias	1.589.321,17	1.292.336,43	1.589.321,17	1.275.649,52
5. Outros	20.605.229,86	15.900.549,45	19.785.774,67	14.891.727,94
6. Total (1+2+3+4+5)	217.663.603,31	168.842.273,36	215.097.505,78	159.742.812,51

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014 e Relatório de Gestão 2013.

6.1.3.2 Despesas por Grupo de Despesa – Créditos Originários – Total

Compreende as despesas por grupo e elemento de despesa, conforme descrição no Quadro 33.



Unidade Orçamentária: 26431		Código UO: 26431		UGO: 26431				
DESPESAS CORRENTES								
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos	
1. Despesas de Pessoal	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013
1º elemento de despesa	110.662.071,58	86.143.298,80	110.662.071,58	86.143.298,80	27.999,01	-	110.640.901,87	84.879.013,83
2º elemento de despesa	20.329.405,34	17.710.215,76	20.301.406,33	17.710.215,76	-	-	20.258.749,46	17.247.935,67
3º elemento de despesa	19.804.180,02	16.116.271,96	19.804.180,02	16.066.271,96	-	50.000,00	19.804.180,02	14.456.215,13
Demais elementos do grupo	8.121.141,04	6.961.433,19	8.121.141,04	6.950.400,19	-	11.033,00	8.121.141,04	6.693.307,45
2. Juros e Encargos da Dívida								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-
3. Outras Despesas Correntes								
1º elemento de despesa	20.629.313,35	14.078.257,44	18.142.044,39	12.715.846,14	3.379.886,43	1.362.411,30	17.137.272,02	10.955.353,57
2º elemento de despesa	11.139.332,66	7.708.931,20	8.931.431,75	5.974.732,93	2.487.268,96	1.734.198,27	8.494.516,45	5.247.960,48
3º elemento de despesa	6.840.490,69	5.796.543,13	6.840.490,69	5.796.543,13	2.207.900,91	-	6.840.490,69	5.796.543,13
Demais elementos do grupo	23.642.002,27	18.931.621,92	19.258.691,20	15.824.528,17	1.003.424,64	3.107.093,75	18.382.576,99	14.363.007,40

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidação		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2012	
4. Investimentos									
1º elemento de despesa	15.699.304,62	21.252.859,41	4.240.822,12	21.252.859,41	11.458.482,50	18.203.443,02	4.051.723,65	1.483.747,05	
2º elemento de despesa	2.321.269,54	14.321.859,41	1.506.527,59	14.321.859,41	814.741,95	14.321.269,43	1.506.527,59	-	
3º elemento de despesa	186.552,04	253.940,62	93.415,04	253.940,62	93.137,00	245.942,62	93.415,04	-	
Demais elementos do grupo	31.381,56	-	31.381,56	-	-	-	31.381,56	-	
5. Inversões Financeiras									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
6. Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014 e Relatório de Gestão 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.1.3.3 Despesas Totais por Modalidade de Contratação – Créditos de Movimentação

Descreve a movimentação por modalidade de contratação: licitação, contratações diretas, pagamento de pessoal e outros, conforme descrição no Quadro 34.

Quadro 34- DESPESAS POR MODALIDADE DE CONTRATAÇÃO – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

Modalidade de Contratação	Despesa Liquidada		Despesa paga	
	2014	2013	2014	2013
1. Modalidade de Licitação (a+b+c+d+e+f+g)	219.091,83	512.759,81	218.071,83	497.853,89
a) Convite	-	-	-	-
b) Tomada de Preços	-	-	-	-
c) Concorrência	-	-	-	-
d) Pregão	219.091,83	512.759,81	218.071,83	497.853,89
e) Concurso	-	-	-	-
f) Consulta	-	-	-	-
g) Regime Diferenciado de Contratações Públicas	-	-	-	-
2. Contratações Diretas (h+i)	358.686,16	279.114,62	321.924,24	195.412,45
h) Dispensa	355.761,64	275.798,62	318.999,72	194.386,45
i) Inexigibilidade	2.924,52	3.316,00	2.924,52	1.026,00
3. Regime de Execução Especial	0,00	0,00	0,00	0,00
j) Suprimento de Fundos	-	-	-	-
4. Pagamento de Pessoal (k+l)	229.420,34	682.559,99	229.420,34	677.516,60
k) Pagamento em Folha	132.339,96	629.270,82	132.339,96	624.870,82
l) Diárias	97.080,38	53.289,17	97.080,38	52.645,78
5. Outros	8.501.445,85	6.849.824,44	6.656.242,58	5.470.535,36
6. Total (1+2+3+4+5)	9.308.644,18	8.324.258,86	7.425.658,99	6.841.318,30

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014 e SIAFI GERENCIAL 2013.

6.1.3.4 Despesas Totais por Grupo e Elemento de Despesa – Créditos de Movimentação

Descreve a movimentação por grupo e elementos de despesas, conforme, conforme Quadro 35.

Quadro 35– DESPESAS POR GRUPO E ELEMENTO DE DESPESA – CRÉDITOS DE MOVIMENTAÇÃO

DESPESAS CORRENTES									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	
1 – Despesas de Pessoal									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2 – Juros e Encargos da Dívida									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	-
3 – Outras Despesas Correntes									
1º elemento de despesa	3.519.499,33	3.908.848,94	3.465.117,36	3.616.541,94	543.322,74	2.737.170,58	2.462.973,00	3.246.855,94	
2º elemento de despesa	2.590.529,00	3.063.135,66	2.590.529,00	2.022.950,50	182.577,64	377.612,96	2.452.671,79	1.524.382,50	
3º elemento de despesa	2.057.779,56	2.267.784,50	1.991.684,56	1.636.082,82	74.165,47	292.307,00	1.395.3982,66	1.205.630,70	
Demais elementos do grupo	1.982.109,51	2.926.471,83	999.391,54	1.034.817,60	155.847,37	448.757,53	999.391,54	855.259,16	

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

DESPESAS DE CAPITAL									
Grupos de Despesa	Empenhada		Liquidada		RP não Processados		Valores Pagos		
	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2014	2013	2013
4 – Investimentos	653.776,00	2.408.508,60	114.640,00	13.866,00	539.136,00	2.394.642,60	114.640,00	9.190,00	
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
5 – Inversões Financeiras	.								
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	
6 – Amortização da Dívida									
1º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
2º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
3º elemento de despesa	-	-	-	-	-	-	-	-	
Demais elementos do grupo	-	-	-	-	-	-	-	-	

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014 e SIAFI GERENCIAL 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.2 DESPESAS COM AÇÕES DE PUBLICIDADE E PROPAGANDA

A UJ no ano de 2014 incorreu em despesas apenas do tipo legal, conforme Quadro 36, e não houve despesas com ações de Publicidade Institucional ou Publicidade de Utilidade Pública, conforme conceituadas na Instrução Normativa da Secretaria de Comunicação Social (SECOM), da nº 5/2011, de 5 de junho de 2011, nem com Publicidade de Produtos e Serviços que não tenham concorrência no mercado no referido período.

A publicidade legal se destina a dar conhecimento de balanços, atas, editais, decisões, avisos e de outras informações dos órgãos e entidades do Poder Público Federal, com o objetivo de atender a prescrições legais.

Quadro 36– DESPESAS COM PUBLICIDADE

Publicidade	Programa/Ação orçamentária	Valores empenhados	Valores pagos
Institucional	-		
Legal	2031/20RL	R\$ 501.560,51	R\$ 472.526,83
Mercadológica	-		
Utilidade pública	-		

Fonte: SIAFI Gerencial 2014.

Na movimentação do exercício ficaram inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 29.033,68 (vinte e nove mil trinta e três reais e sessenta e oito centavos).

No exercício de 2014 ocorreu um erro de classificação de natureza de despesas na UG 158361. A aquisição de placas e letreiros de acessibilidade classificada na 339030 (material de consumo) foi classificada como serviços de publicidade institucional, com movimentação de valores empenhados de R\$ 6.875,00 (seis mil e oitocentos e setenta e cinco reais) de serviços de publicidade institucional, valores pagos de R\$ 6.725,00 (seis mil, setecentos e vinte e cinco reais), ficando inscritos em Restos a Pagar o valor de R\$ 150,00 (cento e cinquenta reais).

6.3 MOVIMENTAÇÃO E OS SALDOS DE RESTOS A PAGAR DE EXERCÍCIOS ANTERIORES

A seguir serão apresentadas informações quantitativas e qualitativas sobre os Restos a Pagar (RP), inscritos em exercícios anteriores, conforme Quadro 37, vigente no exercício de referência do Relatório de Gestão, de modo a permitir a análise da gestão e os impactos dessas despesas no exercício.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 37– RESTOS A PAGAR INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES

Valores em R\$ 1,00

Restos a Pagar Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	10.599.153,69	10.489.318,99	37.736,84	72.097,86
2012	3.330.576,67	3.305.887,34	22.548,10	2.141,23
2011	7.576,86			7.576,86
Restos a Pagar não Processados				
Ano de Inscrição	Montante 01/01/2014	Pagamento	Cancelamento	Saldo a pagar 31/12/2014
2013	45.166.263,55	37.209.227,11	854.851,25	7.102.185,19
2012	9.864.351,19	7.569.590,86	1.557.145,16	737.615,17
2011	867.825,09	1.955,99	796.871,17	68.997,93

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014.

6.3.1 Análise Crítica

Os valores de Restos a Pagar Processados nos anos de 2011, 2012 e 2013 são referentes a descontos obtidos na nota fiscal e multa administrativa, que foi lançada no momento da liquidação e deduzida do valor líquido, que a empresa tinha direito a receber. Existem valores que foram liquidados e por erros técnicos no momento da alteração dos documentos (alterações de DARF), houve a necessidade de se realizar reconhecimento de dívida. Os valores em questão continuam inseridos no demonstrativo acima, pois não foram realizadas baixas nas liquidações originais.

Os valores de Restos a Pagar não Processados permanecem no histórico.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.4 TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS

Neste tópico, serão apresentadas as informações sobre as transferências realizadas pela UJ, no exercício 2014, mediante termo de cooperação, de modo a permitir a avaliação das ações de controle e acompanhamento efetuadas pela UJ sobre essas modalidades de transferências financeiras a terceiros.

Destacamos que esta UJ não apresenta movimentação de contratos de repasse e convênios.

6.4.1 Relação dos Instrumentos de Transferência Vigentes no Exercício

A UJ apresenta 3 (três) termos de cooperação, que é o instrumento por meio do qual é ajustada a transferência de crédito de órgão ou entidade da Administração Pública Federal para outro órgão federal da mesma natureza ou autarquia, fundação pública ou empresa estatal dependente.

As três instituições são a Universidade Federal Fluminense (UFF), MINTER e DINTER de Informática; Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), DINTER de Letras Português; Universidade Federal Rural de Pernambuco (UFRPE). MINTER em Tecnologia de Gestão em Educação a Distância.

A caracterização dos instrumentos de transferências vigentes no exercício de 2014, conforme Quadro 38.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 38 – CARACTERIZAÇÃO DOS INSTRUMENTOS DE TRANSFERÊNCIAS VIGENTES NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Posição em 31.12.2014

Unidade Concedente ou Contratante										
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)										
CNPJ: 10.806.496/0001-49			UG/GESTÃO: 158146/26431							
Informações sobre as Transferências										
Modalidade	Nº do instrumento	Beneficiário	Valores Pactuados		Valores Repassados		Vigência			Sit.
			Global	Contrapartida	No Exercício	Acumulado até o Exercício	Início	Fim		
3. Termo de Cooperação	001/2010	UFF - 153056/15227	667.757,00	667.757,00	24.887,60	646.431,62	24/09/2010	23/09/2014	1 - Adimplente	
3. Termo de Cooperação	001/2011	UFPE - 153080/15233	865.700,55	634.847,06	0,00	433.180,40	08/04/2011	07/04/2015	2 - Inadimplente	
3. Termo de Cooperação	001/2014	UFRPE – 153165/15239	795.536,96	0,00	152.987,87	152.987,87	29/08/2014	28/08/2016	1 - Adimplente	
LEGENDA										
Modalidade:			Situação da Transferência:							
1 -	Convênio			1 -	Adimplente					
2 -	Contrato de Repasse			2 -	Inadimplente					
3 -	Termo de Cooperação			3 -	Inadimplência Suspensa					
4 -	Termo de Compromisso			4 -	Concluído					
				5 -	Excluído					
				6 -	Rescindido					
				7 -	Arquivado					

Fonte: PROAD, PROPI e Relatório de Gestão 2013.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.4.2 Quantidade de Instrumentos de Transferências Celebrados e Valores Repassados nos Três Últimos Exercícios

A UJ apresenta a movimentação, conforme Quadro 39, quanto aos instrumentos celebrados nos últimos três exercícios, de 2014, 2013 e 2012, sendo os valores apresentados em sua totalidade.

Quadro 39 – RESUMO DOS INSTRUMENTOS CELEBRADOS PELA UJ NOS TRÊS ÚLTIMOS EXERCÍCIOS

Unidade Concedente ou Contratante						
Nome:	INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)					
CNPJ:	10.806.496/0001-49					
UG/GESTÃO:	158146/26431					
Modalidade	Quantidade de Instrumentos Celebrados em Cada Exercício			Montantes Repassados em Cada Exercício, Independentemente do ano de Celebração do Instrumento (em R\$ 1,00)		
	2014	2013	2012	2014	2013	2012
Convênio						
Contrato de Repasse						
Termo de Cooperação	1	2		177.875,47	360.984,62	281.500,00
Termo de Compromisso						
Totais	1	2		177.875,47	360.984,62	281.500,00

Fonte: PROAD, PROPI e Relatório de Gestão 2013.

6.4.3 Análise Crítica

A UJ está adotando medidas para sanear as transferências na situação de prestação de contas inadimplente, no Termo de Cooperação 001/2011 – UFPE, referente ao exercício de 2014.

Quanto ao comportamento das prestações de contas frente aos regulamentos do decorrer dos últimos exercícios, as duas instituições UFF e UFPE apresentaram os relatórios parciais, conforme vinculação legal.

A estrutura de controle para o gerenciamento das transferências e feita pela Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-graduação e Inovação (PROPI), por meio de representantes, coordenadores acadêmicos, servidores da instituição com titulação máxima de doutorado.

A UJ tem a preocupação constante para a ampliação de oferta de beneficiários dos programas, visando a qualificação de nossos servidores, docentes e técnico-administrativos, diante do exposto, consideramos válido e indispensável a manutenção dos termos de cooperação.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

6.5 SUPRIMENTO DE FUNDOS

Este tópico apresenta informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de suprimento de fundos utilizados por Unidade Gestora (UG) vinculada à Jurisdicionada (UJ), responsável pela apresentação do presente relatório de gestão, de forma a possibilitar a análise sucinta da evolução dos gastos efetuados por essas modalidades de pagamento.

Concessão de Suprimento de Fundos

Esta UJ só utiliza Suprimento de Fundos através do Cartão de Pagamento do Governo Federal (CPGF), não registrando ocorrência de movimentação de fundo por meio da Conta Tipo B, conforme Quadro 40.

Quadro 40– CONCESSÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício Financeiro	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Meio de Concessão				Valor do maior limite individual concedido
			Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal		
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Quantidade	Valor Total	
2014	158146	Reitoria			03	11.000,00	5.000,00
	158353	Teresina-Central			08	49.000,00	8.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			03	6.000,00	2.000,00
	158355	Floriano			03	9.000,00	3.000,00
2013	158146	Reitoria			01	2.500,00	1.500,00
	158353	Teresina-Central			15	56.000,00	6.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			04	12.000,00	4.000,00
2012	158353	Teresina-Central			04	61.000,00	8.000,00
	158354	Teresina Zona Sul			15	4.000,00	2.000,00
	158355	Floriano			03	6.000,00	2.000,00
	158357	Parnaíba			02	8.000,00	4.000,00
	158360	Piripiri			01	5.000,00	5.000,00

Fonte: SIAFI Gerencial 2014 e Relatório de Gestão 2013.

O valor total de suprimento de fundos corresponde à movimentação de concessão e todos os movimentos não utilizados, foram devidamente anulados, conforme disposição legal.

6.5.1 Utilização de Suprimento de Fundos

Esta UJ no ano de 2014 registrou ocorrência de movimentação de suprimento de fundo por Cartão de Crédito Corporativo, no valor de R\$ 38.553,43 (trinta e oito mil, quinhentos e cinquenta e três reais e quarenta e três centavos), conforme movimentação no Quadro 42.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 41 – UTILIZAÇÃO DE SUPRIMENTO DE FUNDOS

Exercício	Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Conta Tipo B		Cartão de Pagamento do Governo Federal			
	Código	Nome ou Sigla	Quantidade	Valor Total	Saque		Fatura	Total (a+b)
					Quantidade	Valor dos Saques (a)	Valor das Faturas (b)	
2014	158146	Reitoria			-	-	4.691,09	4.691,09
	158353	Teresina-Central			04	1.800,00	26.208,10	28.008,10
	158354	Teresina Zona Sul			-	-	2.141,35	2.141,35
	158355	Floriano			-	-	5.512,89	5.512,89
2013	158146	Reitoria				-	1.111,00	1.111,00
	158353	Teresina-Central			02	1.260,00	27.511,41	28.771,41
	158354	Teresina Zona Sul			-	-	6.521,10	6.521,10

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2013 e 2014.

6.5.2 Classificação dos gastos com Suprimento de Fundos

Esta UJ no ano de 2014 registrou a movimentação, conforme Quadro 43.

Quadro 42– CLASSIFICAÇÃO DOS GASTOS COM SUPRIMENTO DE FUNDOS NO EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA

Unidade Gestora (UG) do SIAFI		Classificação do Objeto Gasto		
Código	Nome ou Sigla	Elemento de Despesa	Subitem da Despesa	Total
158146	Reitoria	339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	654,11
		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	80,00
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	1.641,23
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	2.046,75
		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	269,00
158353	Teresina Central	339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	249,20
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	132,00
		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	815,90
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	2.983,82
		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	356,00
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	1.594,67
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	3.857,72
		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	1.869,00
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	4.834,46

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	2.282,00
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	5.000,00
		339039	96 - OUTROS SERV. DE TERCEIROS PJ- PAGTO ANTECIPADO	2.233,33
158354	Teresina Zona Sul	339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	1.709,35
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	332,00
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	100,00
158355	Floriano	339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	2.980,87
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	342,50
		339030	96 - MATERIAL DE CONSUMO - PAGTO ANTECIPADO	2.189,52
TOTAL				38.553,43

Fonte: SIAFI GERENCIAL 2014.

6.5.3 Análise Crítica

Esta UJ utilizou o Cartão de Pagamentos do Governo Federal em 4 UG's (Reitoria, Teresina Central, Teresina Zona Sul e Floriano), cuja finalidade foi para atender demandas de despesas de pequeno vulto, assim como para a utilização em viagens pelos motoristas. As quatro movimentações de saque foram realizadas pelo motorista em viagens institucionais, totalizando R\$ 1.800,00 (um mil e oitocentos reais).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7 GESTÃO DE PESSOAS, TERCEIRIZAÇÃO DE MÃO DE OBRA E CUSTOS RELACIONADOS

A presente seção destaca informações quantitativas e qualitativas sobre a gestão de recursos humanos da UJ.

7.1 ESTRUTURA DE PESSOAL DA UNIDADE

O perfil do quadro de servidores ativos da UJ será demonstrado por meio dos quadros detalhados nos subtópicos a seguir.

7.1.1 Demonstração da Força de Trabalho à Disposição da Unidade Jurisdicionada

A demonstração da força de trabalho da unidade é apresentada nos Quadro 43 e Quadro 44, que demonstram respectivamente a lotação e as situações que reduzem a força de trabalho da unidade.

7.1.1.1 Força de trabalho

Quadro 43– FORÇA DE TRABALHO DA UJ – SITUAÇÃO APURADA EM 31/12

Tipologias dos Cargos	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Servidores em Cargos Efetivos (1.1 + 1.2)		1863	615	78
1.1. Membros de poder e agentes políticos				
1.2. Servidores de Carreira (1.2.1+1.2.2+1.2.3+1.2.4)		1863	615	78
1.2.1. Servidores de carreira vinculada ao órgão		1861	615	78
1.2.2. Servidores de carreira em exercício descentralizado				
1.2.3. Servidores de carreira em exercício provisório				
1.2.4. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas		2	0	0
2. Servidores com Contratos Temporários			60	74
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública				
4. Total de Servidores (1+2+3)		1863	675	152

Fonte: DIGEP/SIAPE 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.1.1.2 Distribuição da lotação efetiva

Quadro 44- DISTRIBUIÇÃO DA LOTAÇÃO EFETIVA

Tipologias dos Cargos	Lotação Efetiva	
	Área Meio	Área Fim
1. Servidores de Carreira (1.1)	867	996
1.1. Servidores de Carreira (1.1.2+1.1.3+1.1.4+1.1.5)	867	996
1.1.2. Servidores de carreira vinculada ao órgão	865	996
1.1.3. Servidores de carreira em exercício descentralizado		
1.1.4. Servidores de carreira em exercício provisório		
1.1.5. Servidores requisitados de outros órgãos e esferas	2	0
2. Servidores com Contratos Temporários	0	71
3. Servidores sem Vínculo com a Administração Pública		
4. Total de Servidores (1+2+3)	867	1067

Fonte: DIGEP/SIAPE 2014.

7.1.1.3 Detalhamento da estrutura de cargos em comissão e funções gratificadas da UJ

Quadro 45- DETALHAMENTO DA ESTRUTURA DE CARGOS EM COMISSÃO E FUNÇÕES GRATIFICADAS DA UJ

Tipologias dos Cargos em Comissão e das Funções Gratificadas	Lotação		Ingressos no Exercício	Egressos no Exercício
	Autorizada	Efetiva		
1. Cargos em Comissão	105	103	58	23
1.1. Cargos Natureza Especial				
1.2. Grupo Direção e Assessoramento Superior				
1.2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	105	103	58	23
1.2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
1.2.3. Servidores de Outros Órgãos e Esferas	2	2	0	0
1.2.4. Sem Vínculo				
1.2.5. Aposentados				
2. Funções Gratificadas	451	351	284	132
2.1. Servidores de Carreira Vinculada ao Órgão	451	351	284	132
2.2. Servidores de Carreira em Exercício Descentralizado				
2.3. Servidores de Outros órgãos e Esferas				
3. Total de Servidores em Cargo e em Função (1+2)	558	456	342	155

Fonte: DIGEP/SIAPE 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.1.2 Qualificação da Força de Trabalho

A qualificação da força de trabalho no ano de 2014 foi feita de forma descentralizada entre os *Campi*. Cada *Campus* verificava a necessidade de qualificação dos servidores e faziam a proposta de qualificação seja externamente ou internamente, sob a Coordenação da Diretoria de Gestão de Pessoas.

Os cursos propostos foram analisados de acordo com os interesses institucionais e ambiente organizacional em que o servidor estava localizado, levando em conta o fator motivacional para o servidor.

Em parceria com a Pró-Reitoria de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação foram incentivados e facilitados cursos de especialização, mestrado e doutorado.

7.1.3 Custos de Pessoal da Unidade Jurisdicionada

Os custos de pessoal da UJ apresenta a discriminação das naturezas de despesas de pessoal para cada tipologia de servidores e de cargos no exercício do relatório de gestão (ano 2014) e no ano anterior (2013), conforme

Quadro 46.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 46– CUSTOS DE PESSOAL

Tipologias/ Exercícios	Vencimentos e Vantagens Fixas	Despesas Variáveis					Despesas de Exercícios Anteriores	Decisões Judiciais	Total
		Retribuições	Gratificações	Adicionais	Indenizações	Benefícios Assistenciais e Previdenciários			
Membros de poder e agentes políticos									
Exercícios	2014								
	2013								
Servidores de carreira vinculados ao órgão da unidade jurisdicionada									
Exercícios	2014	67.584.786,30	4.528.310,15	9.480.284,70	4.437.847,80	7.080.845,44	2.703.882,37	108.008,20	
	2013	53.413.041,60	3.801.734,59	7.061.404,16	3.192.723,44	5.917.923,90	2.677.089,36	564.151,28	
Servidores de carreira SEM VÍNCULO com o órgão da unidade jurisdicionada									
Exercícios	2014								
	2013								
Servidores SEM VÍNCULO com a administração pública (exceto temporários)									
Exercícios	2014								
	2013								
Servidores cedidos com ônus									
Exercícios	2014	387.191,41	0,00	63.691,67	10.791,25	23.872,00	18.765,33	0,00	
	2013	251.569,40	0,00	44.854,84	12.702,72	17.989,95	9.724,48	0,00	



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Servidores com contrato temporário						
Exercícios	2014	2.629.012,31	0,00	145.317,66	60.058,94	376.956,90
	2013	2.102.082,68	0,00	148.006,00	71.494,71	229.048,61
						0,00
						0,00

Fonte: DIGEP/SLAPE 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.1.4 Irregularidades na área de pessoal

7.1.4.1 Acumulação indevida de cargos, funções e empregos públicos

Quando os servidores ingressam neste IFPI são exigidas declaração e comprovação quanto à acumulação ou não de emprego ou função pública.

Periodicamente é feito pela CGU cruzamento de dados da RAIS entre órgãos diversos e este IFPI. Se constatado acumulação os servidores são notificados e convocados a apresentarem comprovação de não acumulação e/ou justificativa.

Sendo comprovadas irregularidades, estas são encaminhadas para a Controladoria deste IFPI para análise e posterior abertura de Processo administrativo Disciplinar, se necessário.

7.1.4.2 Terceirização irregular de cargos

Não há nenhum servidor/funcionário terceirizado, trabalhando neste IFPI por meio de terceirização irregular de cargos, contratado através desta Diretoria de Gestão de Pessoas.

7.1.5 Riscos identificados na gestão de pessoas

Os riscos identificados não afetam o bom funcionamento da instituição. Os servidores Técnico-Administrativos em Educação dos Níveis de Classificação C e D, cuja formação é de carreira especializada procuram sempre melhores empregos e terminam afastando-se deste Instituto.

No geral é compensador investir na capacitação e qualificação dos servidores, pois sempre há um bom retorno para este IFPI.

7.1.6 Indicadores Gerenciais Sobre Recursos Humanos

Os indicadores gerenciais usados para tomadas de decisões são extraídos do extrator de dados e do dw (Datawarehouse), que são mecanismos de extração de dados do SIAPE.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

7.2 CONTRATAÇÃO DE MÃO DE OBRA DE APOIO E DE ESTAGIÁRIOS

As informações sobre a terceirização de mão de obra no âmbito desta UJ versarão sobre os contratos de prestação de serviços de limpeza, higiene e vigilância ostensiva da unidade e sobre a locação de mão de obra de terceiros em áreas não abrangidas por categorias funcionais do órgão.

Informamos que não há terceirização de cargos em atividades inerentes às categorias funcionais do plano de cargos da UJ.

7.2.1 Contratação de serviços de Limpeza, Higiene e Vigilância

As informações sobre a contratação de serviços terceirizados em vigência no exercício de 2014 (encerrados e celebrados) estão discriminadas e dispostas conforme Quadro 47 a 63, respectivamente das UG's: Angical, Campo maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Pedro II, Parnaíba, Picos, Piripiri, Reitoria, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí e Valença do Piauí.

7.2.2 Locação de Mão de Obra para Atividades não Abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão

As informações sobre a locação de Mão de Obra para atividades não abrangidas pelo Plano de Cargos do Órgão, em vigência no exercício de 2014 (encerrados e celebrados) estão discriminadas e dispostos conforme

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 64 a 80, respectivamente das UG's: Angical, Campo maior, Cocal, Corrente, Floriano, Oeiras, Pedro II, Parnaíba, Picos, Piripiri, Reitoria, São João do Piauí, São Raimundo Nonato, Teresina Central, Teresina Zona Sul, Uruçuí e Valença do Piauí.

7.2.3 Análise Crítica

A análise crítica dos itens 7.2.1 e 7.2.2, de acordo com o Departamento de Administração da Reitoria estão dispostos nos parágrafos a seguir.

Ressentiu-se a Coordenação de Contratos da Reitoria, à época, de procedimentos internos de controle e esquematização dos processos de licitação e de formalização do contrato administrativo, justificado, parcialmente, pela ausência de ferramenta tecnológica de controle (sistema informatizado) para acompanhamento de prazos, ritos, notificações, etc. Faz necessário pontuar a crescente necessidade de capacitação dos gestores e fiscais de contratos, especialmente para os de natureza continuada, de treinamento oportuno que, juntamente com regulamentos pré-estabelecidos, serão capazes de uniformar procedimentos, documentos e posturas inerentes aos servidores encarregados de tal ônus, enfatize-se, aqui, as unidades administrativas desconcentradas (Campus). Por outro lado, a comunicação da instituição com alguns representantes das contratadas, mostrou-se dificultosa, o que poderia ter comprometido sensivelmente a prestação do serviço não fosse à tempestividade dos setores administrativos em notificar e solicitar o cumprimento dos termos contratuais.

No tocante às interrupções de serviços, não foi constatado prejuízo no cumprimento dos objetos (limpeza e vigilância) porém, concordou a gestão institucional por não prorrogar alguns contratos, buscando a implementação, em tempo hábil, de novos procedimentos licitatórios. A Reitoria do IFPI não se valeu da utilização da “conta vinculada”, porém não foi constatado qualquer descumprimento, por parte das contratadas, da legislação trabalhista em voga.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 47– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CAMPUS ANGICAL

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS ANGICAL														
UG/Gestão: 158358/26431				CNPJ: 10.806.496/0009-04										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C	M	S		
2010	V	O	14/2010	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2015								P
2014	L	O	01/2014	23.434.608/0001-20	14/01/2014	16/01/2015	6							A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 48– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CAMPUS CAMPO MAIOR

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CAMPO MAIOR														
UG/Gestão: 155207/26431				CNPJ: 10.806.496/0017-06										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
2014	V	O	18/2014	14.585.324/0001-43	02/05/2014	01/05/2015								P
2014	L	O	15/2014	07.441.614/0001-58	02/05/2014	01/05/2015	14	14						P
Observações:														
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.														

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 49– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CAMPUS COCAL

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS COCAL													
UG/Gestão: 155214/26431				CNPJ: 10.806.496/0018-97									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	L	O	16/2014	07441614/0001-58	02/05/14	01/05/15	10	10					A
2014	V	O	19/2014	14585324/0001-43	02/05/14	01/05/15			8	8			A
Observações:													
LEGENDA Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva. Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial. Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior. Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado. Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.													

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 50– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA CORRENTE

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ – CAMPUS CORRENTE							CNPJ: 10.806.496/0010-30						
UG/Gestão: 158362/26431													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	L	O	034/2010	12.193.181/0001-07	01/07/2010	30/06/2015		4					P
2010	V	O	015/2010	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2015							P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.													

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 51 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS FLORIANO

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS FLORIANO														
UG/Gestão: 158355/26431				CNPJ: 10.806.496/0004-91										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2014	L	O	01/2014	05.695.725/0001-65	23/06/2014	22/06/2015	3							A
2010	V	O	03/2010	05.522.605/0001-22	18/11/2010	17/11/2015	2							P
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI														

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 52 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS OEIRAS

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS OEIRAS													
UG/Gestão: 154701/26431				CNPJ: 10.806.496-0014/63									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2013	L	O	13/2013	10.820.620/0001-20	23/09/2013	22/08/2015	15	15					P
2013	V	O	10/2013	01.668.768/0001-09	09/09/2013	08/09/2015							P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.													

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 53 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PEDRO II

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS PEDRO II														
UG/Gestão: 154705/26431				CNPJ: 10.806.496-0015/44										
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	F		M		S			
2013	V	O	11/2013	01.668.768/0001-09	08/09/14	07/09/2015								A
2013	L	O	14/2013	10.820.620/0001-20	04/09/13	03/09/2013	15	15						A
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.														

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 54– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PARNAÍBA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS PARNAÍBA													
UG/Gestão: 158357/26431				CNPJ: 10.806.496/0006-53									
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2012	V	O	30/2012	10.674.819/0001-98	05/07/2012	06/07/2015			6				P
2014	L	O	04/2014	12.193.181/0001-07	13/03/2014	13/03/2015			6				A
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 55– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PICOS

Unidade Contratante																
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS PICOS																
UG/Gestão: 158356/26431							CNPJ: 10.806.496/0005/72									
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.			
					Início	Fim	F			M				S		
							P	C	P	C	P	C		P	C	
2012	L	O	32/2012	10.806.496/0001-49	07/07/2012	06/07/2015		15	15					P		
2012	V	O	29/2012	10.674.819/0001-98	07/07/2012	06/07/2015			12	12				P		
Observações:																
LEGENDA																
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.																
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 56– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS PIRIPIRI

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS PIRIPIRI													
UG/Gestão: 158360/ 26431					CNPJ: 10.806.946/00111-10								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2010	V	O	16/2010	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2015			8	8			P
2010	L	O	33/2010	12.193.181/0001-07	01/07/2010	30/06/2015	14	14					P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 57– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DA REITORIA

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – REITORIA															
UG/Gestão: 158146/ 26431					CNPJ: 10.806.496/0001-49										
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.		
					Início	Fim	F			M				S	
							P	C	P	C	P	C			
2010	V	O	19/2010	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2015				12	12			P	
2014	L	O	23/2014	16.980.316/0001-27	22/09/2014	21/09/2015								A	
2014	L	E	43/2014	16.980.316/0001-27	22/12/2014	21/06/2015								A	
2014	L	E	44/2014	16.980.316/0001-27	22/12/2014	21/06/2015								A	
2013	L	O	17/2013	10.820.620/0001-20	23/09/2013	23/09/2015								P	
2013	V	O	16/2013	14.585.324/0001-43	24/09/2013	23/09/2015								P	
2014	V	E	45/2014	05.522.602/0001-22	29/12/2014	28/06/2015								A	
2014	V	E	46/2014	05.522.602/0001-22	29/12/2014	28/06/2015								A	
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 58– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ													
UG/Gestão: 154704/26431						CNPJ: 10.806.496/0013-82							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.	
					Início	Fim	F	C	M	P	C		
													S
2013	L	O	15/2013	10.820.620/0001-20	23/09/2014	22/09/2015	15	15					P
2013	V	O	12/2013	01.668.768/0001-09	09/09/2014	08/09/2015			8	8			P
Observações:													
LEGENDA													
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 59– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

Unidade Contratante															
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO															
UG/Gestão: 158361/26431				CNPJ: 10.806.496/0012-00											
Informações sobre os Contratos															
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.				
					Início	Fim	P	C	P	C		M	S		
2010	V	O	17/2010	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2015				8	8				P
2010	L	O	35/2010	12.193.181/0001-07	01/07/2010	30/06/2015	14	14							P
Observações:															
LEGENDA															
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.															
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.															
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.															
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.															

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 60– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS TERESINA CENTRAL

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS TERESINA CENTRAL												
UG/Gestão: 158353/26431												
CNPJ: 10.806.496/0003-00												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.
					Início	Fim	P	C	M	P	S	
2010	L	O	62/2010	12.193.181/0001-07	30/07/10	29/07/15	42	42				P
2011	V	O	01/2011	10.674.819/0001-98	01/07/11	30/06/15			8	8		P
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 61– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS TERESINA ZONA SUL														
UG/Gestão: 158354 /26431														
CNPJ: 10.806.496/0002-20														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						Sit.	
					Início	Fim	P	C	P	C	M	S		
2013	L	O	09/2013	12.193.181/0001-07	22/11/2013	21/11/2015	25	25						P
2013	V	O	10/2013	05.522.602/0001-22	10/12/2013	09/12/2015			12	12				P
Observações:														
LEGENDA														
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Fonte: Coord. de Contratos/ Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI														

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 62– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS URUCUI

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS URUCUI												
UG/Gestão: 158363/26431												
CNPJ: 10.806.496/0007-34												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					Sit.
					Início	Fim	P	C	M		S	
									P	C		
2014	L	E	24/2014	12.193.181/0001-07	07/10/2014	06/03/2015	16	16				A
2010	V	O	18/2010	05.522.602/0001-22	08/04/2010	07/04/2015		12	12			P
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI												

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 63– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LIMPEZA E HIGIENE E VIGILÂNCIA OSTENSIVA DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI - CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ					CNPJ: 10.806.496/0016-25							
UG/Gestão: 155199/26431												
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				Sit.	
					Início	Fim	P	C	M			S
									P	C		
2014	L	O	17/2014	07.441.614/0001-58	02/05/2014	01/05/2015	12	12				A
2014	V	O	10/2014	14.093.210/0001-86	08/04/2014	07/04/2015			8	8		A
Observações:												
LEGENDA												
Área: (L) Limpeza e Higiene; (V) Vigilância Ostensiva.												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI												

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
Quadro 64– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS ANGICAL

Unidade Contratante														
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS ANGICAL														
UG/Gestão: 158358/26431														
CNPJ: 10.806.496/0009-04														
Informações sobre os Contratos														
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados							
					Início	Fim	F		M		S			
							P	C	P	C	P	C		
2012	6	O	24/2012	07.507.989/0001-73	22/05/2012	21/05/2015				1	1			P
2010	12	O	10/2011	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2014	3	3						P
2010	2	O	75/2010	06.234.467/0001-82	01/09/2010	31/08/2015				2	2			P
2010	9	O	52/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015				2	2			P
Observações:														
Contrato 10/2011 referente ao serviço de cozinha.														
LEGENDA														
Área:														
1. Segurança;														
2. Transportes;														
3. Informática;														
4. Copeiragem;														
5. Recepção;														
6. Reprografia;														
7. Telecomunicações;														
8. Manutenção de bens móveis														
9. Manutenção de bens imóveis														
10. Brigadistas														
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes														
12. Outras														
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.														
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.														
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.														
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.														

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 65– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS CAMPO MAIOR

Unidade Contratante											
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS CAMPO MAIOR											
UG/Gestão: 155207/26431					CNPJ: 10.806.496/0017-06						
Informações sobre os Contratos											
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados				
					Início	Fim	F	M	S	Sit.	
											P
2014	2	E	32/2014	13362720/0001-49	01/12/2014	30/05/2015	2	2			A
Observações:											
02 motoristas previstos no contrato e 2 contratados efetivamente.											
LEGENDA											
Área:											
1. Segurança;											
2. Transportes;											
3. Informática;											
4. Copeiragem;											
5. Recepção;											
6. Reprografia;											
7. Telecomunicações;											
8. Manutenção de bens móveis											
9. Manutenção de bens imóveis											
10. Brigadistas											
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes											
12. Outras											
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.											
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.											
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.											
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.											

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 66– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS COCAL

Unidade Contratante																
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS COCAL																
UG/Gestão: 155214/26431						CNPJ: 10.806.496/0018-97										
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados									
					Início	Fim	P	C	P	C	M	S				
2014	2	E	33/2014	13.362.720/0001-49	01/12/2014	31/05/2015				2	2					Sit. A
Observações:																
LEGENDA																
Área:																
1. Segurança;																
2. Transportes;																
3. Informática;																
4. Copeiragem;																
5. Recepção;																
6. Reprografia;																
7. Telecomunicações;																
8. Manutenção de bens móveis																
9. Manutenção de bens imóveis																
10. Brigadistas																
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes																
12. Outras																
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 67 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS CORRENTE

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS CORRENTE												
UG/Gestão: 158362/26431					CNPJ: 10.806.496/0010-30							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C
2011	12	O	11/2011	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2015	3	3				P
2010	8	O	56/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	2	2				P
2010	2	O	76/2010	06.234.467/0001-82	15/09/2010	14/09/2015	2	2				P
Observações:												
Contrato 11/2011 referente ao serviço de cozinha.												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança;												
2. Transportes;												
3. Informática;												
4. Copeiragem;												
5. Recepção;												
6. Reprografia;												
7. Telecomunicações;												
8. Manutenção de bens móveis												
9. Manutenção de bens imóveis												
10. Brigadistas												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12. Outras												

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 68– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS FLORIANO

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS FLORIANO													
UG/Gestão: 158355/26431			CNPJ: 10.806.496/0004-91										
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F			M			S
							P	C	P	C	P	C	
2010	9	O	10/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	3	3					P
2010	2	O	07/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	1	1					P
2013	4	O	01/2013	13.362.720/0001-49	02/05/2013	01/05/2015	11	11					P
2014	6	E	39/2014	07.226.160/0001-00	05/08/2014	04/02/2015	1	1					E
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 69– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS OEIRAS

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS OEIRAS													
UG/Gestão: 154701/26431						CNPJ: 10.806.496-0014/63							
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F		M		S		
							P	C	P	C	P	C	
2014	2	E	37/2014	13.362.720/0001-49	01/12/2014	30/05/2015			2	2			Sit. A
Observações:													
Serviço de condução de veículo.													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI



Quadro 70- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PEDRO II

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
Quadro 71 – CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PARNAÍBA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS PARNAÍBA													
UG/Gestão: 158357/26431					CNPJ: 10.806.496/0006-53								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	P	C	M	P	C	S	Sit.
2014	2	O	02/2014	09.019.150/0001-11	20/01/2014	20/01/2016			2	2			P
2014	4	O	01/2014	07.194.788/0001-63	20/01/2014	20/01/2016			8	8			P
2010	6	O	39/2010	03.471.748/0001-60	31/07/2010	31/07/2015			1	1			P
2010	9	O	55/2010	06.234.467/0001-82	31/08/2010	31/08/2015			2	2			P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 72– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PICOS

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS PICOS												
UG/Gestão: 158356/26431						CNPJ: 10.806.496/0005/72						
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C
2010	9	O	54/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	2	2				P
2010	2	O	43/2010	06.855.175/0001-67	12/07/2010	11/07/2015	2	2				P
2012	6	O	01/2013	07.507.989/0001-73	18/10/2012	17/10/2015	1	1				P
2013	12	O	02/2013	05.695.725/0001-65	09/09/2013	08/09/2015	12	12				P
Observações:												
Contrato 02/2013 Prestação do serviço de cozinha.												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança;												
2. Transportes;												
3. Informática;												
4. Copeiragem;												
5. Recepção;												
6. Reprografia;												
7. Telecomunicações;												
8. Manutenção de bens móveis												
9. Manutenção de bens imóveis												
10. Brigadistas												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12. Outras												

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.

Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.

Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 73– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS PIRIPIRI

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS PIRIPIRI												
UG/Gestão: 158360/ 26431					CNPJ: 10.806.946/0011-10							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
2010	9	O	57/2010	06.234.467/0001-82	02/08/10	01/08/15	P	C	P	C	P	C
2010	2	O	77/2010	06.855.175/0001-67	15/09/10	14/09/15	2	2				
2011	12	O	12/2011	06.234.467/0001-82	20/06/11	19/06/15			3	3		
2013	6	O	08/2013	07.507.989/0001-73	01/08/13	31/07/15			1	1		
Observações:												
Contrato 12/2011 referente ao serviço de cozinha.												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança;												
2. Transportes;												
3. Informática;												
4. Copeiragem;												
5. Recepção;												
6. Reprografia;												
7. Telecomunicações;												
8. Manutenção de bens móveis												
9. Manutenção de bens imóveis												
10. Brigadistas												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12. Outras												

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 74– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DA REITORIA

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – REITORIA													
UG/Gestão: 158146/26431					CNPJ: 10.806.496/0001-49								
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	P	C	M	P	C	S	Sit.
2010	2	O	68/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015	2	2					P
2014	4	E	26/2014	13.362.720/0001-49	13/11/2014	12/05/2015			2	2			A
2014	2	E	31/2014	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015			4	4			A
2014	2	E	35/2014	13.362.720/0001-49	01/12/2014	29/05/2015			1	1			A
2010	4	O	74/2010	05.695.725/0001-65	23/08/2010	22/08/2014	2	2					E
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 75– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ

Unidade Contratante																	
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS SÃO JOÃO DO PIAUÍ																	
UG/Gestão: 154704/26431				CNPJ: 10.806.496/0013-82													
Informações sobre os Contratos																	
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados										
					Início	Fim	P	C	P	C	M	S					
2014	1	E	38/2014	13.362.720/0001-49	01/12/2014	30/11/2015	1	1									
Observações:																	
LEGENDA																	
Área:																	
1. Segurança;																	
2. Transportes;																	
3. Informática;																	
4. Copeiragem;																	
5. Recepção;																	
6. Reprografia;																	
7. Telecomunicações;																	
8. Manutenção de bens móveis																	
9. Manutenção de bens imóveis																	
10. Brigadistas																	
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes																	
12. Outras																	
							1	1								A	
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																	
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																	
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																	
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																	

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 76– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO

Unidade Contratante													
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS SÃO RAIMUNDO NONATO													
UG/Gestão: 158361/26431													
CNPJ: 10.806.496/0012-00													
Informações sobre os Contratos													
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados						
					Início	Fim	F	P	C	M	P	C	S
2010	2	O	78/2010	06.855.175/0012-67	15/09/2010	14/09/2015		2	2				P
2010	9	O	59/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/08/2015		2	2				P
2011	12	O	13/2011	06.234.467/0001-82	20/06/2011	31/12/2014		3	3				P
Observações:													
LEGENDA													
Área:													
1. Segurança;													
2. Transportes;													
3. Informática;													
4. Copeiragem;													
5. Recepção;													
6. Reprografia;													
7. Telecomunicações;													
8. Manutenção de bens móveis													
9. Manutenção de bens imóveis													
10. Brigadistas													
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes													
12. Outras													
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.													
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.													
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.													
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.													

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 77– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS TERESINA CENTRAL

Unidade Contratante																
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS TERESINA CENTRAL																
UG/Gestão: 26431/158353					CNPJ: 10.806.496/0003-00											
Informações sobre os Contratos																
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados									
					Início	Fim	F	P	C	M	P	C	S			
2010	12	O	80/2010	02.685.728/0001-20	20/09/2010	19/09/2015		6	6							P
2010	2	O	31/2010	06.855.175/0001-67	15/06/2010	14/06/2015				3	3					P
2014	4	O	02/2014	05.695.725/0001-65	29/04/2014	28/04/2015		22	15							A
2014	8	O	03/2014	07.677.279/0001-91	27/05/2014	26/05/2015				*	*					A
2014	9	O	04/2014	06.234.467/0001-82	17/06/2014	16/06/2015				13	13					A
Observações: Contrato 80/2010 referente ao serviço de ascensoristas. No caso do contrato 03/2014 o quantitativo do nível de escolaridade exigido dos trabalhadores não fora especificado (*), devido a prestação do serviço ocorrer mediante o deslocamento de técnicos especializados no serviço até o Campus, quando da ocorrência de chamados e nos casos de manutenção preventiva das máquinas, não havendo a permanência de pessoal terceirizado na Instituição.																
LEGENDA																
Área:																
1. Segurança;																
2. Transportes;																
3. Informática;																
4. Copeiragem;																
5. Recepção;																
6. Reprografia;																
7. Telecomunicações;																
8. Manutenção de bens móveis																
9. Manutenção de bens imóveis																
10. Brigadistas																
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes																
12. Outras																
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.																
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.																
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.																
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.																

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 78– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS TERESINA ZONA SUL

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS TERESINA ZONA SUL												
UG/Gestão: 158354 /26431					CNPJ: 10.806.496/0002-20							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	P	C	M	P	C	S
2010	2	O	69/2010	06.855.175/0001-67	02/08/2010	01/08/2015	1	1				P
2010	9	O	61/2010	06.234.467/0001-82	02/08/2010	01/02/2015	2	2				E
2010	12	O	73/2010	05.695.725/0001-65	02/08/2014	30/07/2014	5	5				E
2013	6	E	04/2013	01.614.793/0001-00	16/09/2013	14/03/2014			1	1		E
2014	6	E	01/2014	01.614.793/0001-00	17/04/2014	12/06/2014			1	1		E
2014	6	O	02/2014	08.353.461/0001-50	04/08/2014	03/08/2015			1	1		A
2014	12	O	04/2014	06.234.467/0001-82	25/09/2014	24/09/2014	10	10				A
Observações: Contrato 73/2010 referente ao serviço de cozinha; Contrato 04/2014 referente ao serviço de cozinha.												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança;												
2. Transportes;												
3. Informática;												
4. Copeiragem;												
5. Recepção;												
6. Reprografia;												
7. Telecomunicações;												
8. Manutenção de bens móveis												
9. Manutenção de bens imóveis												
10. Brigadistas												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12. Outras												
Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.												
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.												
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.												
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.												

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
 SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
 INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ
Quadro 79– CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS URUÇUI

Unidade Contratante												
Nome: INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUI – CAMPUS URUÇUI												
UG/Gestão: 158363/26431					CNPJ: 10.806.496/0007-34							
Informações sobre os Contratos												
Ano do Contrato	Área	Natureza	Identificação do Contrato	Empresa Contratada (CNPJ)	Período Contratual de Execução das Atividades Contratadas		Nível de Escolaridade Exigido dos Trabalhadores Contratados					
					Início	Fim	F		M		S	
							P	C	P	C	P	C
2013	12	O	03/2013	05.695.725/0001-65	21/10/2013	20/10/2015	10	10				P
2014	2	E	30/2014	06.234.467/0001-82	21/11/2014	20/05/2015	3	3				A
2014	9	E	29/2014	06.234.467/0001-82	21/11/2014	20/05/2015			2	2		A
Observações:												
Contrato 03/2013 referente ao serviço de cozinha.												
LEGENDA												
Área:												
1. Segurança;												
2. Transportes;												
3. Informática;												
4. Copeiragem;												
5. Recepção;												
6. Reprografia;												
7. Telecomunicações;												
8. Manutenção de bens móveis												
9. Manutenção de bens imóveis												
10. Brigadistas												
11. Apoio Administrativo – Menores Aprendizizes												
12. Outras												
Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI												

Natureza: (O) Ordinária; (E) Emergencial.
Nível de Escolaridade: (F) Ensino Fundamental; (M) Ensino Médio; (S) Ensino Superior.
Situação do Contrato: (A) Ativo Normal; (P) Ativo Prorrogado; (E) Encerrado.
Quantidade de trabalhadores: (P) Prevista no contrato; (C) Efetivamente contratada.



Quadro 80- CONTRATOS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS COM LOCAÇÃO DE MÃO DE OBRA DO CAMPUS VALENÇA DO PIAUÍ

Fonte: Departamento de Administração/PROAD/Reitoria/IFPI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

8 GESTÃO DE PATRIMÔNIO MOBILIÁRIO E IMOBILIÁRIO

Nesta seção serão evidenciados a forma como a UJ trabalha com gestão da frota de veículos (próprios e contratados) e gestão do patrimônio de imobiliários da União.

8.1 GESTÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PRÓPRIOS E CONTRATADOS DE TERCEIROS

As informações pertencentes a este tópico estão dispostas nos itens a seguir:

a) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Instrução Normativa 03, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim como o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, da Presidência da República.

b) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A frota de veículos, com a composição que se apresenta, atualmente mostra-se importante por estar voltada ao atendimento de 03 (três) finalidades essenciais para as atividades educacionais e administrativas desta instituição. Primeiro, visa prioritariamente atender as atividades educacionais que necessitam do deslocamento de docentes e discentes no intuito de favorecer/potencializar o processo de ensino-aprendizagem, tais como a realização de visitas técnicas, aulas fora de sala em ambiente contextual, a participação de alunos e docentes em eventos de pesquisa, fóruns e encontros que visem a integração estudantil ou a promoção de ações educacionais. Em segundo, o atendimento da administração dada sua necessidade de funcionamento em favor da educação. O IFPI possui 17 (dezessete) *campi* além da Reitoria, sua sede administrativa, que mesmo espalhados por todo o território do estado, todos recebem tratamento isonômico. Este atendimento dá o tom democrático da gestão proporcionando a todos os *campi*, guardadas as proporções, a mesma capacidade de execução. A frota atende, assim, a necessidade dos gestores e geridos, em nível de campus ou reitoria, em se fazerem presentes em reuniões/compromissos dentro ou fora do estado, após ter suas circunstâncias avaliadas e deferidas pela gestão. E, por fim, a terceira finalidade é a execução célere de entrega de comunicações de alta prioridade em instituições e órgãos diversos para as quais o serviço de correios não se mostra adequado. Tais deslocamentos são considerados curtos, sempre dentro da mesma cidade onde os *campi*/reitoria estão situados. Os destinos mais procurados são sedes de órgãos como justiça federal, órgãos de controle, receita federal, assim por diante.

c) Quantidade de veículos em uso ou na responsabilidade da UJ, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

Durante o ano de 2014 o IFPI contou com 60 (Sessenta) veículos em pleno uso. Foram adquiridos, embora ainda não colocados em uso: 01 (um) veículo de passeio e 10 (Dez) Ônibus Urbanos novos, ainda não colocados em uso. Todos os veículos estão distribuídos nas 18 (Dezoito) Unidades Gestoras. Todos os veículos deste instituto, conforme IN 03, de 15/05/2008, classificam-se como veículos de serviços comuns por se destinarem ao transporte de servidores a serviço e de materiais, bem como à execução de atividades específicas, no caso, a promoção do processo de ensino-aprendizagem em ambiente externo às salas de aula. A classificação por categorias da frota de propriedade deste instituto é apresentada a seguir (Quadro 81). A totalização por unidade gestora é apresentada em lista individualizada, conforme Quadro 82.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 81 – CATEGORIA E QUANTIDADE DE VEÍCULOS

CATEGORIA	QUANT. DE VEÍCULOS
CAMINHÃO	2
MICROONIBUS	21
ONIBUS RODOVIÁRIO	7
ONIBUS URBANO	1
PASSEIO	6
UTILITÁRIO	23
Total geral	60

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção da Reitoria, 2014.

Quadro 82 – CATEGORIA E QUANTIDADE DE VEÍCULOS

ORD	NOME BASE	PLACA	CATEGORIA	NOME RESUMIDO	COMBUSTÍVEL
01	CAANG	LWA-9913	MICROONIBUS	MICROONIBUS MACOPOLO VOLARE WL	DIESEL
02	CAANG	NIX-5097	MICROONIBUS	MICROONIBUS MARCOPOLLO VOLARE W9	DIESEL
03	CAANG	NIW-3453	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	DIESEL
04	CACAM	PID-2987	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE WL ON	DIESEL
05	CACAM	NIJ-3177	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	DIESEL
06	CACOC	PID-2977	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE WL ON	DIESEL
07	CACOC	PIG-1818	PASSEIO	TOYOTA ETIOS 1.5 SEDAN	FLEX
08	CACOR	LVU-0192	MICROONIBUS	ONIBUS VOLKSWAGEN COMIL BELLO O	DIESEL
09	CACOR	NIX-5977	MICROONIBUS	MICRO AGRALE VOLARE	DIESEL
10	CACOR	PIB-2472	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS VOLVO G7 B 12 D	DIESEL
11	CACOR	LVS-9269	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	DIESEL
12	CAFLO	LWJ-9723	MICROONIBUS	MICROONIBUS MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	DIESEL
13	CAFLO	NIE-6635	MICROONIBUS	MICROONIBUS AGRALE VOLARE	DIESEL
14	CAFLO	OVW-1047	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS VOLVO B 12 D	DIESEL
15	CAFLO	NHU-5775	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	DIESEL
16	CAFLO	NIG-6690	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER 2.8	DIESEL
17	CAOEI	LWA-9316	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE DW9 ON	DIESEL
18	CAOEI	OUE-8038	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	DIESEL
19	CAPAR	LWA-8963	MICROONIBUS	MICRO MACOPOLO VOLARE WL	DIESEL
20	CAPAR	PIB-2432	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS VOLVO G7 B 12 D	DIESEL

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

21	CAPAR	FNN-7624	PASSEIO	RENAULT DUSTER 1.6	GASOLINA
22	CAPAR	NHZ-5040	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	DIESEL
23	CAPAU	NIX-5477	MICROONIBUS	MICRO AGRALE VOLARE	DIESEL
24	CAPAU	OVW-6882	ONIBUS URBANO	VOLKSWAGEN COLETIVO	DIESEL
25	CAPAU	NIS-0704	UTILITÁRIO	FORD RANGER	DIESEL
26	CAPEDII	LWE-7326	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE DW9 ON	DIESEL
27	CAPEDII	OUE-8028	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	DIESEL
28	CAPIC	NIE-6655	MICROONIBUS	MICRO AGRALE VOLARE	DIESEL
29	CAPIC	OVX-6247	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS VOLVO B 12 D	DIESEL
30	CAPIC	NIX-9500	UTILITÁRIO	GM BLAZER	GASOLINA
31	CAPIC	OEF-6627	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	DIESEL
32	CAPIR	OEA-0107	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	DIESEL
33	CAPIR	NIV-2173	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 GL 4 X 4	DIESEL
34	CASJP	LWA-9506	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE DW9 ON	DIESEL
35	CASJP	OUE-8018	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	DIESEL
36	CASRN	NIX-5357	MICROONIBUS	MICRO AGRALE VOLARE	DIESEL
37	CATCE	NIX-4807	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	DIESEL
38	CATCE	LVL-2042	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER	DIESEL
39	CATCE	LVL-5811	UTILITÁRIO	FIAT DUCATO	DIESEL
40	CATCE	LVO-8073	UTILITÁRIO	GM D 20 CUSTOM	DIESEL
41	CATCE	NIX-9510	UTILITÁRIO	GM BLAZER	GASOLINA
42	CATZS	NIX-5437	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	DIESEL
43	CATZS	PIB-2492	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS VOLVO G7 B 12 D	DIESEL
44	CATZS	LVT-5987	PASSEIO	VOLKSWAGEN PARATI	GASOLINA
45	CATZS	LVL-2072	UTILITÁRIO	NISSAN FRONTIER	DIESEL
46	CAURU	NIX-5497	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE W9 ON	DIESEL
47	CAURU	PIB-2462	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS VOLVO G7 B 12 D	DIESEL
48	CAURU	LWL-1584	UTILITÁRIO	VOLKSWAGEN AMAROK CD 4 X 4 SE	DIESEL
49	CAVAL	PID-2967	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE WL ON	DIESEL
50	CAVAL	NIJ-5137	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	DIESEL
51	REI	NIH-8493	CAMINHÃO	CAMINHÃO FORD 815 E	DIESEL
52	REI	OVS-8350	CAMINHÃO	CAMINHÃO FNDE MERCEDES 1725	DIESEL
53	REI	LWA-9246	MICROONIBUS	MICRO MARCOPOLLO VOLARE DW9 ON	DIESEL
54	REI	NIC-1772	ONIBUS RODOVIÁRIO	ONIBUS MERC BENZ O500RS	DIESEL
55	REI	NIH-7939	PASSEIO	FIAT LINEA	GASOLINA
56	REI	NIH-8489	PASSEIO	FIAT LINEA	GASOLINA

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

57	REI	NII-0739	PASSEIO	FIAT LINEA	GASOLINA
58	REI	NIJ-4527	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	DIESEL
59	REI	NIX-9520	UTILITÁRIO	GM BLAZER	GASOLINA
60	REI	ODW-5137	UTILITÁRIO	MITSUBISHI L 200 TRITON	DIESEL

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção da Reitoria, 2014.

Há que se ressaltar que os onze novos veículos não foram colocados em uso, devido o tempo normal necessário ao emplacamento, aquisição dos cartões de abastecimentos, revisão e preparação de outras condições para oferta do serviço de transporte coletivo de alunos neste ano de 2015.

d) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação contida na letra “c” supra;

Obedecendo a mesma categorização do item anterior, a média anual de quilômetros rodados é apresentada no Quadro 83.

Quadro 83 – MÉDIA ANUAL DE QUILOMETROS RODADOS POR VEÍCULOS

CATEGORIA	QUANT. DE VEÍCULOS	SOMA KM/SEGMENTO	MÉD. DE KM ROD. 2014
CAMINHÃO	2	31.369	15.685
MICROONIBUS	21	264.324	12.587
ONIBUS RODOVIÁRIO	7	383.144	54.735
ONIBUS URBANO	1	951	951
PASSEIO	6	56.277	9.380
UTILITÁRIO	23	986.804	42.905
Total geral	60	1.722.869	28.714

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção da Reitoria, 2014.

e) Idade média da frota, por grupo de veículos;

A idade média dos veículos, obedecendo à mesma categorização, é demonstrada conforme segue:

Quadro 84 – IDADE MÉDIA DOS VEÍCULOS EM 2014

CATEGORIA	IDADE MÉDIA EM 2014
CAMINHÃO	3,00
MICROONIBUS	2,24
ONIBUS RODOVIÁRIO	1,00
ONIBUS URBANO	0,00
PASSEIO	3,17
UTILITÁRIO	3,83
Total geral	2,78

Fonte: Ticket Car, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

f) Custos associados à manutenção da frota (por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros);

Os custos associados à manutenção da frota, combustíveis, lubrificantes, limpeza e higienização dos veículos são registrados em sistema dedicado a esta finalidade. Há um contrato para tal serviço atualmente celebrado junto à empresa TicketCar. Alguns números deste controle são apresentados em somatórios como se seguem:

Quadro 85 – QUADRO RESUMO DE CONSUMO POR MERCADORIA – 2014

Mercadoria	Qtd Total	VI Unit Médio	VI Total (R\$)	Percentuais
Aditivo De Óleo Do Motor	62	19,99	357,00	0,043%
Arla10 Lts	3	51,00	154,00	0,019%
Arla20 Lts	19	61,70	1.196,00	0,145%
Arla A Granel	169	74,36	8.529,70	1,034%
Biodiesel	32	2,62	85,01	0,010%
Complemento De Óleo Do Motor	88	12,60	319,80	0,039%
Diesel Aditivado	91	2,82	256,23	0,031%
Diesel Comum	76.356	2,52	192.862,14	23,369%
Diesel S 10	133.405	2,64	352.501,66	42,712%
Diesel S50	2.080	2,61	5.411,74	0,656%
Gasolina Aditivada	939	2,95	2.758,80	0,334%
Gasolina Comum	10.699	2,93	31.252,87	3,787%
Lavagem Completa	1.012	69,18	9.122,01	1,105%
Lavagem Simples	745	54,19	5.836,00	0,707%
MANUTENÇÃO OS	126	1.603,41	202.029,49	24,480%
Outros	20	3,75	75,00	0,009%
Peças E Serviços	1.450	120,75	4.803,00	0,582%
Troca De Bateria	1	480,00	480,00	0,058%
Troca De Óleo Da Transmissão	2	10,00	20,00	0,002%
Troca De Óleo Do Motor	355	65,54	7.029,20	0,852%
Troca Do Aditivo Do Radiador	1	34,00	34,00	0,004%
Troca Do Filtro De Combustível	1	50,00	50,00	0,006%
Troca Do Filtro De Óleo	5	27,36	136,80	0,017%

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção da Reitoria, 2014.

Complementa-se ao quadro apresentado acima os custos relacionados ao pagamento de seguro obrigatório, que não são registrados de forma centralizados, por isto, desconhecidos. Por fim, não há gasto com pessoal responsável pela manutenção da frota, pois tal gasto está incluído no valor cobrado em mecânica de terceiros.

g) Plano de substituição da frota;

Não foi instituído, até a presente data, um Plano de Substituição da frota oficial para a frota da instituição.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

h) Razões de escolha da aquisição em detrimento da locação;

A instituição sempre adotou a opção de adquirir seus próprios veículos em detrimento da locação. Embora esta opção venha sendo historicamente adotada, a mesma planeja a realização de estudo de viabilidade de terceirização da frota ainda no primeiro semestre de 2015. Tal estudo deve ser realizado e ter seus cálculos refeitos a cada ano, haja vista, a necessidade de se optar sempre pelo menor gasto de manutenção. Esta ação deve obter como um de seus produtos a oficialização de um plano de substituição da frota para esta autarquia.

i) Estrutura de controles de que a UJ dispõe para assegurar uma prestação eficiente e econômica do serviço de transporte.

Dispõe-se de um sistema terceirizado de gerenciamento dos gastos com a frota e através do qual é possível parametrizar critérios que podem ser monitorados constantemente como desvios do consumo médio de combustível por veículo, abastecimentos realizados acima da capacidade do tanque, quantidade de tentativas de abastecimentos mal sucedidas. Estão disponíveis cerca de 30 (trinta) opções de relatórios para acompanhamento. Alertas instantâneos através de notificação por e-mails podem ser parametrizados pelos gestores locais em cada UG. Isto possibilita à gestão intervenção imediata. Outros controles são adotados com o objetivo de realizar o monitoramento de cada saída realizada dentro da cidade em formulário próprio que atende à IN 03 quanto ao registro do motivo de cada viagem, KM e Horários de saída e Chegada, qual o veículo utilizado e assim por diante. O controle realizado através da coleta de dados de cada viagem nos formulários citados são posteriormente lançamentos em planilha eletrônica. Tais dados dão suporte à confecção de relatórios precisos contendo informações como média de quilômetros rodados por cada veículo, média de quilômetros rodados por cada motorista, quanto tempo trabalhado por cada motorista, qual o destino mais procurado, qual o solicitante mais frequente, qual a última quilometragem registrada para cada veículo e seu consequente monitoramento para fins de troca do óleo do motor e assim por diante.

A UJ possui frota de veículos automotores a serviço, por meio da contratação de terceiros.

A UJ esclarece alguns pontos sobre estudos técnicos, conforme itens a seguir.

a) Estudos técnicos realizados para a opção pela terceirização da frota e dos serviços de transportes;

Não fora realizado, até a presente data, estudo de viabilidade técnica dedicada a esta definição. A continuidade de aquisição de veículos versus terceirização dos serviços de transportes será tema de trabalho planejado para este exercício. No entanto, em 2014 fora licitada uma contratação para atendimento de um programa em específico. Tal procedimento contou com a autorização por parte da administração por ter considerado consistentes as argumentações do pedido de contratação.

Sobressalta-se aos fatos acima expostos que este departamento de logística não fora consultado sobre quaisquer critérios que possam ter sido utilizados; seja na formulação das alegativas do pedido, sejam nos parâmetros de custos da frota atual ou sobre a capacidade de atendimento ou, ainda, qualquer tipo de pedido de informações deste setor, órgão gestor da frota do IFPI. Salienta-se ainda que o acompanhamento da execução é realizada pelo próprio solicitante, portanto, não é conhecida em detalhes.

As informações aqui prestadas foram obtidas após vistas aos autos do processo de número 23172.000440/2014-11. Este foi o primeiro e único processo de contratação de veículos terceirizados de que se tem conhecimento neste IFPI.

b) Nome e CNPJ da empresa contratada para a prestação do serviço de transporte;
As empresas vencedoras foram três:

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

- EMPRESA 01: 07.725.929/0001-27 - NILTON TURISMO LTDA – EPP, veículo de passeio tipo SEDAN, 10.800 KM, valor unitário R\$ 1,14;
- EMPRESA 02: 07.324.689/0001-59 - DMR PROJETOS E VIAGENS LTDA – ME, veículo tipo VAN (16 LUGARES) , 9.510 KM, valor unitário R\$ 4,09;
- EMPRESA 03: 17.586.590/0001-89 - BRIGIDA MENDES DOS SANTOS – ME, veículo tipo CAMINHONETA, 9.510 KM, valor unitário R\$ 2,19

c) Tipo de licitação efetuada, nº do contrato assinado, vigência do contrato, valor contratado e valores pagos desde a contratação até o exercício de referência do Relatório de Gestão;

O tipo de licitação utilizado foi do menor preço por item, onde uma ATA de registro de preço fora celebrada com cada vencedora. Embora no processo esteja anexa Minuta do Contrato para formalização da referida contratação, tal processo não retornou à coordenação de contratos para as providências relativas a tal formalização anterior ao início da prestação do serviço. Apenas as empresas 1 e 3 supra prestaram serviços ainda no exercício 2014. A empresa 2 supra veio a prestar serviços já neste exercício de 2015.

Por não ter havido formalização de contrato, a prestação do serviço, foi executado com base nas regras apenas das Atas de Registro de Preços. Seguem dados relativos aos valores de pagamentos realizados em 2014:

Quadro 86 – QUADRO RESUMO CONTRATO DE FROTA TERCEIRIZADO – 2014

17.586.590/0001-89 - BRIGIDA MENDES DOS SANTOS – ME EMPENHO 2014NE800233 - 26/09/2014 - R\$ 20.826,90
• 18/11/2014 - 2014OB806777 - R\$ 11.186,00 • 09/12/2014 - 2014OB807476 - R\$ 5.586,56 • 31/12/2014 - 2014OB808119 - R\$ 3.637,81
07.725.929/0001-27 - NILTON TURISMO LTDA – EPP EMPENHO 2014NE800231 - 26/09/2014 - R\$ 13.312,00
• 26/11/2014 - 2014OB806815 - R\$ 2.907,28 • 31/12/2014 - 2014OB808116 - R\$ 4.825,27 • 31/12/2014 - 2014OB808123 - R\$ 3.129,36

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção da Reitoria, 2014.

d) Legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos;

A legislação que regula a constituição e a forma de utilização da frota de veículos é a Instrução Normativa 03, de 15 de maio de 2008 da Secretaria de Logística e Tecnologia da Informação do Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão assim como o Decreto nº 6.403, de 17 de março de 2008, da Presidência da República.

e) Importância e impacto da frota de veículos sobre as atividades da UJ;

A UJ não dispõe de estudos para uma análise detalhada do fato.

f) Quantidade de veículos existentes, discriminados por grupos, segundo a classificação que lhes seja dada pela UJ (por exemplo, veículos de representação, veículos de transporte institucional etc.), bem como sua totalização por grupo e geral;

A UJ não dispõe de estudos para uma análise detalhada do fato.

g) Média anual de quilômetros rodados, por grupo de veículos, segundo a classificação referida no atendimento da letra “f” supra;

A UJ não dispõe de estudos para uma análise detalhada do fato.

h) Idade média anual, por grupo de veículos;

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

A UJ não dispõe de estudos para uma análise detalhada do fato.

i) Custos associados à manutenção da frota (Por exemplo, gastos com combustíveis e lubrificantes, revisões periódicas, seguros obrigatórios, pessoal responsável pela administração da frota, entre outros), caso tais custos não estejam incluídos no contrato firmado;

A UJ não dispõe de estudos para uma análise detalhada do fato.

j) Estrutura de controle existente na UJ para assegurar a prestação do serviço de transporte de forma eficiente e de acordo com a legislação vigente.

A UJ não dispõe de estudos para uma análise detalhada do fato.

8.2 GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO

Este tópico apresenta a distribuição de bens imóveis sob a responsabilidade da UJ, conforme representação nos Quadros a seguir.

Todos os bens imóveis pertencem à UJ, não existindo bens imóveis locados de terceiros.

8.2.1 Distribuição Espacial dos Bens Imóveis de Uso Especial

Todos os imóveis pertencentes à UJ pertencem ao estado de federação do Piauí, dispostos em 18 (dezoito) municípios, totalizando 23 (vinte e três) imóveis, conforme Quadro 87.

Quadro 87– DISTRIBUIÇÃO ESPACIAL DOS BENS IMÓVEIS DE USO ESPECIAL DE PROPRIEDADE DA UNIÃO

LOCALIZAÇÃO GEOGRÁFICA		QUANTIDADE DE IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO DE RESPONSABILIDADE DA UJ	
		EXERCÍCIO 2014	EXERCÍCIO 2013
BRASIL	UF PIAUÍ		
	Angical	1	1
	Campo Maior	1	0
	Cocal	1	0
	Corrente	1	1
	Floriano	1	1
	José de Freitas	1	0
	Oeiras	1	0
	Parnaíba	1	1
	Paulistana	1	1
	Pedro II	1	0
	Picos	1	1
	Pio IX	1	0
	Piripiri	1	1
	São João do Piauí	1	0
	São Raimundo Nonato	1	1
	Teresina	6	3
	Uruçuí	1	1
	Valença	1	0
	Subtotal Brasil	23	12
	Subtotal Exterior	0	0
	Total (Brasil + Exterior)	23	12

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Os imóveis de Campo Maior, Cocal, José de Freitas, Oeiras, Pedro II Pio IX, São João do Piauí, Teresina e Valença do Piauí não possuem cadastro no SPIUNet, no entanto vários destes dispõem dos documentos hábeis, a administração vem capacitando os responsáveis em cada UG como operadores no citado sistema para assim procederem ao respectivo cadastro.

O Campus Teresina Zona Sul, no município de Teresina, não possui cadastro no SPIUNet dada a falta de documentos por parte do ente doador (Prefeitura de Teresina).

Discriminação dos Bens Imóveis Sob a Responsabilidade da UJ, Exceto Imóvel funcional
A discriminação está disposta no Quadro 88.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 88– IMÓVEIS DE PROPRIEDADE DA UNIÃO SOB RESPONSABILIDADE DA UJ, EXCETO IMÓVEL FUNCIONAL

UG	RIP	Regime	Estado de Conservação	Valor do Imóvel			Despesa no Exercício	
				Valor Histórico	Data da Avaliação	Valor Reavaliado	Com Reformas	Com Manutenção
158146	1219.00228.500-1	3	5	R\$ 3.500.000,00	10/08/2010	-	R\$3.194.380,42	-
158146	---	3	9	R\$ 2.400.075,00	11/10/2011			
158146	---	10	9	R\$ 1.213.216,00	26/10/2011			
158146	---	10	9	R\$ 7.000,00	07/05/2013			
158146	---	10	9	R\$ 790.000,00	15/07/2013			
158354	---	10	9	-			R\$ 479.615,14	
158353	1219.00145.500-0	3	3	R\$ 5.250.000,00	01/09/2003	-		-
158353	1219.00146.500-6	3	3	R\$ 2.680.000,00	01/09/2003	-	R\$ 599.111,33	-
158355	1077.00041.500-0	3	3	R\$ 3.596.000,00	01/09/2003	-	R\$ 854.051,29	-
158356	1159.00030.500-0	3	3	R\$ 2.248.005,00	16/08/2010	-	R\$ 2.429.488,79	-
158357	1153.00097.500-4	3	3	R\$ 692.500,00	16/08/2010	-	R\$ 1.247.008,31	-
158363	1223.0001.500-5	3	2	R\$ 4.554.952,00	16/08/2010	-	R\$ 754.157,83	-
158359	1155.00018.500-0	3	2	R\$ 3.464.783,72	16/08/2010	-		-
158358	1011.00004.500-5	3	2	R\$ 4.142.220,94	16/08/2010	-	R\$ 459.515,78	-
158362	1057.00011.500-1	3	2	R\$ 4.349.729,69	20/08/2010	-	R\$ 2.190.088,55	-
158360	1167.00228.500-5	3	2	R\$ 4.100.592,02	20/08/2010		R\$ 1.279.124,46	
158361	1211.00031.500-5	3	2	R\$ 3.997.261,13	20/08/2010		R\$ 1.467.512,95	
154704	---	10	9	-				
154701	---	10	9	R\$ 25.000,00				
154705	---	10	9	-				

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

155199	-- -- --	10	9	R\$ 6.919.701,79		R\$ 11.047,02	
155207	-- -- --	10	9	R\$ 6.574.870,29		R\$ 6.570.770,29	
155214	-- -- --	10	9	R\$ 6.803.496,64		R\$ 6.798.496,64	
Total						R\$ 25.334.368,81	Σ

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção/SPIUnet 2014. Legenda: Regime: 3 (Cessão – Adm. Federal Indireta); Regime: 16- Irregular –Cessão; Estado de Conservação: 3 (bom); Estado de Conservação: 2 (muito bom).

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

8.2.1.1 Cessão de Espaço Físico em Imóvel da União

A UJ possui cinco espaços cedidos conforme descrição nos quadros a seguir, nos Campi Teresina Central, Picos e Corrente.

Quadro 89– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS CENTRAL PRÉDIO B E C

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1219.00145.500-0
	Endereço	Rua Quintino Bocaiúva, S/N, bairro centro CEP 64000-270, Teresina-PI
Identificação do Cessionário	CNPJ	18.368.288/0001-17
	Nome ou Razão Social	F G DE LIMA-ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares, lanchonetes, casas de chás, de sucos e similares e outras atividades;
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Outorga de permissão de uso através de edital de licitação – nº01/2014
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Exploração do serviço de lanchonete no Campus Teresina Central do IFPI;
	Prazo da Cessão	12(doze) meses – out2014 a out/2015;
	Caracterização do espaço cedido	Espaço localizado no prédio “C”, térreo, com 01 pia de cozinha, torneira e pontos de energia, área total de 25m²;
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 210,00 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento através de GRU COD. 28830-6 – serv. administrativos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O valor integra a receita própria da unidade orçamentária, sendo aplicado no funcionamento da educação profissional, AÇÃO 20RL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos com limpeza e conservação do espaço são arcados pela permissionária, sendo que água e energia integram a composição de taxa da permissão.

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 90– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS CENTRAL PRÉDIO A

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1219.00146.500-6
	Endereço	Praça da Liberdade, 1597, Bairro Centro CEP 64.000-040 Teresina PI
Identificação do Cessionário	CNPJ	00.360.305/0001-04
	Nome ou Razão Social	CAIXA ECONÔMICA FEDERAL
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição financeira sob a forma de empresa pública
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Outorga de permissão real de uso para instalação e exploração dos serviços bancários
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de serviços bancários aos usuários internos do ifpi, alunos e servidores;
	Prazo da Cessão	2013/2016
	Caracterização do espaço cedido	bloco “A”, duas salas, um banheiro e um depósito, com área interna total de 36,82 m²;
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 960,00 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento através de GRU COD. 28830-6 – serv. administrativos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O valor integra a receita própria da unidade orçamentária, sendo aplicado no funcionamento da educação profissional, AÇÃO 20RL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos com limpeza e conservação do espaço são arcados pela permissionária, sendo que água e energia integram a composição de taxa da permissão.
Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1219.00146.500-6
	Endereço	Praça da Liberdade, 1597, Bairro Centro CEP 64.000-040 Teresina PI
Identificação do Cessionário	CNPJ	000.000.000/0044-21
	Nome ou Razão Social	Banco do Brasil S.A.
	Atividade ou Ramo de Atuação	Instituição Financeira de economia mista;
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Outorga de permissão real de uso para instalação e exploração dos serviços bancários
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Prestação de Serviços Bancários aos Usuários Internos do IFPI, Alunos e Servidores;
	Prazo da Cessão	2012/2015
	Caracterização do espaço cedido	Bloco “A”, uma sala, com área interna total de 18m²;
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	R\$ 750,00 mensais – informações sobre os valores recolhidos a cargo da reitoria;
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Recolhimento através de GRU cod. 28830-6 – serv. Administrativos.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	O valor integra a receita própria da unidade orçamentária, sendo aplicado no funcionamento da educação profissional, AÇÃO 20RL.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Os gastos com limpeza e conservação do espaço são arcados pela permissionária, sendo que água e energia integram a composição de taxa da permissão.

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 91– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS CORRENTE

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1057.00011.500-1
	Endereço	Rua seis, S/Nº, Bairro: Nova Corrente. CEP: 64980-000, Corrente – PI.
Identificação do Cessionário	CNPJ	12.110.967/0001-05
	Nome ou Razão Social	Maria da Conceição Almeida Silva
	Atividade ou Ramo de Atuação	Restaurantes e similares e serviços ambulantes de alimentação.
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Permissão de uso de espaço público. (licitação)
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Proporcionar aos discentes e servidores, facilidade de acesso aos serviços de cantina e lanchonete nas instalações do <i>Campus</i> Corrente.
	Prazo da Cessão	12 meses prorrogável por mais 48 meses
	Caracterização do espaço cedido	No 2º hall próximo ao restaurante institucional. Área cedida de 12 m² (4x3).
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	Pagamento de taxa via GRU no valor de R\$ 401,00.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	Cód.: 28830-3. Ug: 158146.
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	São devolvidos ao tesouro nacional via gru.
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Não existe rateio por parte desta UG com gastos relacionados à energia, água, conservação, limpeza e manutenção, todos são obrigações e deveres da permissionária.

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção.

Quadro 92– CESSÃO DE ESPAÇO FÍSICO EM IMÓVEL DA UNIÃO NA RESPONSABILIDADE DA UJ – CAMPUS PICOS

Caracterização do imóvel Objeto de Cessão	RIP	1159.00030.500-0
	Endereço	Rua Projetada s/n, Vila Pantanal CEP 64600-000, Picos PI
Identificação do Cessionário	CNPJ	05.670.935/0001-07
	Nome ou Razão Social	I.M.L.V Santos Lima ME
	Atividade ou Ramo de Atuação	Fabricação de produtos de padaria e confeitaria com predominância de produção própria – cantina e serviços de alimentação
Caracterização da Cessão	Forma de Seleção do Cessionário	Licitação pública tipo concorrência – concorrência 01/2011
	Finalidade do Uso do Espaço Cedido	Concessão de uso de bem público para explorar serviço de lanchonete do IFPI <i>Campus</i> Picos
	Prazo da Cessão	24 (vinte quatro) meses prorrogável por igual período Início da vigência 17/10/2011 a 16/10/2013 I termo aditivo: 16/10/2013 a 16/10/2015
	Caracterização do espaço cedido	Sala localizada na área interna do IFPI <i>Campus</i> picos, medindo aproximadamente 20m².
	Valores e Benefícios Recebidos pela UJ Cedente	A título da taxa de ocupação do espaço, inclusive o consumo de água e energia, o concessionário paga a importância de R\$ 751,00 reais (setecentos e cinquenta e um reais), mensais, até o quinto dia útil subsequente ao

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

		mês de ocupação, exceto nos meses de janeiro e julho que será abatido um percentual de 40%.
	Tratamento Contábil dos Valores ou Benefícios	GRU – nome da unidade favorecida: IFPI - UG / gestão 158146 - código do recolhimento 28832-2 - número de referência: 15814626431288322
	Forma de utilização dos Recursos Recebidos	Recurso depositado na conta da união
	Forma de Rateio dos Gastos Relacionados ao Imóvel	Contratualmente o gasto com energia fica por conta do valor pago pela concessão. As demais despesas de limpeza, conservação do espaço e manutenção, ficam a critério da concessionária.

Fonte: Departamento de Logística e Manutenção, 2014.

8.2.2 Análise Crítica

Segundo o Departamento de Logística e Manutenção, a atual gestão vem envidando esforços no levantamento das demandas mais urgentes com vistas à regularização cadastral e também, na normatização dos procedimentos internos da área de gestão imobiliária para que seu funcionamento, seja padronizado e melhor acompanhado. Ante a inexistência, até então, de qualquer tipo de normatização interna, nem procedimentos de controles, um processo administrativo foi aberto com a finalidade de proceder tais ações.

Embora a gestão não conte com metodologias de controle mais próxima à gestão dos imóveis os mesmos são geridos de forma descentralizada, onde cada UG é responsável pela realização dos procedimentos relativos às reavaliações e apropriação das variações do valor dos imóveis.

O IFPI não conta com imóveis funcionais nem imóveis locados de terceiros, no entanto, encontra-se com algumas pendências que devem ser sanadas ainda com a tramitação do processo acima mencionado:

- 06 (seis) imóveis próprios, referente a novos *campi* recém-construídos, já com atividade educacional, sem cadastro no SPIUNet;
- Pendências de regularização das reavaliações em 90% dos imóveis;
- Duas unidades, enquadradas como Campus Avançados, nas cidades de José de Freitas e Pio IX encontram-se em fase de regularização da documentação e oficialização do recebimento em doação com o cadastramento dos mesmos no SPIUNet;
- Há um terreno adquirido para atender a sede administrativa da Reitoria que precisa de cadastramento, embora já conte com toda a regularidade documental.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

9 GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E GESTÃO DO CONHECIMENTO

Nesta seção serão evidenciados os sistemas computacionais utilizados e suas funções, referente contratos na área de tecnologia da informação, conforme Quadro 94, bem como a análise crítica da necessidade de desenvolvimento de novos sistemas.

Quadro 93– CONTRATOS NA AREA DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO EM 2014

Nº do Contrato	Objeto	Vigência	Fornecedores		Custo	Valores Desembolsados 2014
			CNPJ	Denominação		
001/2010	Telefonia Fixa	25/12/2015	33.000.118/0001-49	Telemar norte leste S/A	71.051,30	70.901,81
001/2014	Telefonia Fixa	11/02/2014 a 10/02/2019	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	65.360,32	3.309,60
001/2012	Internet	02/11/2012 a 01/11/2014	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	69.611,16	46.407,44
001/2011	Telefonia Fixa	31/12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	20.943,08	12.667,16
003/2011	Telefonia Fixa	26/12/2011 a 26/12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	141.472,46	103.038,64
049/2010	Internet dedicado 2Mbps - Oi	02/08/2013 a 01/08/2014	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	69.500,52	40.541,97
049/2010	Internet dedicado 2Mbps - Oi	02/08/2014 a 01/08/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	69.500,52	28.958,55
008/2013	Link Internet 10Mbps	03/12/2013 a 01/06/2014	06.819.473/0001-00	Florianonet Ltda	39.000,00	32.933,33
001/2014	Link Internet 10Mbps	02/06/2014 a 09/11/2014	06.819.473/0001-00	Florianonet Ltda	39.000,00	34.666,67
005/2014	Link Internet 10Mbps	10/11/2014 a 09/05/2015	06.819.473/0001-00	Florianonet Ltda	30.000,00	8.666,67
001/2011	Telefonia Fixa VOIP DIGITRONCO	26/12/2014 a 25/12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	58.231,00	15.124,63
001/2011	Telefonia VOIP	26/12/2014 a 25/12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	58.709,44	9.972,44
001/2011	Telefonia Fixa Digitronco DDR Oi [2Mbps]	26/12/2014 a 25/12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	58.231,00	-
002/2012	Circuito dedicado Internet 2Mbps - Oi	01/11/2012 a 01/11/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	66.203,88	66.203,88
007/2013	Circuito dedicado Internet 2Mbps - Oi	05/07/2014 a 04/07/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	52.434,48	26.217,24
001/2011	Contratação de serviços continuados em Terefonia fixa comutada-STFC	26/12/2011 a 25/12/2014	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	58.231,00	13.689,57

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

21/2014	Internet	14/11/2014 a 13/11/2015	33.530.486/0001-29	EMBRATEL	41.866,10	
08/2014	Prestação de serviço de hospedagem do ambiente virtual de aprendizagem moodle integrado ao mahara	31/01/2014 a 30/01/2016	13.597.362/0001-53	RICARDO VALENTE DO COUTO - ME	59.000,00	54.083,37
16/2011	Telefonia Fixa	26/12/2011 a 25/12/2015	33.000.118/0001-79	Telemar norte leste S/A	139.112,38	127.519,70
20/2014	Suporte para Q-Acadêmico	27/08/2014 a 26/08/2015	00.859.695/0001-61	FRJ INFORMÁTICA LTDA - EPP	181.673,76	60.557,92
12/2014	Telefonia Móvel	16/04/2014 a 15/04/2015	40.432.544/0001-47	CLARO S.A.	127.850,00	74.579,19

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI)

A relação de sistemas em uso no Instituto Federal do Piauí está discriminada conforme Quadro 95, sendo descritos:

- Nome do software: Nomenclatura descrita para o software;
- Plataforma: Descrições de quais ferramentas são utilizadas pelos sistemas;
- Servidor: Local ou link para acesso ao respectivo sistema;
- Terceirizado: Se o sistema é terceirizado ("Sim") ou não terceirizado ("Não");
- Descrição: Breve descrição da funcionalidade do respectivo sistema;
- Desenvolvimento: Qual tipo de desenvolvimento tais como local, terceirizado, Parcerias com outros órgãos entre outros.

Quanto à necessidade de novos sistemas informatizados, a Diretoria de Tecnologia da Informação descreve um rol exemplificativo, conforme demanda, por meio de levantamentos com uso de pesquisa no sítio do IFPI para todos os servidores (Técnico-administrativos e professores). Também foi utilizado um questionário, na criação do PDTI para as equipes de Tecnologia da Informação em todos os Campi da UJ, conforme Quadro 96.

9.1 Análise Crítica

A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI), no ano de 2014, implementou melhorias nos serviços de Tecnologia da Informação (TI), mas também reconhece a necessidade constante de implementações na área, visando os princípios de eficiência, eficácia e economicidade. Outro destaque é a DTI está em fase de elaboração e implantação do Plano Diretor de Tecnologia da Informação, visando prover valores de negócios, por meio de suas ferramentas, pessoal e gestão.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 94– RELAÇÃO DE SISTEMAS EM USO DA UJ E SUAS FUNCIONALIDADES

Sistema	Plataforma	Servidor	Terceirizado	Descrição	Desenvolvimento
Portal	PHP & MySQL - usa CMS Joomla e ORM proprietário	www5.ifpi.edu.br	Não	Sítio do IFPI	GNU (Software Livre) + Local
Seletivos	Java & SQL-Server 2005 - usa Struts 2.0	www2.ifpi.edu.br/csep/publico/index	Não	Gerencia e configuração de processos seletivos	GNU (Software Livre) + Local
Classificatórios	Java & SQL-Server 2005 - usa Struts 2.0	www2.ifpi.edu.br/selecao/publico/ind_ex	Não	Gerencia e configuração de exames classificatórios	GNU (Software Livre) + Local
Redmine	Ruby e MySQL - usa Rails	www4.ifpi.edu.br/redmine	Não	Documentação de sistemas e procedimentos	GNU (Software Livre)
Q-Acadêmico	SQLServer 2005 - código proprietário	academico.ifpi.edu.br	Sim	Gerência e configuração de atividades acadêmicas	Terceiro
Suap	Django e PostgreSQL - criado pelo IFRN	suap.ifpi.edu.br	Não	Gerência administrativa	Parceria Técnica - IFRN
Pergamum	Java & SQLServer 2005 - código proprietário	http://sardes.ifpi.edu.br/bergamum/biblioteca/index.php	Sim	Gerência Bibliotecas	Terceiro
Remov	Django e PostgreSQL	cafe.ifpi.edu.br/plataforma	Não	Gerência e configuração de remoções e permutas	GNU (Software Livre) + Local
Sistema de Registro de Diploma	Django e PostgreSQL	http://www4.ifpi.edu.br/registro/admi_n/diplomas/	Não	Gerência e configuração de diplomas e certificados	GNU (Software Livre) + Local
Projeto PDI	Django e PostgreSQL	http://www4.ifpi.edu.br/projetopdi	Não	Documentação de sistemas e procedimentos	GNU (Software Livre) + Local
OJS - Open Journal System	PHP e MySQL	http://www5.ifpi.edu.br	Não	Gerencia e configuração de Journals	GNU (Software Livre)
OCS - Open Conference System	PHP e MySQL	cafe.ifpi.edu.br/ocs	Não	Gerencia e configuração de conferências	GNU (Software Livre)
Compras e Viagens - Memorandos	Java e MySQL	http://www3.ifpi.edu.br/Memorandos/jsp/publico/paginas/login.jsp	Não	Gerencia e configuração de Memorandos Solicitação de Diárias	GNU (Software Livre)
SigaEdu EPCT	Java(JSF)+postgresql - criado por	http://sigaeu.ifpi.edu.br:8080/sigaept	Não	Gerencia e configuração de	GNU (Software Livre)+

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

	outros IF's	-edu-web-v1/login.jsf		atividades acadêmicas	Parceria Federal
Probe	Java	http://www2.ifpi.edu.br/probe/	Não	Gerencia e configuração de ambientes de aplicação	GNU (Software Livre)
Manager	Java	http://www2.ifpi.edu.br/manager/	Não	Gerencia e configuração de servidores	GNU (Software Livre)
Formulário de solicitação de concurso	Google Docs	https://docs.google.com/a/ifpi.edu.br/forms/d/1kHI2L3vdpqh5hjNWH_J_ZMEeAFE0qDfoMgo-AjeXTk/viewform	Não	Formulário para solicitação de certames	GNU (Software Livre) + Google
SAAP - Sistema Administrativo Pronatec	PHP(Smarty)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br/saap/scripts/login.php	Não	Gerencia e configuração administrativas do Pronatec	GNU (Software Livre) + Pareceria UFV - Universidade Federal de Viçosa
Sistema de Atividades	Java(JSF2)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br:8085/atividades/	Não	Gerencia e configuração administrativas do Pronatec	Desenvolvimento Local
Sistema de Certificados	Java(JSF2)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br:8085/certificados/	Não	Gerencia e configuração administrativas do Pronatec	Desenvolvimento Local
Sistema de Cadastro de Alunos	Java(JSF2)+MYSQL (10.0.0.105)	http://pronatec.ifpi.edu.br:8085/sigapronatec/	Não	Gerencia e configuração administrativas do Pronatec	Desenvolvimento Local

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 95 – NECESSIDADES DA UJ PARA NOVOS SISTEMAS

Sistema	Funcionalidades	Justificativas	Medidas para obtenção do sistema	Utilização
Controle de Contratos	Organização Administrativa; Inserção de dados dos contratos administrativos.	Melhor gerenciar e organizar os contratos administrativos	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Memorando Eletrônico	Sistemas de memorando eletrônico de compras com peculiaridades mais específicas.	Prover melhor gerenciamento dos memorandos de compras	Em estudo pelo Departamento de Sistemas	Em todos os Campi
Pesquisa perfil socioeconômico dos estudantes	Programa institucional de assistência estudantil que possibilite condições mínimas de atenção aos alunos provenientes das classes sociais desfavorecidas.	Imprescindível tanto para planejamento das ações quanto para a organização das atividades de monitoramento e avaliação do Programa Institucional.	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema controle aulas	Realizar controle de ausências, antecipações e permutas das aulas pelos professores e coordenadores.	Com esse sistema, tornaria esse processo mais eficiente, evitando erros, e sendo capaz de gerar, por exemplo, um relatório da situação do professor ou da turma.	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema para setor de Saúde	Criação de um software que atenda à todas especialidades do Setor de Saúde do IFPI.	Sistema para gerenciar diversas demandas do setor de saúde tais como: histórico de pacientes, exames, laudos, imagens, movimentações diversas etc.	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi com setor médico
Sistema para refeitório	Controle de entrada e saída do estoque, cadastro de fornecedores, Relatórios de estoque mínimo e máximo, data de validade dos alimentos, etc. Além de funcionalidades para informações dos nutricionistas, como rotinas do setor, levantamentos e consultas relacionadas.	Ainda não tem um sistema específico para as funcionalidades do setor de refeitório e nutrição	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi que possuem Refeitório
Sistema Agendamento de veículo	Reserva do veículo para viagens, gestão completa de cada veículo, agendamentos organizados por matrícula e servidor entre outras.	Com sistema de veículos irá proporcionar uma gestão mais adequada, profissional e aberta acerca do uso dos veículos oficiais deste IFPI.	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi
Sistema cadastro de servidores	Controle de quantitativo de servidores técnico-administrativos e professores, por cargo/escolaridade/área de atuação, a fim de análise das demandas de reposição do quadro de pessoal.	Gerenciamento da demanda de reposição do quadro de pessoal para análise e tomadas de decisão nos diversos setores do IFPI.	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Em todos os Campi.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Sistema de reserva de laboratórios	Realizar reserva do laboratório por professores.	Gerenciar a reservas de laboratórios do campus.	Em desenvolvimento	Campus Piripiri
Sistema de controle de acesso do refeitório.	Sistema de controle de acesso do refeitório para servidores e alunos.	Organizar o acesso ao refeitório	Em desenvolvimento	Campus Teresina Central
Sistemas Gerenciamento de assistência Estudantil	Controle de bolsas/bolsistas, visitas técnicas, gestão de apoio estudantil.	Controlar e gerenciar pagamento de bolsas, visitas técnicas e outras funcionalidades para gestão no campus Teresina Central.	Em manutenção e desenvolvimento	Campus Teresina Central
RSC	Controle e gestão de reconhecimento de conhecimento e saberes.	Sistema para controle e gestão de reconhecimento de conhecimento e saberes de forma automatizado.	Em análise pela Diretoria de Tecnologia da Informação	Reitoria

Fonte: Diretoria de Tecnologia da Informação, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

10 GESTÃO DO USO DOS RECURSOS RENOVÁVEIS E SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

Nesta seção serão apresentados os dados relacionados à gestão ambiental da unidade e os critérios de sustentabilidade ambiental para aquisições de bens/produtos e contratação de obras e serviços da unidade.

10.1 GESTÃO AMBIENTAL E LICITAÇÕES SUSTENTÁVEIS

Os dados de Gestão Ambiental e Licitações Sustentáveis estão organizados, conforme o Quadro 96, que descreve o panorama geral da unidade a práticas que convergem para a sustentabilidade ambiental, o grau de desenvolvimento da gestão, no que diz respeito a licitações sustentáveis.

Quadro 96– ASPECTO DA GESTÃO AMBIENTAL

Aspectos sobre a gestão ambiental e Licitações Sustentáveis		Avaliação	
		Sim	Não
1.	Sua unidade participa da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P)?		X
2.	Na unidade ocorre separação dos resíduos recicláveis descartados, bem como sua destinação a associações e cooperativas de catadores, conforme dispõe o Decreto nº 5.940/2006?		X
3.	As contratações realizadas pela unidade jurisdicionada observam os parâmetros estabelecidos no Decreto nº 7.746/2012?	X	
4.	A unidade possui plano de gestão de logística sustentável (PLS) de que trata o art. 16 do Decreto 7.746/2012? Caso a resposta seja positiva, responda os itens 5 a 8.		X
5.	A Comissão gestora do PLS foi constituída na forma do art. 6º da IN SLTI/MPOG 10, de 12 de novembro de 2012?		X
6.	O PLS está formalizado na forma do art. 9º da IN SLTI/MPOG 10/2012, atendendo a todos os tópicos nele estabelecidos?		X
7.	O PLS encontra-se publicado e disponível no site da unidade (art. 12 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual o plano pode ser acessado.		
8.	Os resultados alcançados a partir da implementação das ações definidas no PLS são publicados semestralmente no sítio da unidade na <i>Internet</i> , apresentando as metas alcançadas e os resultados medidos pelos indicadores (art. 13 da IN SLTI/MPOG 10/2012)?		X
	Caso positivo, indicar o endereço na <i>Internet</i> no qual os resultados podem ser acessados.		
Considerações Gerais			
A UJ não participa diretamente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas aderiu no ano de 2012 ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02, celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013.			

Fonte: Pró-Reitoria de Administração e Diretoria de Engenharia Institucional.

A UJ não participa diretamente da Agenda Ambiental da Administração Pública (A3P), mas aderiu ao Projeto Esplanada Sustentável (PES), por meio do Termo de Adesão nº 02/2012,

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

celebrado entre o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão e o Ministério da Educação, com vigência a partir do exercício de 2013.

O Projeto Esplanada Sustentável (PES) tem por finalidade integrar ações que visam à melhoria da eficiência no uso racional dos recursos públicos e à inserção da variável socioambiental no ambiente de trabalho.

A UJ no ano de 2013 iniciou o lançamento dos dados no Sistema PES e iniciou o levantamento para desenvolvimento do plano de ação e para a elaboração da política interna de redução do consumo e controle de desperdícios, no âmbito de suas UG's.

A UJ está ciente das normas vigentes na área ambiental, mas ainda não implantou na unidade, um Plano de Gestão de Logística Sustentável, mas tem pequenas ações relacionadas à aquisição de materiais e serviços que respeitem a sustentabilidade ambiental.

No aspecto de licitações sustentáveis, em 2014, segundo o Departamento de Licitações da Pró-Reitoria de Administração, (PRAD), os editais convocatórios foram incluídos aspectos sustentáveis referentes aos critérios de habilitação, nos quais foram exigidas declarações das empresas licitantes, no sentido de comprometerem-se com o exercício de práticas sustentáveis no ato do fornecimento de material ou serviço licitado. Segundo o Departamento de Administração da Reitoria, nos contatos de serviços não há inclusão de itens que reforcem práticas sustentáveis. Como análise crítica, a instituição reconhece a necessidade de planejamento e execução de ações mais diretas que estimulem aquisições sustentáveis (produtos e serviços), tendo como resultado a efetividade com a gestão ambiental.

Segundo o Departamento de Engenharia Institucional a UJ adotou no exercício de 2014 as seguintes práticas:

- a) Adotou-se telha termo acústica e estrutura metálica para cobertura, gerando maior conforto interno e consequentemente, menor consumo de energia, o que também permitiu o não uso de madeira pra esse tipo construtivo;
- b) Adotou-se janela de vidro que aproveita a luminosidade natural do ambiente;
- c) Adotou-se torneiras com fechamento automático para economia de água;
- d) Utilização de piso granilite de fácil limpeza, manutenção e de alta duração;
- e) Exigência por parte da fiscalização, que o material de expurgo da obra seja feita de maneira seletiva, tendo o transporte e destino adequados;
- f) Reaproveitamento de material retirado da obra em construção de apoio;
- g) Utilização de luminárias econômicas;
- h) Opção em áreas externas por pisos permeáveis e de cor clara para melhorar a temperatura e umidade do solo;
- i) Preferências em pinturas por cores claras, a fim de proporcionar conforto térmico e menor absorção de calor;
- j) Elaboração de projetos de captação e drenagem de águas pluviais para reuso;

Quanto a ações de consumo de água e energia, a UJ iniciou em 2014 a análise e revisão de contratos de demanda e redimensionamento do consumo, tendo em vista que há um aumento da oferta de vagas e entrada de novos alunos e equipe de servidores, por motivo de expansão da unidade, o que consequentemente, ocasiona um aumento proporcional de consumo e valor monetário correspondente. Outro fator relevante, é que a UJ elaborou em 2014 a minuta da Política Ambiental da UJ, o que em 2015 há uma expectativa de aprovação no Conselho Superior e assim a formalização de práticas e estratégias sustentáveis para a instituição.

A movimentação anual do consumo de água e esgoto estão distribuídos em sete Campi, totalizando 29.924 m³, no valor anual de R\$ 269.651,77 (duzentos e sessenta e nove mil, seiscentos

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

e cinquenta e um reais e setenta e sete centavos), visto que nos demais Campi, há a movimentação por poço tubular e não por meio de concessão com a Companhia de Água e Esgoto do Piauí S.A, conforme descrição na Figura 2.

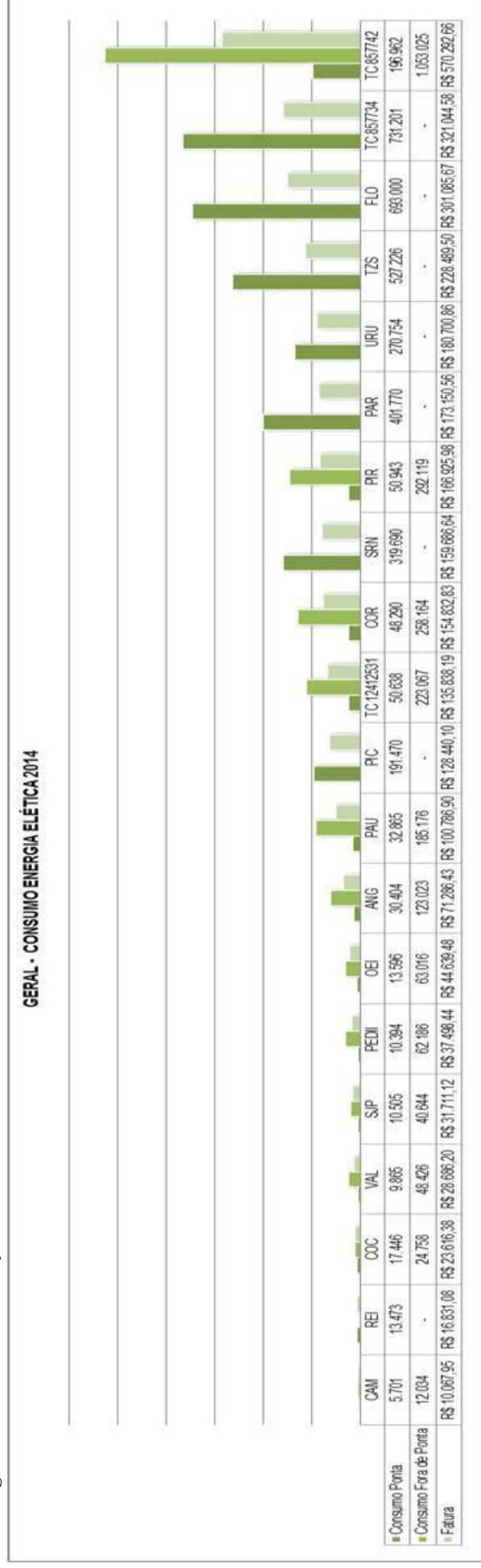
Figura 2 – MOVIMENTAÇÃO ÁGUA E ESGOTO 2014



Fonte: SIAFI/SIMEC/SISPES 2014.

A movimentação anual do consumo de energia está distribuída em dezoito Campi, totalizando 3.626.193 kWh de consumo ponta, 2.385.638 kWh de consumo fora de ponta, no valor anual de R\$ 2.885.611,55 (dois milhões, oitocentos e oitenta e cinco mil, seiscentos e onze reais e cinquenta e cinco centavos), por meio de concessão com a Eletrobras Distribuição Piauí, conforme descrição na Figura 3.

Figura 3 – MOVIMENTAÇÃO ENERGIA ELÉTRICA 2014



Fonte: SIAFI/SIMEC/SISPES 2014.

Nota explicativa: o Campus Teresina Central apresenta na descrição três movimentações de consumo, por motivo de correspondente número de medidores de energia.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

11 ATENDIMENTO DE DEMANDAS DE ÓRGÃO DE CONTROLE

Esta seção apresenta as providências adotadas pelas UJ para dar cumprimento às deliberações exaradas em acórdãos do TCU, às recomendações feitas pelo órgão de controle interno (OCI) ou pela unidade de auditoria interna, e prestar informações sobre o cumprimento das obrigações constantes das Leis nºs 8.730/1993 e 12.708/2012, além das medidas administrativas adotadas pela UJ para apuração de dano ao erário.

11.1 TRATAMENTO DE RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO (OCI)

A UJ para dar tratamento às recomendações feitas pelo órgão de controle interno (OCI) a que esta se vincula adotou as providências a seguir, conforme Quadros a seguir.

11.1.1 Recomendações do Órgão de Controle Interno Atendidas no Exercício

Quadro 97-RELATÓRIO DE CUMPRIMENTO DAS RECOMENDAÇÕES DO ÓRGÃO DE CONTROLE INTERNO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
1	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.3	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o IFPI, devido a impossibilidade de acumulação de cargos prevista no contrato de trabalho com a CEPISA, conceda o prazo improrrogável de 10 dias previstos no art. 133 da lei 8112/90 para apresentação de opção pelo cargo ou emprego, findo o qual, no caso da não opção, deverá ser instaurado Processo Administrativo Disciplinar previsto para acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas. Recomenda-se ainda, que seja exigido do servidor o cumprimento integral de sua jornada, conforme previsto na legislação específica.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Síntese da Providência Adotada			
Por meio do memorando nº 031/2013/DIGEP, de 22/03/2013, a diretoria de Gestão de Pessoas respondeu “ O servidor foi notificado a comprovar a sua situação funcional.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
2	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.6	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se ao IFPI apurar a responsabilidade dos servidores competentes pela não abertura de procedimento sumário para a apuração dos fatos irregulares apontados, conforme art. 143 da lei nº 8.112/60, visto que já decorreram aproximadamente de nove a dez meses sem que nenhuma providência fosse tomada no sentido de regularizar a situação dos professores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Síntese da Providência Adotada			
A Unidade encaminhou o processo nº 23172.000344/2012-94 instaurado contra o servidor que acumulava, em 23/04/2012.			
Síntese dos Resultados Obtidos			
Recomendação atendida.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A Instauração do Processo Administrativo sanou a situação.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
3	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.6	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	434
Descrição da Recomendação	
Recomenda-se que os servidores objeto da constatação sejam notificados para apresentarem os documentos na forma idônea à comprovação das exonerações de cargos e/ou rescisões contratuais, devendo, em caso de recusa e na falta de apresentação, serem submetidos ao que determina o art. 133 da lei 8.112/90 para casos de acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, bem como, a Processo Administrativo Disciplinar pelo exercício de emprego privado em horário incompatível com a jornada que desempenham no Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí.	
Providências Adotadas	
Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	434
Síntese da Providência Adotada	
Os servidores D. A. C. S., E. C. R. C. S. e J. I. S. estão com sua situação funcional regularizada. Os demais servidores foram notificados acerca da possível acumulação de cargos.	
Síntese dos Resultados Obtidos	
Recomendação atendida.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: AUDIN, 2014.

11.1.2 Recomendações do Órgão de Controle Interno pendentes de andamento ao final do exercício

Quadro 98 – SITUAÇÃO DAS RECOMENDAÇÕES DO OCI QUE PERMANECEM PENDENTES DE ATENDIMENTO NO EXERCÍCIO

Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
4	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.1	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o Instituto Federal instaure procedimento administrativo com vistas à suspensão do pagamento da gratificação ao servidor e à cobrança dos valores relativos ao adicional de função gratificada recebido indevidamente pelo professor no período em que exerceu atividades remuneradas junto a outros órgãos e empresas			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

concomitantemente com o exercício da função gratificada no IFPI, em afronta à vedação contida nos artigos 19, § 1º da lei 8112, 1º, inciso II do Decreto 1.590/95 e Acórdãos TCU nºs 2907/2006 – 2ª câmara e 104/2009 – Plenário.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	434

Justificativa para o seu não Cumprimento

Em resposta ao Ofício nº 7415/2013/CGU-Regional, de 12/03/2013, o Reitor encaminhou o Ofício nº 142/2013/IFPI-Reitoria, em 25/03/2013, apresentando as seguintes providências: Item 2.1.1.10. O servidor não mais ocupa função gratificada neste IFPI.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

Falta a comprovação da devolução dos valores recebidos indevidamente pelo servidor para o pleno atendimento da recomendação.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	434

Recomendações do OCI

Recomendações Expedidas pelo OCI

Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
5	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.2	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI

Órgão/Entidade Objeto da Recomendação	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	434

Descrição da Recomendação

Recomenda-se que o IFPI conceda prazo improrrogável de 10 dias previsto do art. 133 da lei 8112 para apresentação de opção pelo cargo ou emprego, findo o qual, no caso de não opção, deverá ser instaurado Processo Administrativo Disciplinar previsto para acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas.

Providências Adotadas

Sector Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	434

Justificativa para o seu não Cumprimento

Encaminhou cópia das notificações encaminhadas aos servidores e respostas com respectivas documentações dos 02 primeiros.

Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor

A recomendação foi atendida parcialmente tendo em vista que dois dos três servidores em questão ainda permanecem em situação irregular.

Unidade Jurisdicionada

Denominação Completa	Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí	434

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
6	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.4	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a apuração de responsabilidade em face de acúmulos ilegais de cargos. Atendendo à Solicitação de Auditoria nº 201203787 de 09/04/2012 Recomenda-se ao Reitor do IFPI que apure os casos apontados nesta constatação com vistas a adoção de providências no sentido de cumprir o disposto no Art. 133 da lei 8.112/90 para os casos de acumulação ilegal de cargos, empregos e funções públicas, implantando, inclusive, mecanismos de verificação do cumprimento do cargo de dedicação exclusiva se seus professores.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Informamos que os servidores com matrículas 1787119, 1886904, 1484508, 2512103 e 1838687 estão com situação funcional regularizada. O servidor com matrícula 1728494 foi redistribuída para o Instituto de Pernambuco. Os servidores com matrícula 1809452, 1809429 e 1874102 foram notificados a comparecerem a este IFPI para regularização de sua situação funcional referente à possível acumulação de cargos.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação foi atendida parcialmente tendo em vista que o servidor de matrícula 1809429 não apresentou comprovante de sua exoneração da secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí.			
Unidade Jurisdicionada			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
7	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.4	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se ao reitor do IFPI que proceda a apuração e cobrança dos valores pagos indevidamente no período em que os professores exerceram atividades remuneradas junto a outras entidades, públicas ou privadas concomitantemente com o exercício do cargo de professor sob o regime de dedicação exclusiva no IFPI, em afronta à vedação contida no art. 14, inciso I, do Decreto nº 94.664/87, considerando para tal cálculo, a data da opção pelo			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

regime DE, e as datas de início e término dos contratos de trabalho fora da Instituição.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Encaminhamos a Vossa Senhoria a fim de atender às recomendações do Plano de Providências Permanente, constante às folhas 10, que trata de acumulação ilegal de cargos de professores, com dedicação exclusiva, onde a maioria já foi regularizada. E quanto aos poucos em situação irregular, no prazo de 30 dias serão tomadas as providências necessárias.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
A recomendação foi atendida parcialmente tendo em vista que o servidor de matrícula 1809429 não apresentou comprovante de sua exoneração da secretaria de Educação e Cultura do Estado do Piauí.			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
8	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.5	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o Instituto Federal instaure procedimento administrativo com vistas à suspensão do pagamento da gratificação de dedicação exclusiva deferida ao servidor e à cobrança dos valores pagos indevidamente no período em que exerceu atividade remunerada junto à empresa privada concomitantemente com o exercício do cargo de professor sob o regime de dedicação exclusiva no IFPI, em afronta à vedação contida no art. 15, inciso I, do decreto nº 94.664/87 e art. 112, inciso III, da lei nº 11.784/2008, a contar de 01/11/2006 e 23/12/2007 (data da opção pelo regime DE), nos termos do art. 46 da lei nº 8.112/90 e Acórdãos TCU nºs 2907/2006 – 2ª Câmara e 104/2009 – Plenário.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Apurado por meio do processo nº 23172.000344/2012-94			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
9	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.6	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se o acompanhamento efetivo do cumprimento da carga horária semanal dos professores, inclusive das atividades complementares, de acordo com o previsto no artigo 5º combinado com o art. 6º da Resolução nº 39 – Conselho Superior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Encaminha os memorandos nº 31/2013 e 07/2013, da pro – reitoria de ensino do IFPI aos Diretores Gerais e de Ensino dos Campi mas não os enviou para a CGU/PI. Informamos que os planos e horários individuais dos docentes com cronograma para envio no período de 09/04/2013 a 13/05/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O gestor solicitou as informações pendentes, mas não as enviou à CGU.			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
10	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.6	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se o preenchimento do Plano de Operação Docente com a carga horária semanal, inclusive das atividades complementares, indicando o nome dos alunos orientados e supervisionados, e o acompanhamento do seu cumprimento pelas Diretorias de ensino, de acordo com o previsto no art. 14 combinado com o art. 4º da Resolução nº 39/2010 – Conselho Superior.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Encaminha os memorandos nº 31/2013 e 07/2013, da pro – reitoria de ensino do IFPI aos Diretores Gerais e de Ensino dos Campi mas não os enviou para a CGU/PI. Informamos que os planos e horários individuais dos docentes com			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

cronograma para envio no período de 09/04/2013 a 13/05/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
O gestor solicitou as informações pendentes, mas não as enviou à CGU.			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
11	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.8	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí – IFPI conceda o prazo improrrogável de 10 (dez dias) para que o servidor apresente comprovante comprobatório da sua exclusão como sócio administrador da empresa Eletro Volt Engenharia Ltda., sob pena de demissão, conforme art. 132, XIII, da lei nº 8.112/1990.			
Providências Adotadas			
Sector Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
O servidor foi notificado a comprovar a sua exclusão como sócio administrador da Empresa Eletro Volt Engenharia Ltda.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
12	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.9	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se que Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí - IFPI regularize as jornadas de trabalho dos servidores objeto da constatação conforme previsto na legislação. No caso de descumprimento da jornada estabelecida, que seja providenciada a apuração da responsabilidade dos servidores.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Notifica os servidores e encaminha os memorandos nº 31/2013 e 07/2013, da pro – reitoria de ensino do IFPI aos Diretores Gerais e de Ensino dos Campi mas não os enviou para a CGU/PI. Informamos que os planos e horários individuais dos docentes com cronograma para envio no período de 09/04/2013 a 13/05/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
13	Nota Técnica 562/2014	2.1.1.9	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Recomenda-se a inclusão da carga horária semanal completa e das atividades complementares quando da elaboração do documento “Horário Individual” dos Docentes. No caso da omissão dos servidores responsáveis pela elaboração do documento “Horário Individual”, que seja providenciada a apuração de suas responsabilidades.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
Notifica os servidores e encaminha os memorandos nº 31/2013 e 07/2013, da pro – reitoria de ensino do IFPI aos Diretores Gerais e de Ensino dos Campi mas não os enviou para a CGU/PI. Informamos que os planos e horários individuais dos docentes com cronograma para envio no período de 09/04/2013 a 13/05/2013.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
14	Nota Técnica 562/2014	2.2.1.1	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Apurar a responsabilidade de quem deu causa a continuidade do pagamento de Retribuição por Titulação – RT a 52 professores do IFPI que não comprovaram a obtenção de título no período estabelecido no processo de concessão.			
Providências Adotadas			
Setor Responsável pela Implementação			Código SIORG
Reitoria			434
Justificativa para o seu não Cumprimento			
A Unidade encaminhou cópia dos comprovantes de conclusão dos cursos (diplomas/certificados), dos processos e as fichas encontrados, das notificações dos servidores que não apresentaram os comprovantes e as fichas financeiras de 12 servidores comprovando a suspensão do pagamento das RTs. Não apresentou e no entanto não justificou a ficha financeira da servidora G.S.X, CPF nº ***691.963-**.			
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor			
Denominação Completa			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Recomendações do OCI			
Recomendações Expedidas pelo OCI			
Ordem	Identificação do Relatório de Auditoria	Item do RA	Comunicação Expedida
15	Nota Técnica 562/2014	2.2.1.1	Ofício nº345/2014/CGU-Regional/PI
Órgão/Entidade Objeto da Recomendação			Código SIORG
Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí			434
Descrição da Recomendação			
Tendo em vista o estabelecido na resolução nº 067/2012, no Acórdão 3.150/2010 – Plenário e na lei nº11.344/2006, apurar o quantitativo de docentes que não fazem jus ao benefício, sustar o benefício nesses casos, levantar os valores indevidamente pagos e exigir a suas restituição em valores atuais ao erário.			

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Providências Adotadas	
Setor Responsável pela Implementação	Código SIORG
Reitoria	434
Justificativa para o seu não Cumprimento	
A Unidade encaminhou cópia dos comprovantes de conclusão dos cursos (diplomas/certificados), dos processos e as fichas encontrados, das notificações dos servidores que não apresentaram os comprovantes e as fichas financeiras de 12 servidores comprovando a suspensão do pagamento das RTs. Não apresentou e no entanto não justificou a ficha financeira da servidora G.S.X, CPF nº ***691.963-**.	
Análise Crítica dos Fatores Positivos/Negativos que Facilitaram/Prejudicaram a Adoção de Providências pelo Gestor	

Fonte: AUDIN, 2014.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

11.2 DECLARAÇÃO DE BENS E RENDAS ESTABELECIDA NA LEI Nº 8.730/93

Esta UJ apresenta a movimentação de Declaração de Bens e Rendas (DBR), conforme Quadro 99.

11.2.1 Situação do Cumprimento das Obrigações Impostas pela Lei nº 8.730/93

Quadro 99- DEMONSTRATIVO DO CUMPRIMENTO, POR AUTORIDADES E SERVIDORES DA UJ, DA OBRIGAÇÃO DE ENTREGAR A DBR

Detentores de Cargos e Funções Obrigados a Entregar a DBR	Situação em Relação às Exigências da Lei nº 8.730/93	Momento da Ocorrência da Obrigação de Entregar a DBR		
		Posse ou Início do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício de Cargo, Emprego ou Função	Final do Exercício Financeiro
Autoridades (Incisos I a VI do art. 1º da Lei nº 8.730/93)	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Cargos Eletivos	Obrigados a entregar a DBR			
	Entregaram a DBR			
	Não cumpriram a obrigação			
Funções Comissionadas (Cargo, Emprego, Função de Confiança ou em comissão)	Obrigados a entregar a DBR	342	155	426
	Entregaram a DBR	342	155	426
	Não cumpriram a obrigação			

Fonte: DIGEP

11.2.2 Situação do Cumprimento das Obrigações

A recepção da DBR impressa e eletrônica é de responsabilidade da Diretoria de Gestão de Pessoas (DIGEP), que são arquivadas em pastas específicas, sendo preservado o sigilo das informações.

Esta UJ adota a sistemática de autorização eletrônica do servidor para acesso às informações. Contudo, ainda não implementou a realização de análise dos dados com o intuito de identificar as eventuais incompatibilidades patrimoniais.

11.3 MEDIDAS ADOTADAS EM CASO DE DANO AO ERÁRIO

No exercício de 2014 não foram instaurados processos de Tomada de Contas Especiais nesta UJ.

11.4 ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV

A alimentação dos dados no SIASG e SICONV no ano de 2014 foram de responsabilidade dos servidores, conforme descrição no Quadro 100 e declaração anexa a este relatório.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

Quadro 100- DEMONSTRATIVO DOS RESPONSÁVEIS PELO SIASG E SICONV

SERVIDOR	ABRANGÊNCIA DA UG	ANEXO
Gilvanete Azevedo Ferreira	Reitoria e demais Campi (exceto Teresina Zona Sul e Teresina Central)	II
Larissa Santiago de Amorim	Campus Teresina Zona Sul	III
Marcos Vinícius Silva Santana	Campus Teresina Central	IV

Fonte: Departamento de Administração da PROAD.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

12 INFORMAÇÕES CONTÁBEIS

12.1 MEDIDAS ADOTADAS PARA ADOÇÃO DE CRITÉRIOS E PROCEDIMENTOS PELAS NORMAS BRASILEIRAS DE CONTABILIDADE APLICADAS AO SETOR PÚBLICO

A UJ ainda não está aplicando os dispositivos contidos nas NBC T 16.9 e NBC 16.10. Justificamos por meio deste, que o sistema utilizado pelo IFPI, SUAP, não está adaptado para realizar depreciações de bens de forma fidedigna. A Diretoria de Tecnologia da Informação (DTI) está trabalhando para que o sistema seja adaptado às normas legais.

A UJ ainda não realiza os procedimentos para estimar a vida útil econômica do ativo, o cálculo da depreciação, amortização e exaustão, consequentemente, não podemos demonstrar as taxas utilizadas para os devidos cálculos. Outros procedimentos pendentes de realização são a avaliação e mensuração das disponibilidades dos créditos e dívidas, dos estoques, dos investimentos, do imobilizado, do intangível e do diferido e, o estudo do impacto da utilização dos critérios contidos nas NBC T 16.9 e NBC T 16.10 sobre o resultado apurado pela UJ no exercício.

12.2 CONFORMIDADE CONTÁBIL

O processo de verificação da conformidade contábil é realizado pelo contador da Unidade Gestora, tendo como base os Princípios e Normas Contábeis aplicáveis ao setor público, a Tabela de Eventos, o Plano de Contas Aplicado ao Setor Público e a Conformidade de Registro de Gestão. As Unidades Gestoras executoras do SIAFI do IFPI são representadas pelos seguintes códigos: 158146, 158353, 158354, 158355, 158356, 158357, 158358, 158359, 158360, 158361, 158362, 158363, 154701, 154704, 154705. Todas as Unidades Gestoras utilizam a segregação de funções, com exceção das Unidades Gestoras que não têm servidores suficientes, para desempenhar determinadas funções.

Quanto às informações sobre a quantidade de ocorrências em cada uma das classificações, alerta ou ressalva, observadas durante o exercício, informamos que houve oitenta e nove ocorrências no exercício, sendo quinze alertas e setenta e quatro ressalvas.

As ocorrências não sanadas até o final do exercício estão relacionadas a duas equações alertas, que foram resolvidas no mesmo exercício, e três equações com ressalva. Uma equação com ressalva (equação 0017 – OB's canceladas) foi regularizada antes do fechamento do exercício, porém não foi realizada com data retroativa; por isso, ainda aparece no mês de dezembro de 2014. As outras duas equações (equação 147) foram regularizadas apenas em parte, pois não foi possível regularizar por completo, devido à falta de informações mais precisas da movimentação de cada exercício. Foram realizadas diversas baixas, porém não no total, pois não havia certeza se determinados valores ainda eram devidos.

12.3 DECLARAÇÃO DO CONTADOR ATESTANDO A CONFORMIDADE DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

A UJ apresenta a Declaração do Contador responsável, com modelo de ressalva (Anexo V), evidenciando a responsabilidade do Contador quanto ao registro, análise e elaboração das demonstrações contábeis.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

OUTRAS INFORMAÇÕES SOBRE A GESTÃO

Não se aplica.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não se aplica.



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXO I – DECLARAÇÃO INEXISTÊNCIA DE CONCESSÃO OU RENOVAÇÃO DO BENEFÍCIO TRIBUTÁRIO



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

DECLARAÇÃO

Eu, **PAULO BORGES DA CUNHA**, CPF nº255.217.481-72, **Pró-Reitor de Administração**, declaro para os devidos fins, que não houve concessão ou renovação do benefício tributário, portanto esta situação não se aplica a esta UJ no exercício de 2014.

Teresina, 23 de abril de 2015.


Paulo Borges da Cunha
255.217.481-72
Pró-Reitor de Administração



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXO II – DECLARAÇÃO ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV REITORIA



INSTITUTO FEDERAL
PIAUI



REDE FEDERAL
DE EDUCAÇÃO
PROFISSIONAL
E TECNOLÓGICA
1909-2014

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO
PIAUI

DECLARAÇÃO

Eu, Gilvanete Azevedo Ferreira, CPF nº 832.543.153-91,
Gestora de Contratos, exercido na Reitoria do IFPI declaro junto aos
órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a
contratos firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão
disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de
Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO
2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 24 de fevereiro de 2015.


Gilvanete Azevedo Ferreira
832.543.153-91

Assistente em Administração/IFPI Reitoria



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

**ANEXO III – DECLARAÇÃO ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV CAMPUS
TERESINA ZONA SUL**



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI
Campus Teresina Zona Sul



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

DECLARAÇÃO

Eu, Larissa Santiago de Amorim, CPF nº 618.620.023-04, Administrador, exercido no IFPI-CTZS declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados no exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 09 de fevereiro de 2015.


Larissa Santiago de Amorim

618620023-04

Administradora/IFPI-CTZS



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXO IV - DECLARAÇÃO ALIMENTAÇÃO SIASG E SICONV CAMPUS TERESINA CENTRAL



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E
TECNOLOGIA DO PIAUÍ
CAMPUS TERESINA CENTRAL
DIRETORIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO

DECLARAÇÃO

Eu, Marcos Vinícius Silva Santana, CPF nº 931.088.693-53, Assistente em Administração, exercido no Instituto Federal de Educação do Piauí-Campus Teresina Central declaro junto aos órgãos de controle interno e externo que todas as informações referentes a contratos, convênios e instrumentos congêneres firmados até o exercício de 2014 por esta Unidade estão disponíveis e atualizadas, respectivamente, no Sistema Integrado de Administração de Serviços Gerais – SIASG e no Sistema de Gestão de Convênios e Contratos de Repasse – SICONV, conforme estabelece a LDO 2014 e suas correspondentes em exercícios anteriores.

Teresina, 04 de fevereiro de 2015.

Marcos Vinícius Silva Santana

931.088.693-53

Assistente em Administração

Instituto Federal de Educação do Piauí-Campus Teresina Central



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXO V – DECLARAÇÃO DO CONTADOR



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

DECLARAÇÃO DO CONTADOR			
Denominação completa (UJ)			Código da UG
INSTITUTO FEDERAL DO PIAUÍ (IFPI)			158146
Declaro que os demonstrativos contábeis constantes do SIAFI (Balanços Orçamentário, Financeiro e Patrimonial e as Demonstrações das Variações Patrimoniais, do Fluxo de Caixa e do Resultado Econômico), regidos pela Lei n.º 4.320/1964, refletem adequadamente a situação orçamentária, financeira e patrimonial da unidade jurisdicionada que apresenta Relatório de Gestão, EXCETO no tocante a: a) Restrições registradas nas conformidades contábeis do órgão - mensalmente. b) Não houve reavaliação e depreciação dos bens que compõem o Ativo Imobilizado; desta maneira os demonstrativos contêm bens superavaliados, não condizentes com a realidade. c) Manutenção de empenhos de despesas inscritas em Restos a Pagar Processados e Não Processados, cujas despesas não são devidas. d) Falta de Conformidade de Registro de Gestão em todas as Unidades Gestoras que compõem esta UJ. Estou ciente das responsabilidades civis e profissionais desta declaração.			
Local	Teresina-PI	Data	17/04/2015
Contador Responsável	 Ciro Lima Silva	CRC n°	PI - 006698/O-9

Praça da Liberdade, 1597 – Centro – Teresina (PI) CEP. 64000-040
Fone: (86) 3131-1443/3131-1444
Endereço eletrônico: www5.ifpi.edu.br

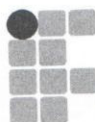


INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

ANEXO VI – RESOLUÇÃO CONSUP 2015



INSTITUTO FEDERAL DE
EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA
PIAUI



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO PIAUÍ

RESOLUÇÃO Nº 001/2015 - CONSELHO SUPERIOR

Aprovar a prestação de contas ordinária anual, através do Relatório de Gestão exercício 2014, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

O Presidente do Conselho Superior do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí, no uso de suas atribuições conferidas no inciso X, do Art. 9º, do Estatuto deste Instituto Federal, aprovado pela Resolução nº 001, de 31 de agosto de 2009, publicada no Diário Oficial da União (DOU), de 02 de setembro de 2009 e considerando deliberação em reunião ordinária do dia 30/04/2015,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar a Prestação de Contas Ordinária Anual, através do Relatório de Gestão, exercício 2014, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI).

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

Teresina (PI), 30 de abril de 2015.

PAULO HENRIQUE GOMES DE LIMA
Presidente